



## CHECK LIST DE COMPRA OU CONTRATAÇÃO DIRETA

[illegible]





Marcia Victor de Matos &lt;marciamatos@mtgas.mt.gov.br&gt;

**Processo nº.90253/2017 adesão a Ata 038/2016/SEGES - água mineral**

1 mensagem

Catiane Soares do Nascimento &lt;catianenascimento@gestao.mt.gov.br&gt;

13 de março de 2017 12:21

Para: Marcia Victor de Matos &lt;marciamatos@mtgas.mt.gov.br&gt;

Bom dia.

Informo que o processo nº.90253/2017 - Adesão á Ata nº.038/2016/SEGES para aquisição de água mineral encontra-se na CARP/SEGES em fase de análise para posterior autorização.

Informo ainda, que durante a análise verificou-se as seguintes inconsistências no Termo de Referência:

- Item1 - OBJETO SINTÉTICO:

No Termo de Referência o objeto solicitado pelo MTGÁS é um " Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral. ". Portanto, interpretamos que o objeto solicitado trata-se de um Registro de Preços e não uma Adesão Carona para aquisição (como consta nos ofícios juntado ao processo).

- Item3 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA CONTRATAÇÃO:

A justificativa utilizada pelo MTGÁS foi uma cópia da justificativa retirada do Termo de referência da SEGES que deu origem á ata 038/2016. Logo, a justificativa não é valida.

A função do Termo de Referencia é demonstrar e fundamentar por meio do objeto,da justificativa e dos demais itens constante a ele , o que de fato o órgão está solicitando.

É possível identificarmos que nos ofícios trata-se de uma solicitação para adesão carona á ata 038/2016 da SEGES, porém, pelo Termo de Referência não temos esta mesma compreensão.

**Considerando as inconsistências mencionadas acima, solicitamos que retirem o processo na CARP/SEGES para adequação e retificação do seu Termo de Referência.**

Em caso de dúvidas, entrar em contato pelo telefone 3613 - 3730

Att: Catiane Nascimento



Catiane S. Nascimento  
Técnica Administrativa  
Superintendência de Aquisições Governamentais  
Secretaria de Estado de Gestão de Mato Grosso  
Tel.: (65) 3613-3730



Arquivar

**MTGás**

**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS**  
**MTGás**

*arquivado  
em 11/10/2018.*

*contrato 001/2017/MTGás*

**PROCESSO Nº 90253/2017**

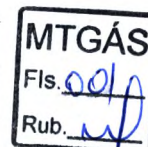
**AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL**

*Caravana*

**ADESÃO À ATA 038/2016/SEGES**



Hoje é Quarta-feira, 22 de Fevereiro de 2017



## Sistema de Protocolo do Estado de Mato Grosso

Usuário/Órgão/Unidade : MARCIA VICTOR DE MATOS / MTGÁS / PROTOCOLO - PROTOCOLO

## Envio de Processo

Processo : 90253 / 2017

Assunto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO

## Resumo do Assunto

JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DO PAGAMENTO: Solicitamos o pagamento do Credor FÍNISSIMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA ME, referente ao fornecimento de 60 (sessenta) garrações de água mineral, acondicionada em garrafão de polipropileno, com capacidade para 20 litros, no valor unitário de R\$ 4.065,00 (quatro reais e sessenta e cinco centavos) e valor total de R\$ 279,00 (duzentos e setenta e nove reais) para atender a Companhia.

Parte Interessada : MTGÁS

Órgão de Destino Unidade de Destino Sub-  
Unidades Usuário de Destino 

Informação do Trâmite\*

Documentos Juntados :

Documento de Apoio : 

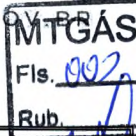
Processos Apensados :

\* Atenção, os valores em reais precedidos de R\$ serao substituidos por # quando forem visualizados via Web

Desenvolvimento







| ANEXO II   |  |
|--|--|
| SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇO Nº. 041/2017 |  |
| NÚCLEO SISTÊMICO SÓCIOECONÔMICO                  |  |
| SETOR REQUISITANTE:                              | Gerente Adm. e Financeiro – MTGÁS  |
| RESPONSÁVEL:                                     | Nayara Velasco.  |
| PROTOCOLO SOB Nº                                 | 90253/2017   |
| OBJETO:  | Ref. Contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral. |
| Credor:  | 2015013894   |
| Valor:   | R\$ 279,00   |

**JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA DO PAGAMENTO:** Solicitamos o pagamento do Credor FÍNISSIMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA ME, referente ao fornecimento de 60 (sessenta) garrafas de água mineral, acondicionada em garrafão de polipropileno, com capacidade para 20 litros, no valor unitário de R\$ 4,65 (quatro reais e sessenta e cinco centavos) e valor total de R\$ 279,00 (duzentos e setenta e nove reais) para atender a Companhia.

|  |  |
|--|--|
| Assinatura do requisitante:  |  |
| <br><b>NAYARA STEPHANIE B. VELASCO</b><br>Gerente Adm. e financeiro  |  |
| Recebido em:<br>____/____/2017   | <b>AUTORIZO DA DIRETORIA EXECUTIVA:</b> (x) acordo ( ) Desfavorável<br><br><br><b>JULIANO MUNIZ CALÇADA</b><br>Diretor adm. E financeiro |
| Despacho do Ordenador de Despesas: (x) De acordo ( ) Desfavorável<br><br><br><b>MARCIA AREIAS</b><br>Presidente em Exercício/MTGÁS |  |

Cuiabá, 22 de fevereiro de 2017.



|   |  |
|---|--|
| <b>2º TERMO DE REFERÊNCIA/2017 – AQS DE ÁGUA</b>  |  |
| <b>AUTORIZO:</b><br><br><br><b>MARCI AZEIAS</b><br>ORDENADOR DE DESPESAS MTGÁS | <b>VALIDAÇÃO:</b><br><br><br><b>JULIANO MUNIZ CALÇADA</b><br>LIBERADOR DE DESPESAS MTGÁS  |
| <b>I – INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA</b>  |  |
| <b>1 – ÓRGÃO: MTGÁS</b>   | <b>2 – TERMO DE REFERÊNCIA</b>   |
| <b>3 – NÚMERO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:</b><br><br>17502   | <b>4 – Descrição de Categoria de Investimento:</b><br>( ) Capacitação<br>( ) Equipamento de Apoio<br>( ) Equipamento de TI<br>( ) Consultoria/Auditoria/Assessoria<br>(x) Despesa de Custeio<br>( ) Bens Permanentes |
| <b>5 – Unidade Administrativa Solicitante: COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS - MTGÁS</b>   |  |

## II – FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

### 1. OBJETO SINTÉTICO

Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral, em atendimento à demanda dos órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

### 2. ELENCO DOS ITENS DA CATEGORIA DE INVESTIMENTO

#### 2.1. LOTE 06 – COTA RESERVADA ME/EPP (25%)

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|---|---------|------------|
| 01   | ÁGUA MINERAL, NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFÃO DE POLIPROPENO, COM CAPACIDADE PARA 20 (VINTE) LITROS; SEM VASILHAME, EMBALAGEM COM PROTETOR SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 01 ANO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER AS NORMAS VIGENTES. UNIDADE | UN      | 60         |





### 3. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A CONTRATAÇÃO

Faz-se necessária a contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral e gás de cozinha para atender às necessidades diárias de consumo por parte de servidores, colaboradores e visitantes. A água, por ser essencial à vida.

A ata de registro de preços nº 038/2015 para o fornecimento do material objeto desta contratação vencerá em 29/12/2016, porém alguns itens encontram-se esgotados ou por zerar, conforme informação da Coordenadoria de Autorização e Registro de Preços – CARP, da Secretaria de Estado de Gestão acostada às fls. 02 dos autos, razão pela qual se faz imprescindível novo registro de preços para assegurar o fornecimento e acesso contínuo à água mineral apropriada para consumo, gás de cozinha e vasilhames, em unidades que fazem o uso constante.

#### 3.1. Para a adoção do Sistema de Registro de Preços:

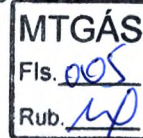
Considerando que a contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral, gás de cozinha e vasilhames de acondicionamento é uma demanda comum e freqüente dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual, e embora efetuado planejamento, não é possível prever o quantitativo exato a ser adquirido, além de ser mais conveniente dita contratação para fins de desempenho de suas atribuições, verifica-se presentes as hipóteses permissivas da utilização do Registro de Preços, conforme disposto no artigo 81 do Decreto Estadual nº 7.217/06.

Nesse sentido, o Registro de Preços apresenta-se como ferramenta comprovadamente eficiente na busca por melhores preços, mantendo-os registrados para uma futura aquisição, conforme a necessidade e disponibilidade de recursos orçamentários, atendendo assim a necessidade de controle e racionalização do gasto público.

Assim, a adoção dessa prática tem como um de seus objetivos o princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a contratação será de larga escala, e por isso a tendência dos preços é diminuir.

Ademais, proporciona também economia processual, na medida em que torna prioritária a racionalização de processos e de redução dos custos operacionais, ou seja, ao realizar um só processo, despende-se o





tempo uma única vez, e o serviço estaria disponível sempre que necessário, para atender a todos os órgãos interessados, que por sua vez, se empenhariam nas contratações específicas de sua competências.

A licitação será realizada pela Secretaria de Estado de Gestão, por se tratar de órgão central a quem compete gerir a política de aquisições de bens e contratações de serviços, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e ainda realizar as licitações por registro de preços, nos termos do previsto nos artigos 6º do Decreto Estadual nº 7.217/06 e 72, III do Decreto nº 449/2016.

A estimativa dos materiais/serviços a serem adquiridos e sua provável utilização foi baseada em função da média dos anos anteriores, conforme pesquisa de demanda realizada junto aos Órgãos/Entidades (anexo), acrescido de um percentual de 20% (vinte por cento) como cota de segurança para quaisquer eventualidades.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Conforme instituído pelo artigo 48, III, da Lei Complementar 123/06, na redação dada pela Lei Complementar 147/14, fica reservada uma cota do objeto, conforme **LOTES 2, 4, 6, 8, 10 e 12** referente a 25% (vinte e cinco por cento), assegurando a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

E em obediência ao inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, o **LOTE 13** é de participação **EXCLUSIVA** às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte definidas no art. 3º da referida Lei.

##### 4.2. Condições de Participação – das Cooperativas e dos Consórcios

4.2.1. Será admitida nesta licitação a participação de Cooperativas de Trabalho, conforme previsão disposta na Lei nº 12.690/2012 combinado com disposição contida no art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

4.2.2. **Não** será permitida a participação de consórcios, pois não se trata de objeto complexo e de grandes dimensões. E, dadas as características do mercado, as empresas podem, de forma isolada, participar da licitação, atender às condições e os requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência, e posteriormente fornecer o objeto. A vedação à participação de consórcio, nesta situação, não acarretará prejuízo à competitividade do certame, e facilitará a análise dos documentos de habilitação, que certamente são mais complexos em se tratando de empresas reunidas em consórcio.

#### 5. DO JULGAMENTO E COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. O Julgamento visará o **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**.

5.2. Consistirá em **13 (treze) LOTES**, com cotações de valor unitário e valor total para as quantidades solicitadas, conforme o **Item 2** deste Termo de Referência.

5.3. A proposta da licitante deverá conter:

5.3.1. CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato, endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco, e assinatura do representante legal da empresa.

5.3.2. O prazo de eficácia da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da sessão pública.

5.3.3. Preços unitários e totais.

5.3.4. Marca/modelo/fabricante do produto cotado.

5.4. As propostas apresentadas pelas licitantes deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas, materiais, equipamentos, impostos, encargos





trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros, serviços, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas.

## 6. DA HABILITAÇÃO

6.1. A Licitante deverá apresentar além da documentação prevista nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93 em plena validade ou do Certificado de Registro Cadastral vigente/SEGES/MT, sendo condição para a correta habilitação documental, os relacionados na sequência:

6.2. Quanto à **qualificação técnica**, a Licitante deverá apresentar:

6.2.1. **Atestado(s)** de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado em nome da empresa Licitante, que comprove(m) que a mesma tenha fornecido produto(s) pertinente(s) e compatível(is) com o objeto da Licitação.

6.2.1.1. Caso o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado obrigatoriamente deverá ter reconhecimento de Firma em Cartório de Notas;

6.2.1.2. O(s) atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público deverão trazer devidamente identificado o seu subscritor (nome, cargo, CPF ou matrícula);

6.2.1.3. Não será conhecido e nem considerado válido o atestado de capacidade técnica emitida por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da licitante, sendo considerado como empresa pertencente ao mesmo grupo da controlada pela licitante, a empresa controladora ou que tenha uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e/ou da licitante.

6.2.2. Alvará de funcionamento ou outro documento, expedido pela Prefeitura Municipal, referente ao ano de exercício vigente, que comprove a regularidade de funcionamento da empresa Licitante;

6.2.3. Certificado de Posto Revendedor expedido pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustível – (ANP), conforme estabelece a PORTARIA ANP Nº 297, DE 18.11.2003 – DOU 20.11.2003, para os Licitantes que concorrerão aos **Lotes 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13**.

## 7. DO FORNECIMENTO

7.1. A Contratada para os **Lotes 01, 02, 05 e 06** deverá fornecer água mineral natural obtida diretamente de fontes naturais ou por extração de águas subterrâneas, devidamente registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, satisfazer as exigências estabelecidas pela ANVISA por meio da Resolução (RDC) nº 274 de 22 de setembro de 2005.

7.1.1 As etapas de produção a serem submetidas a água mineral natural e a água natural não devem causar, desenvolver e ou agregar substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor e ou alterem a composição original, devendo ser obedecida a legislação vigente de Boas Práticas de Fabricação.

7.2 A água deverá ser entregue em vasilhames de acordo com a especificação do lote, plenamente preenchidos, munidos de lacre de inviolabilidade intactos.

7.3. O prazo de validade da água a ser entregue, deverá ser igual ou superior a 06 (seis) meses, devidamente comprovado pelas anotações de data de fabricação e validade, constantes da embalagem.

7.4. Para o transporte, a Contratada deverá obedecer a Resolução da ANVISA - RDC nº. 173 DE 13 de setembro de 2006 que regulamenta o transporte, distribuição, armazenamento e comércio de água mineral.

7.5 A ÁGUA MINERAL SEM GÁS deverá ser de primeira qualidade, com as seguintes características:

a) Ser classificada como água mineral tradicional ou água potável de mesa, como FLUORETADA, segundo código de águas minerais dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

b) Não devem apresentar risco à saúde do consumidor e devem estar em conformidade com as características microbiológicas descritas na Resolução RDC nº 173, de 13 de setembro de 2006;

c) Não devem conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas que representam risco à saúde, descritas na Resolução RDC nº 274, de 22 de setembro de 2005;





d) Não deve constar qualquer expressão que atribua ao produto propriedades medicamentosas e ou terapêuticas.

**7.6.** Os garrações disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser próprios para o acondicionamento de água mineral, em POLICARBONATO, liso, transparente, ter capacidade de acondicionamento para 20 litros de água mineral, resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou amassados, vir com tampa protetora e lacre de segurança, para evitar contaminações externas.

**7.6.1.** No processo de fabricação, os garrações deverão satisfazer as normas técnicas da ABNT NBR 14222 e NBR 14328.

**7.6.2.** O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM conforme disposto na Portaria n.º 470/99 com os seguintes elementos informativos:

I - nome da fonte;

II - local da fonte, Município e Estado;

III - classificação da água;

IV - composição química, expressa em miligramas por litro, contendo, no mínimo, os oito elementos predominantes, sob a forma iônica;

V - características físico-químicas na surgência;

VI - nome do laboratório, número e data da análise da água;

VII - volume expresso em litros ou mililitros;

VIII - número e data da concessão de lavra, e número do processo seguido do nome "DNPM";

IX - nome da empresa concessionária e/ou arrendatária, se for o caso, com o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

X - duração, em meses, do produto, destacando-se a data de envasamento por meio de impressão indelével na embalagem, no rótulo, ou na tampa;

XI - se à água for adicionado gás carbônico, as expressões "gaseificada artificialmente";

XII - as expressões "Indústria Brasileira";

Parágrafo único. Os elementos de informação referidos nos incisos I, II, e IV a XII deste artigo deverão constar do rótulo de forma legível, em destaque, devendo ocupar, no mínimo, um quarto da área total do mesmo, sendo os elementos indicados nos incisos I e X impressos em caracteres destacados dos demais.

**7.6.3** Os garrações devem trazer impresso por meio de impressão indelével a data de fabricação e de validade que terá como limite 03 (três) anos de vida útil, conforme estabelece a Portaria Nº 387, de 19 de Setembro de 2008.

**7.6.4** Os garrações entregues deverão ter sido produzidos em até 12 (doze) meses antes da data do recebimento provisório.

**7.6.5** Quando a Contratante possuir garrações vazios, os mesmos poderão ser utilizados pela CONTRATADA, obrigando-se a mesma, mediante Termo de Responsabilidade, a devolver os mesmos em perfeitas condições de uso, quando findo o contrato de fornecimento.

**7.7** A Contratada, para fornecimento dos **lotes 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13**, deverá preencher todos os requisitos da Portaria ANP Nº 297/2003, que normatiza a autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo (GLP), além de satisfazer plenamente todas obrigações constantes na Portaria para o Revendedor de GLP e nas cartilhas expedidas pela ANP;

**7.7.1** Os recipientes de gás de cozinha quando transportados cheios devem conter lacre e rótulo da marca comercial que identifique o distribuidor que envasilhou o produto, telefone do distribuidor e instruções de uso;

**7.7.2** Os postos de revenda de GLP para uso doméstico deverá dispor de balança decimal, em perfeito estado de conservação e funcionamento, certificada pelo INMETRO para aferição, pela Contratante, do peso do recipiente transportável cheio de GLP, conforme estabelecido na Portaria ANP Nº 297/2003;

**7.7.3** Existência nos recipientes da data de validade impressa numa espécie de "ferradura" colocada em torno da válvula e, essa data deve corresponder ao ano atual ou posterior;

**7.7.4** Caso o(s) recipiente(s) não possuam a "ferradura", o ano de fabricação deve constar na parte de cima do botijão e a idade dele não pode ser superior a 15 (quinze) anos;

**7.7.5** Não será aceito botijão danificado, amassado ou enferrujado.





7.8 Para melhor segurança tanto da Contratada como do Contratante é necessário que a Contratada indique o endereço do Depósito que guarnece a Água e o Gás, caso haja necessidade de uma visita prévia e também posterior da FISCALIZAÇÃO.

7.9 A troca da marca da Água ou Gás a serem fornecidos só poderá ser alterada com prévia autorização da Contratante;

## **8. DOS PRAZOS, FORMA E LOCAIS DE ENTREGA**

### **8.1 DO PRAZO E HORÁRIOS**

8.1.1. O prazo para entrega dos produtos será de **05 (cinco) dias**, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.1.2. Os produtos serão entregues de segunda a sextas-feiras, tendo, por regra, o horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas. Todavia, deve-se observar o horário de funcionamento dos Órgãos/Entidades solicitantes, que será estipulado na Ordem de Fornecimento.

8.1.2.1. Não serão recebidos produtos em horários diferentes ao determinado nem em feriados e recesso.

8.1.3. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa por escrito ao fiscal do contrato indicando o prazo necessário, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

### **8.2. DO LOCAL**

8.2.1. Os produtos serão entregues no perímetro urbano de Cuiabá e ou Várzea Grande, nas dependências da Contratada.

### **8.3. DA FORMA DE ENTREGA**

8.3.1. A aquisição dos materiais será efetivada mediante a necessidade, conveniência, disponibilidade orçamentária e demanda do órgão contratante, podendo ocorrer de forma fracionada considerando o tamanho do espaço físico do almoxarifado que receberá os produtos, não existindo quantitativos mínimos a ser solicitados por notas de empenho.

8.3.2. O material deverá ser fornecido, depois de atendidas todas as exigências legais do procedimento licitatório, com periodicidade a ser definida pelo órgão contratante (semanal, quinzenal ou mensal) no prazo de até 24 horas ou de até 01 dia útil, a partir do recebimento de cada Nota de Empenho emitida.

8.3.3. A cada fornecimento a contratada deverá emitir recibo em papel timbrado da empresa, especificando

a data da entrega, o endereço, CNPJ do contratante e a quantidade entregue, sem rasuras.

8.3.4. O descarregamento do produto ficará a cargo da CONTRATADA com sua própria mão de obra,

devendo observar as regras de transporte, distribuição e segurança pertinentes ao produto.

## **9. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

9.1. Os produtos serão recebidos conforme a seguir:





a) provisoriamente: o recebimento provisório dar-se-á por servidor indicado pelo órgão/entidade contratante, no ato da entrega do(s) produto(s) e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção, ou, se aprovado, emitirá recibo;

b) definitivamente: após recebimento provisório, será verificada a integridade do(s) produto(s), incluindo qualidade e quantidade, e sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal.

9.1.1. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada, devendo ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), a contar da notificação do fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2. Na hipótese de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o Fiscal do contrato do CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades.

9.3. O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Órgão/entidade CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

## 10. DO CONTRATO

10.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o **prazo de 03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação formal pelo órgão/entidade Contratante, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

10.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

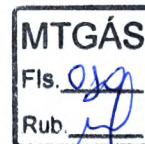
10.2. O prazo da contratação será de até **12 (doze) meses**, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

10.3. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

### 10.4. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.4.1. A fiscalização será exercida por servidor designado pelo Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do presente contrato, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.





**10.4.2.** Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, a contratante, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, podendo para isso:

a) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado do contratado que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

b) Supervisionar as entregas realizadas pela Contratada, observando as normas técnicas e legais aplicáveis aos produtos, emitindo mensalmente relatório analítico, que deve ser anexado à Nota Fiscal.

**10.4.3.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme preceitua art. 70 da Lei n. 8.666/1993.

**10.4.4.** Será de responsabilidade do Fiscal do Contrato de cada Órgão/Entidade Contratante, a salva guarda de documentos relacionado à liberação e fornecimento objeto do termo de referência.

#### **10.5. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**10.5.1.** A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, sendo estes emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômicos, definido pelo Ministério da Fazenda, conforme orientação técnica n. 040/2010/AGE;

a1) A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada no Banco do Brasil, em conta específica, com correção monetária, em favor do Órgão/unidade CONTRATANTE.

b) Seguro-garantia, modalidade "Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço"; ou

c) Fiança bancária.

**10.5.2.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

**10.5.2.1.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, a título de garantia.

**10.5.2.2.** A retenção efetuada com base no item 10.5.2.1 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

**10.5.3.** A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item 10.5.2.1 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

**10.5.4.** A garantia contratual deverá ter validade durante toda a vigência do CONTRATO.

**10.5.5.** Caso o valor ou o prazo da garantia seja insuficiente para garantir o contrato, a contratada providenciará, compulsoriamente, tantos aditamentos quantos forem necessários até o término da vigência do contrato.

**10.5.6.** A garantia prestada pela contratada só será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato, ou ainda na ocorrência de outras hipóteses de extinção contratual previstas em Lei.

#### **11. DA GARANTIA DOS PRODUTOS E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**11.1.** O(s) produtos(s) deverão ter garantia total pelo prazo mínimo de 12 meses, contados a partir da data do recebimento do objeto, de forma definitiva, pela Administração, conforme indicado neste termo de referência, observadas as condições estabelecidas;





11.2. Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA ou ainda em testes realizados seja considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

11.3. Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transporte, mão de obra e manutenção dos materiais, no caso de apresentar imperfeição(ões), correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE quaisquer ônus.

## 12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1. O(s) produto(s) contratado(s) deverá(ão) ser entregue(s) de acordo com a necessidade da CONTRATANTE;

12.2. O fornecimento deverá ser executado de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade do fornecimento e à satisfação do Contratante;

12.3. Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.4. Entregar o(s) produto(s) adjudicado(s), nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência e Edital, aderidos da Ata de Registro de Preços;

12.5. Retirar a nota de empenho específica em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis, contados da convocação oficial;

12.6. A contratada deverá entregar o(s) produto(s) utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios;

12.7. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega inclusive o descarregamento dos materiais;

12.8. Os produtos deverão ser acondicionados adequadamente, devendo garantir proteção durante transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na especificação e legislação em vigor;

12.9. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências dos Órgãos/entidades CONTRATANTE;

12.10. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

12.11. Prover todos os meios necessários à execução do contrato, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

12.12. Indenizar terceiros e/ou o CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

12.13. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

12.14. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à CONTRATANTE ou a terceiros;

12.15. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do fornecimento objeto deste Termo de Referência, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.16. É expressamente vedadas à contratada a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal dos Órgãos/entidades CONTRATANTE, durante o período de fornecimento;

12.17. Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

12.18. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

12.19. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no fornecimento do produto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

12.20. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelo fornecimento contratado, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução;





- 12.21. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Contratante, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato, conforme especificações constantes neste Termo de Referência;
- 12.22. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 12.23. Emitir, mensalmente, documento fiscal, discriminando os produtos entregues no período, de acordo com o(s) lote(s) descritos neste Termo de referência;
- 12.24. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento;
- 12.25. Reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente termo de referência, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 12.26. Substituir os produtos rejeitados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), contados a partir da comunicação formal do Fiscal do contrato;
- 12.27. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do objeto desta LICITAÇÃO e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 12.28. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Contratante, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- 12.29. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da Contratante;
- 12.30. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010;
- 12.31. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n.º. 8.666/93 e alterações, na Lei n.º. 10.520/2002 e Decreto Estadual 7.217/2006 e alterações.
- 12.32. A inobservância das regras previstas neste Termo de Referência acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa da Administração Pública.

### 13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

O Estado de Mato Grosso, através dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, obriga-se a:

- 13.1. Designar, servidor gestor do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente.
- 13.2. Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências, desde que observadas às normas de segurança.
- 13.3. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.
- 13.4. Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.
- 13.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- 13.6. Notificar a CONTRATADA e a SEGES de qualquer alteração ou irregularidade encontrada na execução do contrato.
- 13.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste termo de referência e em edital.

### 14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE em favor da CONTRATADA mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente e data fixada de acordo com a





legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado do Mato Grosso, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do CONTRATANTE;

**14.2.** A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número do contrato, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

**14.3.** Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

**14.4.** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

**14.5.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

**14.6.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

**14.7.** Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site [www.sefaz.mt.gov.br/nfe](http://www.sefaz.mt.gov.br/nfe).

**14.8.** O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pela Gerência responsável e/ou pela fiscalização do Contrato (nomeada pela autoridade competente) e acompanhada dos certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais n.ºs 7217/06, 8199/06 e 8426/06, obedecendo aos prazos estabelecidos na Instrução Normativa n.º 01/2007/SAGP/SEFAZ;

**14.9.** O pagamento será efetuado a contratada até o 30º (trigésimo) dia da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo seu recebimento;

**14.10.** Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

## **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.1.** A Contratada inadimplente total ou parcialmente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 combinada com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:

**15.1.1.1.** Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento;

**15.1.1.2.** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% (um por cento) por dia após o 30º dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

**15.1.2.1.** multa de 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

**15.1.2.2.** multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante;

**15.1.3.** suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante e descredenciamento no sistema de cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, entre outros comportamentos e em especial quando:

**15.1.3.1** Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

**15.1.3.2** Não manter a proposta;

**15.1.3.3** Falhar gravemente na execução do contrato;

**15.1.3.4** Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

**15.1.3.5.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

**15.1.3.6** Comportar-se de modo inidôneo;

**15.1.3.7** Cometer fraude fiscal;

**15.1.3.8** Fizer declaração falsa;

**15.1.3.9** Fraudar na execução do contrato.





**15.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**15.2** A multa eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus ou deduzidos da garantia, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

**15.3** Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Órgão/entidade contratante, ou os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa;

**15.4** Esgotados os meios administrativos para cobrança, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o ÓRGÃO/ENTIDADE proceder à cobrança judicial da multa;

**15.5** As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO/ENTIDADE.

**15.6** Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na lei 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 7.692, de 2002.

**15.7** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **16. PÚBLICO/CLIENTELA ALVO**

**16.1.** Órgãos/Entidades participantes que responderam a pesquisa de quantitativo nº 264, acostada ao processo administrativo e encerrada no dia 16/06/2016.

**16.2.** Os Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual não participantes e demais, serão adesos na forma prevista no Decreto federal nº 7.892/2013 e Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e alterações (Adesão Carona).

## **17. RESULTADOS ESPERADOS**

**17.1.** Garantir o fornecimento e acesso contínuo à água mineral apropriada para consumo e gás de cozinha, visando atender o consumo dos servidores, colaboradores e visitantes, assim como proporcionar o bem-estar dos mesmos devido às condições climáticas de Cuiabá.

## **18. LEGISLAÇÃO APLICADA AO OBJETO**

Lei 8.666/1993 e alterações – Normas para Licitação;

Lei 10.520/2002 – Institui o Pregão;

Decreto Estadual nº 7.217/2006 e alterações – Regras para Aquisição;

Decreto Estadual nº 8.199/2006 e Decreto Estadual nº 011/2015 – Critério de Pagamento;

Decreto Federal nº 7.892/2013 – Regulamenta RP;

Lei 123/2006 – Normas ME e EPP;

Portaria ANP Nº 297/2003 – Normatiza a autorização para Revenda de Gás;

Portaria MME nº 470/1999 - Define que o rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral e potável de mesa deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

Resolução - RDC nº 274/2005 - Aprova o "REGULAMENTO TÉCNICO PARA ÁGUAS ENVASADAS E GELO";

Resolução - RDC nº 275/2005 - Aprova o "REGULAMENTO TÉCNICO DE CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS PARA ÁGUA MINERAL NATURAL E ÁGUA NATURAL";



Resoluções da ANVISA nº 105/1999 e nº 51/2010 - Regulamentos Técnicos e Migração para Embalagens e Equipamentos Plásticos destinados a entrar em contato com Alimentos.



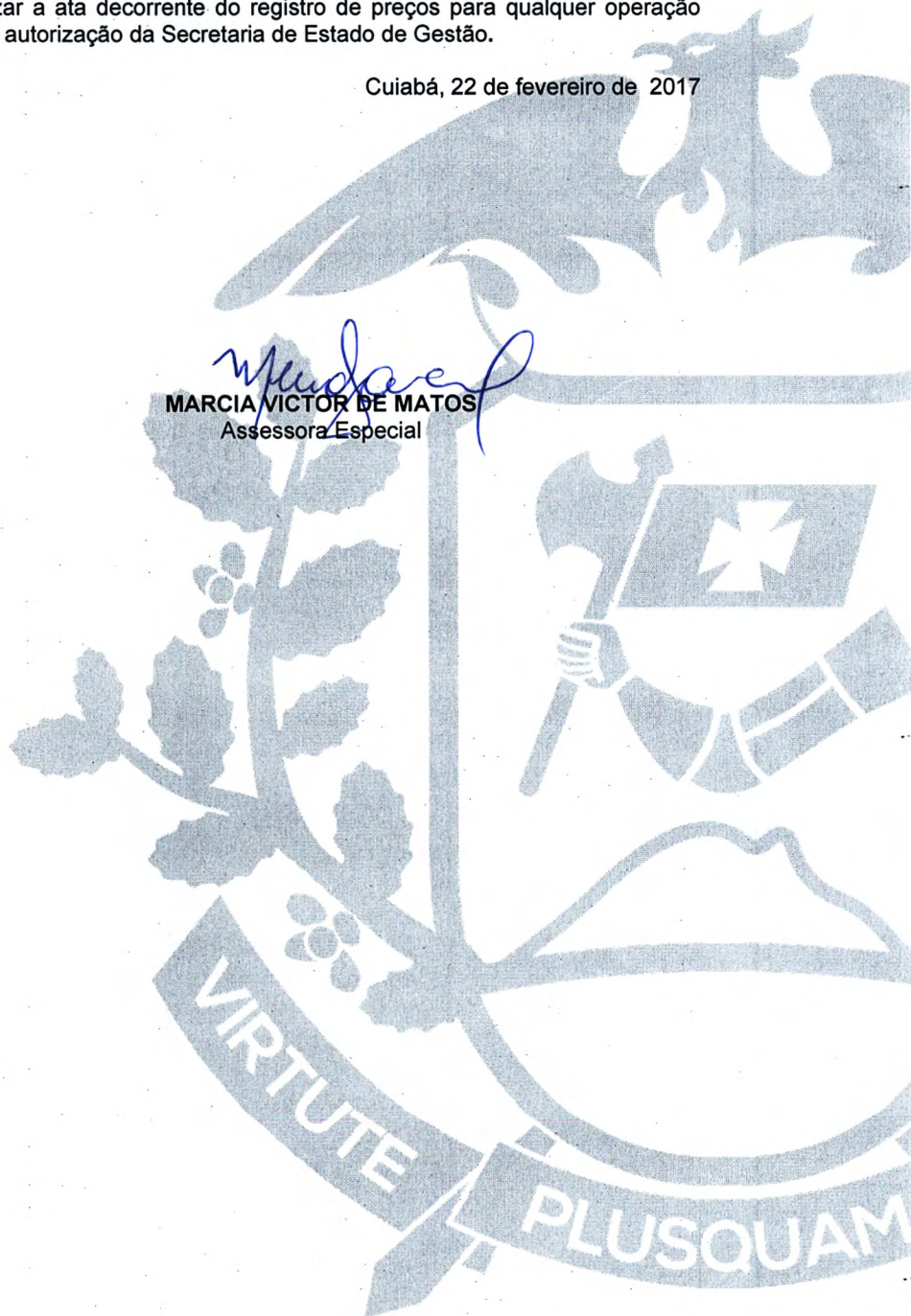
#### 19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Gestão.

Cuiabá, 22 de fevereiro de 2017

Elaborado por:

  
**MARCIA VICTOR DE MATOS**  
Assessora Especial







SOLICITAÇÃO CDR 055/2017



Cuiabá/MT, 22/02/2017

PROTOCOLO: 90253/2017

DE: Gerência Adm. e Financeira - Companhia Matogrossense de Gás

☒ PED/EMP

☐ PED RESERVA

☐ ALTERAÇÃO DE PED

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA: Solicitamos inclusão de PED/EMP ref. A aquisição de água mineral.  
período março de 2017.

CÓD. CREDOR: 2015013894

OME: FINÍSSIMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA ME

CNPJ: 13.332.212/0001-18

VALOR: R\$ 279,00

TIPO:

☐ ORDINÁRIO

☒ ESTIMATIVO

☐ GLOBAL

#### CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| UO    | P/A/OE | REGIÃO | NAT. DESPESA | ELEMENTO | FONTE |
|-------|--------|--------|--------------|----------|-------|
| 17502 | 2007   | 9900   | 3390 3000    | 39       | 243   |

#### MODALIDADE DE LICITAÇÃO

ADESÃO CARONA A ATA 038/2016/SEGES

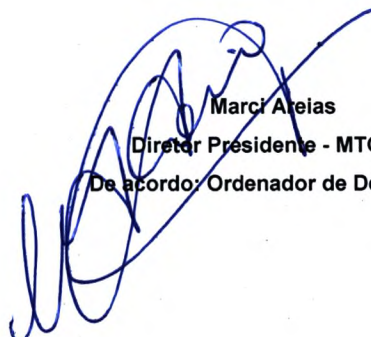
#### CRD - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO / PAGAMENTOS PREVISTOS

|           |            |          |        |
|-----------|------------|----------|--------|
| JANEIRO   |            | JULHO    |        |
| FEVEREIRO |            | AGOSTO   |        |
| MARÇO     | R\$ 279,00 | SETEMBRO |        |
| ABRIL     |            | OUTUBRO  |        |
| MAIO      |            | NOVEMBRO |        |
| JUNHO     |            | DEZEMBRO |        |
| TOTAL     |            | R\$      | 279,00 |

Atenciosamente,

  
Nayara Velasco

Gerente Adm. e Financeira  
Solicitante

  
Marci Azeias  
Diretor Presidente - MTGás  
De acordo: Ordenador de Despesas



**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD****Exercício igual a 2017**  
**Código do PAOE igual a 2007**

|                       |  |
|-----------------------|--|
| Exercício:            | 2017   |
| Esfera:               | F - FISCAL   |
| Órgão:                | 17.Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico                                 |
| Unidade Orçamentária: | 17.502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS   |
| Unidade Gestora:      | 0000 - COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GAS  |
| Função:               | 25 - ENERGIA   |
| Subfunção:            | 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  |
| Programa de Governo:  | 036 - Apoio Administrativo   |
| PAOE:                 | 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais                                 |
| Regional:             | 9900 - ESTADO  |
| Objetivo do PAOE:     | Garantir a manutenção e suporte das atividades administrativas nos órgãos/entidades. |
| Meta Física LOA:      | Ação mantida (Percentual) : 0  |
| Meta Física Ajustada: | Ação mantida (Percentual) : Não houve Ajuste no exercício                            |

| Natureza      | Fon. | IDU | TRO | Inicial    | Suplementado | Anulado | Atual      | Bloqueado | Cont/Reserva | PED       | Empenhado | Liquidado | Pago      | Disponível |
|---------------|------|-----|-----|------------|--------------|---------|------------|-----------|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| 3.3.90.00.000 | 243  | OD  | No  | 550.364,76 |              |         | 550.364,76 |           | 509.185,86   | 34.303,60 | 28.379,21 | 27.284,29 | 23.418,89 | 6.875,30   |
| 3.3.91.00.000 | 243  | OD  | No  | 5.640,00   |              |         | 5.640,00   |           | 5.640,00     | 0,00      |           |           |           |            |
| 4.4.90.00.000 | 243  | OD  | No  | 30.000,00  |              |         | 30.000,00  |           | 30.000,00    | 0,00      |           |           |           |            |

|                        |  |  |  |            |  |  |            |  |            |           |           |           |           |          |
|------------------------|--|--|--|------------|--|--|------------|--|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|
| Total do Tesouro       |  |  |  |            |  |  |            |  |            | 0,00      |           |           |           |          |
| Total de Outras Fontes |  |  |  | 586.004,76 |  |  | 586.004,76 |  | 544.825,86 | 34.303,60 | 28.379,21 | 27.284,29 | 23.418,89 | 6.875,30 |
| Total Geral            |  |  |  | 586.004,76 |  |  | 586.004,76 |  | 544.825,86 | 34.303,60 | 28.379,21 | 27.284,29 | 23.418,89 | 6.875,30 |







|  |                              |   |
|--|------------------------------|---|
| <b>PED</b>   | <b>PEDIDO DE EMPENHO</b>     | <b>17502.0001.17.000076-1</b>                             |
| <b>Data de Solicitação:</b> 22/02/2017   |                              | <b>RESERVA DE EMPENHO</b><br>MTGÁS<br>Fis. 018<br>Rub. 40 |
| <b>Unidade Orçamentária:</b> 17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS           |                              |   |
| <b>Unidade Gestora:</b> 0001 - Geral   |                              |   |
| <b>Projeto/Atividade:</b> 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais |                              |   |
| <b>Nº Processo de Pagamento:</b><br>90253/2017                                 | <b>Nº NOBLIST:</b><br>*** ** |   |
| <b>Especificação:</b><br>Aquisição de água mineral.                            |                              |   |

## DEMONSTRATIVO DO SALDO ORÇAMENTÁRIO

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
| Dotação Orçamentária:<br>17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1 |  | Elemento de Despesa:<br>30 - MATERIAL DE CONSUMO |  |
| Tipo de Despesa:<br>7 - Compras e Serviços                                 |  | Convênio:<br>Não                                 |  |
| Saldo Orc. Anterior (R\$)<br>*** 6.875,30                                  | Valor Total da Reserva (R\$)<br>*** 279,00 |  | Saldo Orc. Atual (R\$)<br>*** 6.596,30 |
| Tipo de Empenho: Estimativo  |  |  |  |
| Valor por Extenso:<br>DUZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS *** **               |  |  |  |
| Reserva Inicial (R\$):   |  |  | *** 279,00                             |
| Valor Total - Reforço (R\$):   |  |  | *** 0,00                               |
| Valor Total - Redução (R\$):   |  |  | *** 0,00                               |

## DADOS DO CREDOR

|  |  |  |                   |
|--|--|--|-------------------|
| <b>Código:</b> 2015.01389-4                    | <b>Nome:</b> Finíssima Distribuidora de Água Ltda - ME |  |                   |
| <b>Endereço:</b> Av. Trinta e um de Março, 336 |  |  |                   |
| <b>CPF/ CNPJ/ IG:</b> 13.332.212/0001-18       | <b>Insc. Estadual:</b> *** **                          |  | <b>RG:</b> *** ** |

## DADOS DA DIÁRIA

|                      |  |
|----------------------|--|
| <b>Nº OS:</b> *** ** | <b>Data de Início da Viagem:</b> *** **  |
|                      | <b>Data de Retorno da Viagem:</b> *** ** |

## DADOS DO ADIANTAMENTO

|                       |                                    |
|-----------------------|------------------------------------|
| <b>Nº CAD:</b> *** ** | <b>Data de Solicitação:</b> *** ** |
|-----------------------|------------------------------------|

## Observações:

Situação do PED: Reserva de Empenho para processo Licitatório





(65) 3613.3607 / 3613.3798

Centro Político Administrativo - Complexo Paiguás Bloco III

78058-906 - CUIABÁ - MATO GROSSO

MATO GROSSO - ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

WWW.MT.GOV.BR

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 038/2016/SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 038/2016/SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO.**

**PROCESSO: N° 262.756/2016/SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO.**

**PREGÃO ELETRÔNICO: N° 025/2016/SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO.**

Pelo presente instrumento, o Estado de Mato Grosso, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO**, inscrito no CNPJ/MF n° 03.507.415/0004-97, com sede na Rua C, Centro Político Administrativo, Bloco III, CUIABÁ/MT – CEP: 78.049-005, neste ato representado pelo Senhor Secretário de Estado de Gestão **JÚLIO CEZAR MODESTO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 7123768454 SSP-RS e do CPF sob n.º 600.810.661-04 e **RUY CARLOS C. DA FONSECA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 5.359.48 SSP-MT e do CPF sob n.º 513.406.71-87, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS das empresas abaixo relacionadas, nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com as classificações obtidas nos lotes, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2016/SEGES**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 262.756/2016, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

|                           |   |
|---------------------------|---|
| <b>EMPRESA</b>            | GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI   |
| <b>CNPJ</b>               | 03.401.442/0001-38  |
| <b>ENDEREÇO</b>           | RUA A, NÚMERO 01, ANEXO A, QUADRA 05, BAIRRO VILLAGE FLAMBOYANT, CUIABÁ – MT. CEP: 78.035-360 |
| <b>REPRESENTANTES:</b>    | NOME: CLAIR UGOLINI<br>CPF: 352.645.941-04<br>RG: 1049236-4 SJ MT                             |
| <b>CONTATO (TELEFONE)</b> | (65) 3626-4400  |
| <b>ENDEREÇO E-MAIL</b>    | Tecnogas.mt@terra.com.br  |

|                           |  |
|---------------------------|--|
| <b>EMPRESA</b>            | FINISSÍMA DIST. DE ÁGUA LTDA-ME  |
| <b>CNPJ</b>               | 13.332.212/0001-18   |
| <b>ENDEREÇO</b>           | AV.31 DE MARÇO N°336, BAIRRO CRISTO REI, VÁRZEA-GRANDE, CEP:78.118-005 |
| <b>REPRESENTANTES:</b>    | NOME: MARCIO KNOPF<br>CPF: 839.951.161-49<br>RG: 1105887-0             |
| <b>CONTATO (TELEFONE)</b> | (65) 3029-4678 / (65) 81438215   |
| <b>ENDEREÇO E-MAIL</b>    | finlicita@hotmail.com  |





Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 7.217/2006, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 7.692/2002, Decreto Estadual nº 635/2007 e Decreto Estadual nº 7.218/2006, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

## 1. DO OBJETO

1.1. Esta Ata possui o objetivo de registrar preços dos itens abaixo relacionados, no respectivo LOTE, para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral, gás de cozinha e vasilhames de acondicionamento, em atendimento à demanda dos órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, conforme condições e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço.

| LOTE 01 (COTA PRINCIPAL 75%)  |   |       |        |               |             |
|---|---|-------|--------|---------------|-------------|
| GASOLINI COMERCIO E SERVIÇOS - EIRELI   |   |       |        |               |             |
| ITEM  | DESCRIÇÃO   | UNID. | QUANT. | MARCA/ MODELO | VALOR UNIT. |
| 01  | ÁGUA MINERAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO, PROTETOR NA PARTE SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, EMBALAGEM CONTENDO 200 ML. CAIXA COM 48 UNIDADES. CAIXA. | CX    | 11486  | CRYSTALINA    | R\$ 17,43   |
| VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 200.200,98 (Duzentos mil, duzentos reais, noventa e oito centavos). |   |       |        |               |             |

| LOTE 02 (COTA RESERVADA 25% ME/EPP LEI 123/2006)  |   |       |        |               |             |
|---|---|-------|--------|---------------|-------------|
| GASOLINI COMERCIO E SERVIÇOS - EIRELI   |   |       |        |               |             |
| ITEM  | DESCRIÇÃO   | UNID. | QUANT. | MARCA/ MODELO | VALOR UNIT. |
| 01  | ÁGUA MINERAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO, PROTETOR NA PARTE SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, EMBALAGEM CONTENDO 200 ML. CAIXA COM 48 UNIDADES. CAIXA. | CX    | 3829   | CRYSTALINA    | R\$ 17,43   |
| VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 66.739,47 (Sessenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais quarenta e sete centavos). |   |       |        |               |             |





(65) 3613.3607 / 3613.3798

Centro Político Administrativo - Complexo Paiguás Bloco III

78058-906 - CUIABÁ - MATO GROSSO

MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

| LOTE 03 (COTA PRINCIPAL 75%)  |  |       |        |              |             |
|---|--|-------|--------|--------------|-------------|
| GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI   |  |       |        |              |             |
| ITEM  | DESCRIÇÃO  | UNID. | QUANT. | MARCA/MODELO | VALOR UNIT. |
| 1   | GARRAÇÃO VAZIO, PARA ACONDICIONAMENTO DE ÁGUA MINERAL, EM POLIPROPILENO, NOVO, SEM AVARIAS E SEM FISSURAS, CAPACIDADE DE 20 LITROS. UNIDADE. | UN    | 7875   | LEBRINHA     | R\$ 12,39   |
| VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 97.571,25 (Noventa e setes mil, quinhentos e setenta e um reais, vinte e cinco centavos). |  |       |        |              |             |

| LOTE 04 - (COTA RESERVADA 25% ME/EPP LEI 123/2006)  |  |       |        |              |             |
|---|--|-------|--------|--------------|-------------|
| GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI   |  |       |        |              |             |
| ITEM  | DESCRIÇÃO  | UNID. | QUANT. | MARCA/MODELO | VALOR UNIT. |
| 1   | GARRAÇÃO VAZIO, PARA ACONDICIONAMENTO DE ÁGUA MINERAL, EM POLIPROPILENO, NOVO, SEM AVARIAS E SEM FISSURAS, CAPACIDADE DE 20 LITROS. UNIDADE. | UN    | 2625   | LEBRINHA     | R\$ 12,39   |
| VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 32.523,75 (Trinta e dois mil, quinhentos e vinte e três, setenta e cinco centavos). |  |       |        |              |             |

| LOTE 05 (COTA PRINCIPAL 75%)   |  |       |        |              |             |
|--|--|-------|--------|--------------|-------------|
| GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI  |  |       |        |              |             |
| ITEM   | DESCRIÇÃO  | UNID. | QUANT. | MARCA/MODELO | VALOR UNIT. |
| 1  | ÁGUA MINERAL, NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAÇÃO DE POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 20 (VINTE) LITROS; SEM VASILHAME, EMBALAGEM COM PROTETOR SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 01 ANO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER AS NORMAS VIGENTES. UNIDADE. | UN    | 254723 | CRYSTALINA   | R\$ 4,84    |
| VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 1.232.859,32 (Um milhão, duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e nove reais, trinta e dois centavos). |  |       |        |              |             |





| LOTE 06 - (COTA RESERVADA 25% ME/EPP LEI 123/2006)  |  |       |        |                  |             |
|---|--|-------|--------|------------------|-------------|
| FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME.  |  |       |        |                  |             |
| ITEM  | DESCRIÇÃO  | UNID. | QUANT. | MARCA/<br>MODELO | VALOR UNIT. |
| 1   | ÁGUA MINERAL, NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFÃO DE POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 20 (VINTE) LITROS; SEM VASILHAME, EMBALAGEM COM PROTETOR SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 01 ANO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER AS NORMAS VIGENTES. UNIDADE. | UN    | 84908  | FINISSÍMA        | R\$ 4,65    |
| VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 394.822,20 (Trezentos e noventa e quatro mil e oitocentos e vinte e dois reais e vinte centavos). |  |       |        |                  |             |

| LOTE 07 (COTA PRINCIPAL 75%)  |  |       |        |                  |             |
|---|--|-------|--------|------------------|-------------|
| GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI   |  |       |        |                  |             |
| ITEM  | DESCRIÇÃO  | UNID. | QUANT. | MARCA/<br>MODELO | VALOR UNIT. |
| 1   | GÁS DE COZINHA 13KG, COM TROCA DE VASILHAME VAZIO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE. | UN    | 6339   | SUPERGASB<br>RAS | R\$ 74,97   |
| VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 475.234,83 (Quatrocentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e quatro reais, oitenta e três centavos). |  |       |        |                  |             |

| LOTE 08 - (COTA RESERVADA 25% ME/EPP LEI 123/2006) |  |       |        |                  |             |
|--|--|-------|--------|------------------|-------------|
| GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI              |  |       |        |                  |             |
| ITEM   | DESCRIÇÃO  | UNID. | QUANT. | MARCA/<br>MODELO | VALOR UNIT. |
| 1  | GÁS DE COZINHA 13KG, COM TROCA DE VASILHAME VAZIO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE. | UN    | 2113   | SUPERGASB<br>RAS | R\$ 74,97   |





(65) 3613.3607 / 3613.3798

Centro Político Administrativo - Complexo Paiguás Bloco III

78058-906 - CUIABÁ - MATO GROSSO

MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 158.411,61 (Cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e onze reais, sessenta e um centavos).

| LOTE 11 (COTA PRINCIPAL 75%)  |   |       |        |                  |             |
|---|---|-------|--------|------------------|-------------|
| GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI   |   |       |        |                  |             |
| ITEM  | DESCRIÇÃO   | UNID. | QUANT. | MARCA/<br>MODELO | VALOR UNIT. |
| 1   | VASILHAME DE GÁS DE COZINHA 13KG VAZIO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE | UN    | 530    | SUPERGASB<br>RAS | R\$ 162,00  |
| VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 85.860,00 (Oitenta e cinco mil, oitocentos e sessenta reais). |   |       |        |                  |             |

| LOTE 12 - (COTA RESERVADA 25% ME/EPP LEI 123/2006)   |   |       |        |                  |             |
|--|---|-------|--------|------------------|-------------|
| GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI  |   |       |        |                  |             |
| ITEM   | DESCRIÇÃO   | UNID. | QUANT. | MARCA/<br>MODELO | VALOR UNIT. |
| 1  | VASILHAME DE GÁS DE COZINHA 13KG VAZIO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE | UN    | 177    | SUPERGASB<br>RAS | R\$ 162,00  |
| VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 28.674,00 (Vinte e oito mil, seiscentos e setenta e quatro reais). |   |       |        |                  |             |

| LOTE 13 - (EXCLUSIVO ME/EPP)   |  |       |        |                  |             |
|--|--|-------|--------|------------------|-------------|
| GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI  |  |       |        |                  |             |
| ITEM   | DESCRIÇÃO  | UNID. | QUANT. | MARCA/<br>MODELO | VALOR UNIT. |
| 1  | VASILHAME DE GÁS DE COZINHA 45KG VAZIO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE. | UN    | 88     | SUPERGASB<br>RAS | R\$ 533,33  |
| VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 46.933,04 (Quarenta e seis mil, novecentos e trinta e três reais e quatro centavos). |  |       |        |                  |             |

VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇO R\$ 3.596.871,55 (Três milhões, quinhentos e noventa e seis mil, oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).





(65) 3613.3607 / 3613.3798

Centro Político Administrativo - Complexo Paiguás Bloco III

78058-906 - CUIABÁ - MATO GROSSO

MATO GROSSO - ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

1.2. O preço unitário de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

## 2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

2.1. Esta Ata de Registro de Preço, não gera a obrigação aos órgãos e entidades participantes do Registro de Preços, de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

2.2. Consideram-se participantes da Ata de Registro de Preços os órgãos e entidades que responderam a pesquisa de demanda consolidada nos autos, na fase interna da licitação.

2.3. A utilização dos quantitativos registrados nesta Ata, pelos órgãos ou entidades participantes, será restrita ao quantitativo informado na pesquisa de demanda, conforme relatório de pesquisa anexo ao edital.

2.3.1. Excepcionalmente a SEGES poderá remanejar entre os participantes da Ata de Registro de Preços, os quantitativos registrados, desde que devidamente justificado pelo órgão adeso, conforme o artigo 77, VII do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

## 3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e/ou executar os serviços para atender as necessidades dos órgãos adesos conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

3.2. Após a publicação desta Ata no Diário Oficial do Estado, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pelos órgãos participantes.

## 4. DAS ADESÕES DOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES – ADESÃO CARONA

4.1. Esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão/entidade da administração pública, não participante do registro, que manifeste o interesse junto ao Órgão Gerenciador – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO, desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

- I – a Ata ainda esteja vigente e não tenha esgotado o quantitativo registrado do item solicitado;
- II – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços deverá ser de, no máximo, até o quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, nos termos do art. 89, VIII do Decreto nº 7.217/2006.
- III – o pedido de adesão carona seja instruído com os seguintes documentos:
  - a) termo de referência ou plano de trabalho aprovado pela autoridade competente;
  - b) planilha de bens ou serviços, com a indicação do lote, item, valores e quantidades a serem utilizados;
  - c) comprovação de vantajosidade da adesão carona, nos termos da Orientação Técnica nº 463/2012 da Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso, com verificação do preço de mercado, inclusive o praticado para a Administração Pública em condições equivalentes;





- d) comprovante de reserva orçamentária, através de pedido de empenho ou equivalente assinado pelo ordenador de despesas;
- e) declaração da empresa registrada de que aceita o pedido e de que o atendimento à adesão carona não prejudicará o fornecimento de materiais ou prestação do serviço aos órgãos participantes;
- f) parecer jurídico conclusivo favorável à contratação, aprovado pelo Secretário da Pasta ou autoridade equivalente..

**4.2.** O órgão ou entidade não participante, interessado na adesão carona, deverá encaminhar a solicitação à SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO por ofício assinado pelo seu representante, com todos os documentos indicados no item anterior.

**4.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações assumidas com os participantes desta Ata;

**4.4.** Cumprida as exigências para a adesão carona, a SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO emitirá a respectiva autorização.

**4.5.** A autorização de adesão carona terá validade de 90 (noventa) dias, findo o qual será necessária nova autorização, atendidas todas as condições exigidas anteriormente.

**4.6.** Caso o órgão ou entidade não possua mais interesse na adesão autorizada, deverá enviar à SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO cópia da autorização e do pedido de cancelamento, com indicação do número autorizado.

**4.7.** É de exclusiva responsabilidade do órgão ou entidade carona o controle sobre a execução e fiscalização contratual, inclusive quanto ao pagamento e aplicação de sanções, observada a legislação aplicável, a ampla defesa e o contraditório, informando à SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO as eventuais sanções aplicadas.

**4.8.** As contratações decorrentes de adesão carona a esta Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) do quantitativo registrado.

## **5. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** O gerenciamento desta Ata caberá a SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO, através da Coordenadoria de Autorizações e Registro de Preços, no seu aspecto operacional, e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais, competindo-lhe, ainda:

- I – conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- II – coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento da ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos;
- III – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços;
- IV – autorizar a adesão de órgãos e entidades não participantes deste Registro de Preços;
- V – promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente da SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO;
- VI – arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

**5.2.** Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.





## 6. DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de circulação do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso que contém o respectivo aviso.

## 7. DA EFICÁCIA

7.1. O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

## 8. DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 92 do Decreto Estadual n. 7.217/2006 e do art. 65, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

8.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

8. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 8.2 e 8.3, passarão por análise contábil e jurídica da Superintendência de Aquisições Governamentais, cabendo ao Secretário de Estado de Gestão a decisão sobre o pedido.

8.4. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassarem os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.5. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO solicitará formalmente à empresa a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.6. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas classificadas, de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.7. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

8.8. As alterações dos preços registrados, oriundos de revisão, serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

8.9. Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

## 9. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:





(65) 3613.3607 / 3613.3798

Centro Político Administrativo - Complexo Paiguás Bloco III

78058-906 - CUIABÁ - MATO GROSSO

MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

**9.1.1.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los;

**9.1.2.** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

**9.1.3.** Se a empresa perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

**9.1.4.** Quando a empresa sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

**9.1.5.** Quando a empresa requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

**9.2.** O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO;

**9.3.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado formalmente, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

**9.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados será analisado pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este a decisão sobre o cancelamento.

**9.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

**9.6.** Caso a SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**9.7.** O cancelamento do registro de preços será comunicado mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso

## **10. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**10.1.** As contratações serão formalizadas pelos órgãos e entidades participantes ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93, observadas as disposições constantes na minuta de contrato, anexo do edital.

**10.2.** Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos órgãos e entidade aderentes, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nos respectivos contratos, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

**10.3.** A adjudicatária deverá comparecer quando convocada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/Ordem de Fornecimento.

## **11. DAS PENALIDADES**





(65) 3613.3607 / 3613.3798

Centro Político Administrativo - Complexo Paiaaguás Bloco III

78058-906 - CUIABÁ - MATO GROSSO

MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

**11.1.** A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e artigo 7º, da Lei n. 10520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**11.2.** Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

- a) Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento), sobre o valor da nota de empenho se for entrega parcelada e sobre o valor do contrato se for entrega única;
- b) A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor da nota de empenho se for entrega parcelada e sobre o valor do contrato se for entrega única, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso.

**11.3.** Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;
- III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

**11.4.** As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente.

**11.5.** As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

- I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;
- II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;
- III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

**11.6.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços será apurado pela SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO, sem prejuízo da apuração do descumprimento dos contratos decorrentes, de competência dos órgãos e entidades aderentes.

## **12. DAS VEDAÇÕES**

**12.1.** É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Gestão.

**12.2.** É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços, além do limite de vigência legalmente estabelecido.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1.** Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, e suspensão





ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

**13.1.1.** A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

**13.2.** As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2016/SEGES** e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato, que está disponível no site da SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO, Portal de Aquisições, no mesmo link onde é retirado o edital.

**13.3.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n. 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto Estadual n. 7217/2006;

#### **14. DO FORO**

**14.1.** As partes contratantes elegem o foro de Cuiabá-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cuiabá-MT, 28 de dezembro de 2016.

**JÚLIO CEZAR MODESTO DOS SANTOS**  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO

**CLAIR UGOLINI**

GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI

**MARCIO KNOFF**

FINISSÍMA DIST. DE ÁGUA LTDA-ME

Em Conformidade Jurídica:

**LUCIANO HENRIQUE DE ARAUJO**  
SUPERINTENDENTE DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS/SAG/SEGES



Quarta-Feira, 11 de Janeiro de 2017

# Diário Oficial

Nº 26937

Resolve: DEFERIR  
Evento: LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Processo N.:  
Nome: (250902/2) GLADIS MAGDA CASTRILLON  
Cargo/Função: (5430) AGENTE DO SERVIÇO DE TRANSITO LC 505/13  
Un. Adm: (155845) 57º SAPEZAL  
A Partir de: 23/12/2016 Até 20/02/2017

Processo N.:  
Nome: (267644/1) MICHELLE RODRIGUES GOMES  
Cargo/Função: (5446) AUXILIAR DO SERVIÇO DE TRANSITO LC 505/13  
Un. Adm: (155934) 61º CONFRESA  
A Partir de: 29/11/2016 Até 02/12/2016

Processo N.:  
Nome: (267644/1) MICHELLE RODRIGUES GOMES  
Cargo/Função: (5446) AUXILIAR DO SERVIÇO DE TRANSITO LC 505/13  
Un. Adm: (155934) 61º CONFRESA  
A Partir de: 08/11/2016 Até 11/11/2016

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMpra-SE.  
Cuiabá-MT, 11 de Janeiro de 2017.  
Arnon Osny Mendes Lucas  
Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

BOLETIM DE PESSOAL/DETRAN/00011/2017

DE: 11/01/2017

O Presidente do Departamento Estadual de Trânsito no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei,

Resolve: DEFERIR  
Evento: LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA

Processo N.:  
Nome: (248446/1) MARIA DO PERPETUO SOCORRO MORAES DAS NEVES  
Cargo/Função: (5430) AGENTE DO SERVIÇO DE TRANSITO LC 505/13  
Un. Adm: (155390) 20º ALTA FLORESTA  
A Partir de: 31/10/2016 Até 05/11/2016

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMpra-SE.  
Cuiabá-MT, 11 de Janeiro de 2017.  
Arnon Osny Mendes Lucas  
Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

## MTPREV

### MATO GROSSO PREVIDÊNCIA

BOLETIM DE PESSOAL/MT PREV/00001/2017

DE: 11/01/2017

O Diretor Presidente MT PREV no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei,

Resolve: REMOVER  
Evento: REMOÇÃO

Processo N.:  
Nome: (258434/1) TANIA SANTOS LOBO  
Cargo/Função: (5365) TÉCNICO ADMINISTRATIVO L 10052  
Para Un. Adm: (185566) GER. DE CONCESSÃO  
A Partir de: 05/01/2017

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMpra-SE.  
Cuiabá-MT, 11 de Janeiro de 2017.  
Ronaldo Rosa Taveira  
Diretor Presidente MT PREV

## LICITAÇÃO

## SECRETARIAS

## SEGES

### SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 038/2016/SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 038/2016/SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO.**  
**PROCESSO: Nº. 262.756/2016/SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO.**

**PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 025/2016/SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO.**

Pelo presente instrumento, o Estado de Mato Grosso, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO**, inscrito no CNPJ/MF nº 03.507.415/0004-97, com sede na Rua C, Centro Político Administrativo, Bloco III, CUIABÁ/MT - CEP: 78.049-005, neste ato representado pelo Senhor Secretário de Estado de Gestão **JÚLIO CEZAR MODESTO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 7123768454 SSP-RS e do CPF sob nº 600.810.661-04 e **RUY CARLOS C. DA FONSECA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 5.359.48 SSP-MT e do CPF sob nº 513.406.71-87, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS das empresas abaixo relacionadas, nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com as classificações obtidas nos lotes, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2016/SEGES**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº/ 262.756/2016, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

|                    |  |
|--------------------|--|
| EMPRESA            | GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI  |
| CNPJ               | 03.401.442/0001-38   |
| ENDEREÇO           | RUA A, NÚMERO 01, ANEXO A, QUADRA: 05, BAIRRO VILLAGE FLAMBOYANT, CUIABÁ - MT. CEP: 78.035-360 |
| REPRESENTANTES:    | NOME: CLAIR UGOLINI<br>CPF: 352.645.941-04<br>RG: 1049236-4 SJ MT                              |
| CONTATO (TELEFONE) | (65) 3626-4400   |
| ENDEREÇO E-MAIL    | Tecnogas.mt@terra.com.br   |

|                    |   |
|--------------------|---|
| EMPRESA            | FINISSÍMA DIST. DE ÁGUA LTDA-ME   |
| CNPJ               | 13.332.212/0001-18  |
| ENDEREÇO           | AV.31 DE MARÇO Nº336, BAIRRO: CRISTO REI, VÁRZEA-GRANDE, CEP:78.118-005 |
| REPRESENTANTES:    | NOME: MARCIO KNOPF<br>CPF: 839.951.161-49<br>RG: 1105887-0              |
| CONTATO (TELEFONE) | (65) 3029-4678 / (65) 81438215  |
| ENDEREÇO E-MAIL    | finlicita@hotmail.com   |

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7217/2006, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 7.692/2002, Decreto Estadual nº 635/2007 e Decreto Estadual n. 7.218/2006, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

## 1. DO OBJETO

1.1. Esta Ata possui o objetivo de registrar preços dos itens abaixo relacionados, no respectivo LOTE, para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral, gás de cozinha e vasilhames de acondicionamento, em atendimento à demanda dos órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, conforme condições e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço.



Quarta-Feira, 11 de Janeiro de 2017

## Diário Oficial

Nº 26937

Página 110

## LOTE 01 (COTA PRINCIPAL 75%)

GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNID. | QUANT. | MARCA/<br>MODELO | VALOR<br>UNIT. |
|------|---|-------|--------|------------------|----------------|
| 01   | ÁGUA MINERAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO, PROTETOR NA PARTE SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, EMBALAGEM CONTENDO 200 ML. CAIXA COM 48 UNIDADES. CAIXA. | CX    | 11486  | CRYSTALINA       | R\$ 17,43      |

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 200.200,98 (Duzentos mil, duzentos reais, noventa e oito centavos).

## LOTE 02 (COTA RESERVADA 25% ME/EPP LEI 123/2006)

GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNID. | QUANT. | MARCA/<br>MODELO | VALOR<br>UNIT. |
|------|---|-------|--------|------------------|----------------|
| 01   | ÁGUA MINERAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO, PROTETOR NA PARTE SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, EMBALAGEM CONTENDO 200 ML. CAIXA COM 48 UNIDADES. CAIXA. | CX    | 3829   | CRYSTALINA       | R\$ 17,43      |

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 66.739,47 (Sessenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais quarenta e sete centavos).

## LOTE 03 (COTA PRINCIPAL 75%)

GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNID. | QUANT. | MARCA/<br>MODELO | VALOR<br>UNIT. |
|------|--|-------|--------|------------------|----------------|
| 1    | GARRAÇÃO VAZIO, PARA ACONDICIONAMENTO DE ÁGUA MINERAL, EM POLIPROPILENO, NOVO, SEM AVARIAS E SEM FISSURAS, CAPACIDADE DE 20 LITROS. UNIDADE. | UN    | 7875   | LEBRINHA         | R\$ 12,39      |

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 97.571,25 (Noventa e setes mil, quinhentos e setenta e um reais, vinte e cinco centavos).

## LOTE 04 - (COTA RESERVADA 25% ME/EPP LEI 123/2006)

GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | MARCA/<br>MODELO | VALOR<br>UNIT. |
|------|-----------|-------|--------|------------------|----------------|
|------|-----------|-------|--------|------------------|----------------|

|   |  |    |      |          |           |
|---|--|----|------|----------|-----------|
| 1 | GARRAÇÃO VAZIO, PARA ACONDICIONAMENTO DE ÁGUA MINERAL, EM POLIPROPILENO, NOVO, SEM AVARIAS E SEM FISSURAS, CAPACIDADE DE 20 LITROS. UNIDADE. | UN | 2625 | LEBRINHA | R\$ 12,39 |
|---|--|----|------|----------|-----------|

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 32.523,75 (Trinta e dois mil, quinhentos e vinte e três, setenta e cinco centavos).

## LOTE 05 (COTA PRINCIPAL 75%)

GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNID. | QUANT. | MARCA/<br>MODELO | VALOR<br>UNIT. |
|------|--|-------|--------|------------------|----------------|
| 1    | ÁGUA MINERAL, NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAÇÃO DE POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 20 (VINTE) LITROS; SEM VASILHAME, EMBALAGEM COM PROTETOR SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 01 ANO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER AS NORMAS VIGENTES. UNIDADE. | UN    | 254723 | CRYSTALINA       | R\$ 4,84       |

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 1.232.859,32 (Um milhão, duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e nove reais, trinta e dois centavos).

## LOTE 06 - (COTA RESERVADA 25% ME/EPP LEI 123/2006)

FINISSÍMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA - ME.

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNID. | QUANT. | MARCA/<br>MODELO | VALOR<br>UNIT. |
|------|--|-------|--------|------------------|----------------|
| 1    | ÁGUA MINERAL, NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAÇÃO DE POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 20 (VINTE) LITROS; SEM VASILHAME, EMBALAGEM COM PROTETOR SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 01 ANO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER AS NORMAS VIGENTES. UNIDADE. | UN    | 84908  | FINISSÍMA        | R\$ 4,65       |

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 394.822,20 (Trezentos e noventa e quatro mil e oitocentos e vinte e dois reais e vinte centavos).



Quarta-Feira, 11 de Janeiro de 2017

## Diário Oficial

Nº 26937

## LOTE 07 (COTA PRINCIPAL 75%)

## GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNID. | QUANT. | MARCA/MODELO | VALOR UNIT. |
|------|--|-------|--------|--------------|-------------|
| 1    | GÁS DE COZINHA 13KG, COM TROCA DE VASILHAME VAZIO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE. | UN    | 6339   | SUPERGASBRAS | R\$ 74,97   |

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 475.234,83 (Quatrocentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e quatro reais, oitenta e três centavos).

## LOTE 08 - (COTA RESERVADA 25% ME/EPP LEI 123/2006)

## GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNID. | QUANT. | MARCA/MODELO | VALOR UNIT. |
|------|--|-------|--------|--------------|-------------|
| 1    | GÁS DE COZINHA 13KG, COM TROCA DE VASILHAME VAZIO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE. | UN    | 2113   | SUPERGASBRAS | R\$ 74,97   |

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 158.411,61 (Cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e onze reais, sessenta e um centavos).

## LOTE 11 (COTA PRINCIPAL 75%)

## GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNID. | QUANT. | MARCA/MODELO | VALOR UNIT. |
|------|---|-------|--------|--------------|-------------|
| 1    | VASILHAME DE GÁS DE COZINHA 13KG VAZIO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE | UN    | 530    | SUPERGASBRAS | R\$ 162,00  |

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 85.860,00 (Oitenta e cinco mil, oitocentos e sessenta reais).

## LOTE 12 - (COTA RESERVADA 25% ME/EPP LEI 123/2006)

## GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNID. | QUANT. | MARCA/MODELO | VALOR UNIT. |
|------|---|-------|--------|--------------|-------------|
| 1    | VASILHAME DE GÁS DE COZINHA 13KG VAZIO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE | UN    | 177    | SUPERGASBRAS | R\$ 162,00  |

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 28.674,00 (Vinte e oito mil, seiscentos e setenta e quatro reais).

## LOTE 13 - (EXCLUSIVO ME/EPP)

## GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNID. | QUANT. | MARCA/MODELO | VALOR UNIT. |
|------|--|-------|--------|--------------|-------------|
| 1    | VASILHAME DE GÁS DE COZINHA 45KG VAZIO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE. | UN    | 88     | SUPERGASBRAS | R\$ 533,33  |

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 46.933,04 (Quarenta e seis mil, novecentos e trinta e três reais e quatro centavos).

**VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇO R\$ 3.596.871,55 (Três milhões, quinhentos e noventa e seis mil, oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).**

1.2. O preço unitário de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

## 2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

2.1. Esta Ata de Registro de Preço, não gera a obrigação aos órgãos e entidades participantes do Registro de Preços, de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

2.2. Consideram-se participantes da Ata de Registro de Preços os órgãos e entidades que responderam a pesquisa de demanda consolidada nos autos, na fase interna da licitação.

2.3. A utilização dos quantitativos registrados nesta Ata, pelos órgãos ou entidades participantes, será restrita ao quantitativo informado na pesquisa de demanda, conforme relatório de pesquisa anexo ao edital.

2.3.1. Excepcionalmente a SEGES poderá remanejar entre os participantes da Ata de Registro de Preços, os quantitativos registrados, desde que devidamente justificado pelo órgão adeso, conforme o artigo 77, VII do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

**ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO NOS AUTOS DA ATA 038/2016. DISPONÍVEL NA ÍNTEGRA NO SITE DA SEGES.**

## SINFRA

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

ESTADO DE MATO GROSSO - PODER EXECUTIVO - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SINFRA/MT.

## AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística torna público para conhecimento de todos os interessados que resolve **PRORROGAR** a abertura do PREGÃO ELETRÔNICO N.017/2016/SINFRA-MT. Processo 475656/2016.

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de Plano Básico de Zona de Proteção dos Aeródromos (PBZPA), Plano Básico de Zoneamento de Ruídos (PBZR) e Plano Diretor Aeroportuário (PDIR) dos aeroportos outorgados ao Estado de Mato Grosso.

Marcado para ser realizado no dia 23/01/2017 às 15h00min (horário de Brasília-DF).

As propostas poderão ser anexadas e enviadas até o dia 06/02/2017 às 14h30min (horário de Brasília-DF).

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 06/02/2017 às 15h00min (horário de Brasília-DF).

LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: [www.aquisicoes.gestao.mt.gov.br](http://www.aquisicoes.gestao.mt.gov.br).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: poderá ser retirado gratuitamente no site [www.aquisicoes.gestao.mt.gov.br](http://www.aquisicoes.gestao.mt.gov.br) e no site institucional da SINFRA [www.sinfra.mt.gov.br](http://www.sinfra.mt.gov.br), bem como, na sede da SINFRA-MT setor de Aquisições e Licitações, ou solicitado pelo email: [unial@sinfra.mt.gov.br](mailto:unial@sinfra.mt.gov.br)

TELEFONES PARA CONTATO: (65) 3613-6614 / 6759.

PREGOEIRO: Renato Silva da Guia.





MTGÁS

Fls. 033

Pub. 40

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2016/SEGES

PROCESSO Nº 262.756/2016/SEGES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2016/SEGES

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE

DATA: 16/11/2016 – HORÁRIO 15h00min – Horário de Brasília.

**LOCAL:** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no “Portal de Aquisições”, constante da página eletrônica da Secretaria de Estado de Gestão – SEGES/MT – <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/>.

**OBJETO:** Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral, gás de cozinha e vasilhames de acondicionamento, em atendimento à demanda dos órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

## ÍNDICE

| ITEM | TÓPICO   | PÁGINA |
|------|--|--------|
| 01   | PREÂMBULO  | 02     |
| 02   | DO OBJETO  | 02     |
| 03   | DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS   | 02     |
| 04   | DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO  | 03     |
| 05   | DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL                        | 04     |
| 06   | DO CREDENCIAMENTO  | 04     |
| 07   | DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS                    | 05     |
| 08   | DA PROPOSTA DE PREÇOS – FORMA ESCRITA                                | 06     |
| 09   | DA ABERTURA DA SESSÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS                     | 08     |
| 10   | DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES                  | 08     |
| 11   | DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS  | 09     |
| 12   | DO ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS POR EMAIL                            | 10     |
| 13   | DA HABILITAÇÃO   | 10     |
| 14   | DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE           | 14     |
| 15   | DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO | 16     |
| 16   | DOS RECURSOS   | 16     |
| 17   | DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO   | 17     |
| 18   | DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  | 17     |
| 19   | DO CONTRATO E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES                              | 19     |
| 20   | DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  | 19     |
| 21   | DAS SANÇÕES  | 19     |
| 22   | DAS DISPOSIÇÕES GERAIS   | 20     |

## ANEXOS

|           |                                     |    |
|-----------|-------------------------------------|----|
| ANEXO I   | ESPECIFICAÇÃO                       | 22 |
| ANEXO II  | MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS        | 24 |
| ANEXO III | TERMO DE REFERÊNCIA                 | 25 |
| ANEXO IV  | MODELO DE DECLARAÇÃO                | 34 |
| ANEXO V   | MODELO DE DECLARAÇÃO ME E EPP       | 35 |
| ANEXO VI  | MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 36 |
| ANEXO VII | MINUTA CONTRATO                     | 40 |



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2016/SEGES**  
(Processo nº 262.756/2016/SEGES)**LICITAÇÃO COM LOTES PARA AMPLA CONCORRÊNCIA, LOTES RESERVADOS E LOTES EXCLUSIVOS  
PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP****1. PREÂMBULO**

**1.1. O ESTADO DE MATO GROSSO**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO**, mediante o(a) **PREGOEIRO(A) OFICIAL da SEGES/MT**, designado(a) pela Portaria **005/2016/GAB/SEGES de 25/08/2016** publicada no Diário Oficial do Estado/MT em **25/08/2016**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/1993, LC 123/2006, com os Decretos Estaduais nº 7.217/2006 e suas alterações e nº 635/2007, e subsidiariamente pela Lei nº 8.078/1990 (CDC) e legislação pertinente, bem como pelas disposições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2. O Edital e seus anexos** poderão ser retirados na página eletrônica: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/>, bem como, estará disponível para consulta na Secretaria de Estado de Gestão – SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS – SAG/SEGES – Centro Político e Administrativo – Cuiabá-MT, de segunda a sexta feira em horário de expediente (**13h00min as 19h00min – horário de Cuiabá-MT**).

**1.3. A SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO** abrirá prazo para o cadastramento eletrônico das **PROPOSTAS DE PREÇOS**, pelo Sistema de Informações para Aquisições Governamentais – SIAG, compreendido entre **28/10/2016 a 16/11/2016**, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão que o horário máximo de aceitação estará condicionado a 15 minutos antes do início da mesma, ou seja, até as **14h45min**(Horário de Brasília). A abertura das propostas será no dia **16/11/2016 às 15h00min**.

**1.4. O Pregão Eletrônico** será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) integrante do quadro efetivo da SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO, denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Portal de Aquisições, constante da página eletrônica: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

**1.5. Todas as referências de tempo** no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF (+1:00 h de Mato Grosso)** e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**2. DO OBJETO**

**2.1. Registro de Preço** para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral, gás de cozinha e vasilhames de acondicionamento, em atendimento à demanda dos órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

**2.2. Este Pregão** possui lotes para ampla concorrência, lotes com reserva de cota nos percentuais de cota principal (75%) e reservada (25%) e lotes exclusivos para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, conforme dispõe os artigos 47 e 48 da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014.

**2.3. Os quantitativos do objeto** desta licitação estão distribuídos conforme discriminado no Anexo I.

**3. DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS**

**3.1. Para participação da licitação** ou simples acompanhamento da mesma, o interessado deverá acessar, na internet, o SIAG, no Portal de Aquisições – <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/>, onde se encontra o link para acesso.

**3.2. A empresa** que desejar participar do PREGÃO ELETRÔNICO deverá, obrigatoriamente, possuir login e senha, pessoal e intransferível no Sistema de Aquisições Governamentais (SIAG) do Estado de Mato Grosso. Caso não possua, deverá criá-los na página eletrônica: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> no campo “FORNECEDORES”.  
**Obs.: Este procedimento não substitui os documentos de habilitação solicitados na seção 13 deste Edital.**

**3.2.1. Após o cadastramento**, o representante da empresa deverá credenciar-se e preencher no Sistema de Aquisições governamentais – SIAG sua proposta de preços.





**3.2.2.** Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**3.3.** Até a data e horário previstos no **item 1.3** os interessados poderão se cadastrar, credenciar, preencher sua proposta de preços e/ou substituir propostas comerciais no sistema eletrônico, após esse prazo as propostas não poderão ser alteradas ou retiradas pelos participantes.

**3.4.** O início da sessão ocorrerá às 15h00m do dia 16/11/2016 – horário de Brasília.

#### 4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

**4.1.** A Sessão deste PREGÃO ELETRÔNICO será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, horário e local indicado no Preâmbulo.

**4.2.** Poderão participar deste certame pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível e pertinente com o objeto desta licitação e atendam as exigências do edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

**4.3.** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- I - que se encontrem sob falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- II - reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- III - estrangeiras que não funcionem no País;
- IV - empresas que tenham sido declaradas inidôneas, por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, de qualquer esfera governamental, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com o órgão ou entidade promotora da licitação;
- V - que tenham servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor, bem como, à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

**4.4.** A participação no LOTE expressamente exclusivo ou reservado a microempresas (ME) e a empresas de pequeno porte (EPP), pela licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, mas se declara como tal, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**4.5.** Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados pelas licitantes deverão referir-se ao mesmo CNPJ descrito por estas na proposta de preços, salvo aqueles documentos permitidos por lei.

**4.6.** As licitantes se responsabilizam pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo todos os ônus pela preparação da proposta assim como da habilitação, não cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame.

**4.7.** Conforme instituído pelos artigos 47 e 48 da Lei Complementar 147/2014, fica concedido e assegurado o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte com exclusividade e reserva de cota do objeto, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006 e ao disposto na Lei Complementar 147/2014.

**4.8.** Para a participação do(s) lote(s) da Cota Principal, as licitantes enquadradas na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, que pretenderem utilizar as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão assinalar em campo próprio do Sistema, no momento do credenciamento, que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei mencionada.

**4.8.1.** A ausência da informação prevista no item anterior não impedirá a participação da microempresa ou empresa de pequeno porte na Cota Principal do processo licitatório, porém terá seus direitos precluídos com relação ao exercício das referidas prerrogativas.

**4.9.** Para a participação do(s) lote(s) de Cota Reservada, a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP **deverá** assinalar, em campo próprio do Sistema, no momento do credenciamento, a condição para o exercício do benefício à referida cota.

**4.10.** É vedada a subcontratação dos serviços objeto desta licitação.





## 5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

**5.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão**, qualquer interessado poderá **solicitar esclarecimento, requerer providências ou impugnar** o ato convocatório do Pregão Eletrônico, mediante requerimento fundamentado ao(a) pregoeiro(a), a quem caberá decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão da licitação (Art. 32 § 1º do Decreto Estadual nº 7.217 de 14/03/2006 – alterado pelo Decreto 1805 de 30/01/2009).

**5.1.1. As petições de impugnação e de pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhadas devidamente instruídas com as seguintes informações: número do processo e do pregão ao qual se refere, qualificação da Requerente, endereço de correspondência, endereço de e-mail para os fins de que trata o item 5.3 do Edital, telefone para contato e a assinatura do representante/Requerente. No caso de pessoa jurídica, informar a razão social da empresa. E em sendo a Requerente pessoa física, apresentar cópia dos documentos pessoais.**

**5.1.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo que só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade, ou seja, serão contados somente os dias úteis consecutivos de modo contínuo.**

**5.2. As petições de impugnação e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhadas para o e-mail: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br), no prazo previsto no item 5.1., podendo também, alternativamente serem protocoladas na SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS – SAG/SEGES, sito à Rua: C - Bloco III – Centro Político Administrativo – CEP: 78.049-005 – Cuiabá-MT, igualmente respeitado o prazo previsto no item 5.1 desta seção.**

**5.3. Todas as petições e pedidos de esclarecimentos serão respondidos por e-mail para a empresa solicitante, bem como, lançado no endereço eletrônico <https://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/>, no Sistema de Aquisições Governamentais - SIAG - junto ao Edital, para conhecimento da empresa solicitante/impugnante e de quaisquer interessados.**

**5.4. Se a impugnação e/ou pedido de esclarecimento ao edital forem reconhecidos e julgados procedentes, serão corrigidos os vícios e uma nova data será designada pela Administração, para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas. (Art. 32, §2º do Decreto Estadual nº 7.217, de 14.03.2006 e suas alterações).**

**5.5. Decairá o direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis, antes da data designada para a realização do Pregão Eletrônico, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entender viciarem o mesmo.**

**5.6. Havendo a ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e legislação vigente.**

## 6. DO CREDENCIAMENTO

**6.1. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no site <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/>, sendo acessado pelo link “FORNECEDOR” => Acesso ao sistema”, localizado no menu lateral esquerdo do portal, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do representante credenciado.**

**6.1.1. Caso a licitante ainda não possua login e senha, poderá providenciar o cadastro acessando o menu superior do Sistema de Aquisições “FORNECEDORES” => Informações e Serviços aos Fornecedores => Cadastro. Os procedimentos para o cadastro estão disponibilizados para download através do arquivo denominado “COMO CRIAR LOGIN E SENHA”.**

**6.1.2. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu credenciado, não cabendo a SEGES a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

**6.1.3. O cadastro deverá ser realizado com a utilização CNPJ da empresa que participará do certame, não sendo permitido o uso do CPF do representante legal da licitante.**

**6.2. Ao acessar o sistema, a licitante deverá:**

**a) Localizar o Pregão de interesse, acessando a opção “PREGÕES” – “LANÇAR PROPOSTA”, no menu lateral esquerdo do portal;**





b) Após localizar o Pregão pelo número do Edital ou número do Processo Administrativo, clicar em visualizar

c) Em seguida, deverá optar pela declaração de enquadramento ou não, de microempresa ou empresa de pequeno porte:

**c1)** Para a cota principal, a não identificação no sistema acarretará preclusão consumativa do tratamento diferenciado e favorecido, concedido pela Lei Complementar nº 123/2006 - em especial quanto ao seu artigo 3º.

**c2)** Para os lotes exclusivos e cotas reservadas do processo licitatório, a não identificação no sistema impedirá a participação da microempresa ou empresa de pequeno porte no certame.

**c3)** A licitante que se declarar microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ainda selecionar o campo respectivo, caso possua alguma restrição quanto à documentação referente à regularidade fiscal.

**Pregão**

Voltar Credenciamento

**Informações do Pregão**

Órgão:

Processo:

Pregão:

Pregoeiro:

Data/Hora da Abertura do Pregão:

Data Final para Envio de Propostas:

Objeto:

Sr. Fornecedor, a empresa que você representa não encontra-se registrada em nosso sistema como Micro ou Pequena Empresa. Para alterar essa informação selecione abaixo a opção "Declaro ser Micro ou Pequena Empresa".

☒ Declaro ser Micro ou Pequena Empresa

☐ Declaro não ser Micro ou Pequena Empresa

☒ Sou Microempresa e Declaro que possuo restrição da documentação exigida, para efeito de comprovação de regularidade fiscal.

Voltar Credenciamento

**6.3.** Realizadas as devidas marcações, a licitante procederá à confirmação no botão "CREDENCIAMENTO", e então, poderá aceitar ou recusar os conteúdos do Termo de Credenciamento e Declaração de Habilitação, bem como imprimir referidos Termos, se assim preferir.

**6.3.1.** Recusando os termos, a licitante não participará do certame;

**6.3.2.** Aceitando os termos, a licitante declara automaticamente que cumpre todos os requisitos exigidos neste Edital.

**6.4.** A solicitação de credenciamento do responsável para representar os interesses da licitante junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**6.5.** O login e a senha criados pela licitante poderão ser utilizados em qualquer Pregão Eletrônico administrado por esta Superintendência de Aquisições Governamentais/SEGES.

**6.6.** É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

**6.7.** A quebra de sigilo ou perda da senha poderá ser regularizada através de acesso ao menu superior "FORNECEDORES" => Informações e Serviços aos Fornecedoros => "Alterar Cadastro" ou "Esqueci minha Senha", desde que o e-mail da licitante cadastrado esteja atualizado no Cadastro de Usuários.

**6.8.** Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento poderão ser esclarecidas no Manual "COMO LANÇAR PROPOSTA NO PREGÃO ELETRÔNICO", cujo download do arquivo encontra-se disponível no menu superior "FORNECEDORES", ou ainda pela equipe de suporte ao Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG, através do telefone (65) 3613-3606.

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

**7.1.** Efetuado o Credenciamento, a licitante deverá PREENCHER sua proposta de preços e incluir os demais documentos solicitados na Sessão 8 deste Edital, até a data e horário previstos no subitem 1.3, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.





7.1.1. Ao apresentar sua proposta, a licitante aceita plenamente e concorda especificamente com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

7.1.2. A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada, desde que durante o prazo estipulado no subitem 1.3 deste Edital.

7.2. Para cadastrar a Proposta Eletrônica de Preços, a licitante deverá clicar na opção "CRIAR PROPOSTA" e:

a) Selecionar o lote para o qual fará a proposta;

a1) A descrição do objeto será automaticamente preenchida pelo Sistema conforme cadastrado na oportunidade de abertura do processo licitatório.

b) Preencher o prazo da entrega do lote observando o previsto no Edital;

c) Preencher o prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da sessão pública;

d) Preencher a MARCA/MODELO, quando não for o fabricante do produto;

d1) A licitante que for o fabricante do produto ofertado, atendendo ao princípio da impessoalidade, deverá preencher o campo <MARCA/MODELO>, com a expressão "**Marca Própria**", para não ter o risco de ter sua proposta desclassificada.

e) Como o objeto não exige catálogo ou folders, a licitante deve desconsiderar o campo <FICHA/CATALOGO>, não clicando, nem anexando nada.

f) Preencher o preço ofertado, informando o VALOR UNITÁRIO DO ITEM.

g) Após preencher todos os campos solicitados, clicar em **SALVAR**.

7.3. O envio da proposta digital pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

7.4. Após a abertura da proposta, pelo(a) pregoeiro(a), não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) pregoeiro(a).

7.5. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa em **DESCCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

## 8. DA PROPOSTA DE PREÇOS – FORMA ESCRITA

8.1. Salvada a Proposta Eletrônica de Preços, a licitante **deverá** clicar em "**ANEXO DA PROPOSTA**" para fins de anexar e enviar a PROPOSTA DE PREÇO DE FORMA ESCRITA, obedecendo aos requisitos constantes no subitem 8.2, conforme ilustração abaixo (vide Manual "COMO LANÇAR PROPOSTA NO PREGÃO ELETRÔNICO"):

8.1.1. A licitante deverá anexar uma proposta, conforme modelo do ANEXO II, para cada lote que deseja participar, com as informações apenas do lote pretendido.





8.1.2. O não cumprimento do disposto no item 8.1 e subitem 8.1.1. implicará na DESCLASSIFICAÇÃO da proposta da licitante para o lote.

8.1.3. Não será necessário o envio dos documentos de habilitação pelo Sistema, eis que estes serão solicitados pelo(a) pregoeiro(a), após a fase de lances e o envio se dará por e-mail, conforme disposto no item 12.1.

8.2. Para formular a Proposta de Preço, a licitante deverá observar com atenção o Termo de Referência, que consta no Anexo III, parte integrante do presente Edital, principalmente nos itens que venham a fazer parte da formação do preço.

8.3. A PROPOSTA DE PREÇOS DE FORMA ESCRITA deve ser elaborada observando o Formulário Padrão de Proposta - Anexo II e Especificação – Anexo I e conter obrigatoriamente:

8.3.1. Descrição do objeto conforme especificação consignada no Anexo I e Termo de Referência anexo deste Edital;

8.3.2. Uma única Marca/Fabricante/Modelo;

8.3.3. VALOR UNITÁRIO e VALOR TOTAL DO LOTE;

8.3.4. O prazo de eficácia da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da sessão pública;

8.3.5. Declaração expressa de que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação;

8.3.6. CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato, inclusive endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco, e **ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**.

8.4. O sistema eletrônico somente permitirá a visualização da Proposta de Preços de Forma Escrita ANEXADA (uma proposta para cada lote que deseja participar), **após o término da etapa de lances**.

8.5. A empresa licitante deverá entregar os produtos dentro das quantidades e das especificações constantes do Anexo I do Edital.

8.6. Serão **desclassificadas** as propostas que não atenderem às especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

8.7. As propostas apresentadas pelas licitantes deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas, materiais, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrências da exclusão de quaisquer despesas incorridas.

8.7.1. As empresas após a apresentação das propostas não poderão alegar preço inexequível ou cotação incorreta e deverão fornecer os produtos sem ônus adicionais.

8.7.2. Nos casos em que as empresas se negarem a fornecer os produtos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas neste edital.

8.8. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.9. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.10. Todas as declarações exigidas na proposta de preços deverão estar devidamente assinadas pelo responsável legal da empresa, sob pena de desclassificação do certame.

8.11. O(A) pregoeiro(a) considerará erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não impliquem nulidade do procedimento, como sendo erros materiais ou formais e consequentemente classificará a empresa.

8.12. O(A) pregoeiro(a) poderá, no interesse da administração pública, relevar excesso de formalismo nas propostas apresentadas pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.





8.13. Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos será considerada.

8.14. A sessão pública poderá ser suspensão, por prazo a ser definido na própria sessão, para a análise prévia que se fizer necessária.

8.15. Em nenhuma hipótese o conteúdo da proposta poderá ser alterado, seja com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais, ressalvados os casos que se enquadrem no previsto do item 8.11.

8.16. As licitantes, após a etapa de lances e quando convocadas pelo(a) pregoeiro(a), deverão enviar a **Proposta de Preços Realinhada e os documentos de habilitação**, em original ou cópia autenticada, ao endereço definido no item 15.1 deste edital.

## 9. DA ABERTURA DA SESSÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do(a) pregoeiro(a), com a divulgação das propostas eletrônicas de preços recebidas, sem identificação das licitantes por parte do sistema eletrônico.

9.2. As licitantes deverão utilizar sua chave de acesso e senha para participar da sessão pública na internet.

9.2.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.3. A comunicação entre o(a) pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

## 10. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1. Aberta a sessão, o(a) pregoeiro(a) passará à análise e acolhimento das propostas eletrônicas e em seguida a sua divulgação:

10.1.1. O(A) pregoeiro(a) ao abrir a sessão analisará as propostas eletrônicas, verificando se atendem ao que estabelece o art. 31, IV, do Decreto Estadual nº 7.217/2006, reprecinado pelo Decreto Estadual nº 254/2015, em consonância com o art. 4º, VIII da Lei nº 10.520/2002, ou seja, a diferença entre as propostas devem estar dentro de um limite de **10% do menor preço apresentado**.

10.1.1.1. Se não forem verificadas, no mínimo, três propostas de preços nestas condições, o(a) pregoeiro(a) acolherá as melhores propostas subsequentes a do menor preço, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas.

10.2. O(a) pregoeiro(a) analisará as propostas eletrônicas de preços, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com o estabelecido pelo instrumento convocatório.

10.2.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as licitantes.

10.3. A decisão sobre classificação de propostas será disponibilizada no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelas licitantes.

10.4. Classificadas as propostas, iniciar-se-á a fase de lances, na qual os autores das propostas classificadas poderão oferecer lances, obrigatoriamente por meio do sistema eletrônico, sem restrições de quantidade de lances ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, **MAS SEMPRE INFERIOR A OFERTA INICIAL DA LICITANTE**.

10.5. Os lances deverão ser apresentados em valores sucessivos e decrescentes para o lote, considerando-se o VALOR TOTAL UNITÁRIO DO LOTE, gerado pelo SIAG no momento do cadastramento da proposta inicial.

10.5.1. O valor total unitário do lote a que se refere o subitem acima é o somatório dos valores unitários dos itens, lançados no momento do preenchimento da proposta eletrônica.

10.5.2. Não serão aceitas cotações com valores unitários com mais de duas casas decimais. Caso ocorra o valor deverá ser arredondado para menor.





**10.6.** A cada lance ofertado, o participante conectado será imediatamente informado de seu recebimento com seu respectivo horário de registro e valor. O lance vencedor será identificado pela cor verde.

**10.7.** Quando houver uma licitante ou uma única proposta válida, caberá ao(à) pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do valor ofertado.

**10.8.** Na hipótese de haver propostas lançadas inicialmente com valores iguais, o sistema ordenará por ordem de inserção, e o desempate será efetivado através dos lances franqueados.

**10.8.1.** Caso, não haja lances, será aplicada a regra prevista no art. 45, § 2º, da Lei 8.666/1993.

**10.9.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**10.10.** Durante o transcurso da sessão de lances, os participantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance ofertado.

**10.11.** O sistema não identificará os autores dos lances ao(à) pregoeiro(a) e demais participantes.

**10.12.** Por iniciativa do(a) pregoeiro(a), o sistema eletrônico emitirá aviso de que terá início do tempo aleatório (randômico) que ficará caracterizado no sistema pela palavra **DOU-LHE 1, DOU-LHE 2, DOU-LHE 3 e logo em seguida a mensagem "início do tempo randômico"**. Findado este tempo, estará automaticamente encerrada a recepção de lances. O tempo randômico vai de 0 (zero) até 30 (trinta) minutos. Nesta fase o sistema poderá encerrar a disputa a qualquer momento desse intervalo, sem a possibilidade de intervenção do(a) pregoeiro(a) respeitando o limite máximo.

**10.13.** Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

**10.14.** Em face da impossibilidade de determinação da finalização do tempo aleatório/randômico recomendam-se às licitantes estabelecer o valor mínimo de lance antes de seu acionamento, evitando assim frustração por falta de tempo hábil para calculá-lo e apresentá-lo durante o tempo aleatório.

**10.15.** O sistema informará a proposta de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances, devendo as licitantes consultarem regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.

**10.16.** No caso de desconexão do(a) pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

**10.17.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, o pregão será suspenso e terá reinício somente após COMUNICADO expresso aos participantes por meio do Sistema de Aquisições Governamentais no mesmo local de disponibilização do Edital. Ficando a licitante responsável pelo acompanhamento.

**10.17.1.** Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o(a) pregoeiro(a) comunicará por meio de Aviso no Diário Oficial do Estado – DOE/MT.

**10.18.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o sistema verificará e classificará a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do **art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações**.

**10.19.** Erros relativos a operações matemáticas poderão ser corrigidos na etapa de negociação no caso de valores inferiores ao já ofertado.

**10.20.** Caso não se realizem lances serão verificados a conformidade entre a proposta de menor valor e o valor estimado da licitação.

**10.21.** Todos os avisos de suspensão em decorrência de horário de expediente ou fatos supervenientes serão disponibilizados no sistema utilizado, sendo de inteira responsabilidade o acompanhamento por parte da licitante.

**10.22.** Todos e quaisquer avisos pertinentes ao certame serão postados no chat e/ou anexados no campo "DOCUMENTOS" no sistema. Não podendo a licitante alegar desconhecimento da informação, sob pena de preclusão.

## 11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**11.1.** No julgamento e classificação das propostas, será adotado o **CRITÉRIO DE MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**, observando os demais requisitos estabelecidos neste Edital.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais

Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674

Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





11.2. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos insanáveis capazes de dificultar o julgamento.

11.3. Deverá ser apresentada proposta que atenda todas as especificações solicitadas não podendo ser alteradas, sob pena de desclassificação;

11.4. Erros meramente formais poderão, após análise, serem sanados pelo(a) pregoeiro(a), desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação as demais licitantes.

11.5. Se a proposta ou lance de menor valor, não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.5.1. Ocorrendo à situação a que se refere o subitem anterior, o(a) pregoeiro(a) poderá por meio do sistema eletrônico, negociar com a licitante para que seja obtido o valor desejado.

11.6. Finalizada a sessão pública não poderá haver desistência da proposta ou dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes na legislação vigente.

## 12. DO ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS POR EMAIL

12.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação no sistema, quando houver, a licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, para os lotes que sagrar-se vencedora, **PROPOSTA DE PREÇO REALINHADA** ao menor lance, elaborada de acordo com as especificações do Anexo I, bem como os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** constantes na **seção 13** deste Edital.

12.1.1. Os documentos de habilitação serão encaminhados somente uma vez, se a licitante vencer mais de um lote, no prazo máximo de **03 (três) horas**, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a) através do sistema eletrônico, para o e-mail: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br), **cabendo-lhe a inabilitação pelo não atendimento, sujeito às penalidades previstas no item 21.3. deste edital**, garantido o direito de defesa.

12.1.2. O(A) pregoeiro(a) disponibilizará os documentos de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, que forem enviados através do email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br), no Sistema de Informações para Aquisições – SIAG, na área pública, junto ao Edital, para análise e apreciação das demais licitantes, após o prazo estipulado no subitem 12.1.1.

12.1.3. Serão solicitados os documentos da licitante vencedora, bem como o(a) pregoeiro(a) poderá solicitar os documentos das demais licitantes desde que devidamente classificada na etapa de lances, mantendo a ordem classificatória do menor lance vencedor em diante, na forma do artigo 36, parágrafo 4º do Decreto Estadual nº 7.217 de 14 de março de 2006.

12.2. O(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ajustada ao menor lance, quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para licitação.

12.3. Se a proposta realinhada não for enviada, não for aceitável, ou ainda, os documentos não atenderem às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências deste Edital.

12.4. Após a negociação, havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o(a) pregoeiro(a) irá avaliar as condições de habilitação da licitante, de acordo com os documentos enviados por email, ficando condicionada a habilitação definitiva da licitante à apresentação dos documentos originais que deverão ser enviados/postados via correios ou entregues pessoalmente na Superintendência de Aquisições Governamentais/SEGES.

12.5. Todas as declarações exigidas na proposta de preços deverão estar devidamente assinadas pelo responsável legal da empresa, ou por seu representante legal, desde que detenha tais poderes expressos em instrumento de mandato, sob pena de desclassificação do certame.

## 13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Encerrada a etapa de lance, o(a) pregoeiro(a) avaliará a necessidade de suspender a sessão para análise da documentação de habilitação. Havendo necessidade, será publicada em Diário Oficial do Estado e no Sistema de Informação para Aquisições Governamentais – SIAG, a futura data de reabertura da sessão para divulgação do resultado da fase de habilitação e prosseguimento do processo licitatório.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais

Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674

Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





**13.2.** Os documentos de habilitação que deverão ser apresentados, de forma numerada, sequencial, são os seguintes:

**13.2.1. Relativos à Habilitação Jurídica:**

- a) Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto), do representante legal;
- b) Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
  - c1) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**13.2.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, a mesma poderá ser retirada no site: [www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm);
- c) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: [www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br), para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo órgão expedidor;
- d) Certidão Negativa de Débitos da Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário ou sede;
  - d1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas 'c' e 'd', de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário da licitante, caso no qual será necessária a comprovação da possibilidade legal de emissão conjunta, podendo ser, caso necessário diligenciado pelo(a) pregoeiro(a) a confirmação da existência da legislação.
- e) Certidão Negativa de Débitos Fiscais Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário ou sede;
- f) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a mesma pode ser retirada no site: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br);
- g) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho no site do Superior Tribunal do Trabalho – [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos, conforme disposto no art. 29, V da lei nº 8.666/1993.

**13.2.2.1. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas, nos termos da lei de regência, para fins de comprovações fiscais e trabalhistas.**

**13.2.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, conforme segue:
  - a1) Empresas regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):
    - publicados em Diário Oficial; ou
    - publicados em jornal de grande circulação; ou
    - por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante**.





**a2)** Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples:

- Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, extraído do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o "Termo de Autenticação" da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio da licitante; ou
- Cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício – DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio da licitante.

**a3)** Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

- apresentar o Balanço Patrimonial conforme **item a2**.

**a4)** Empresas criadas no exercício em curso ou com menos de um ano de abertura:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das licitantes.

**a5)** O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados por administrador da empresa e por Contador legalmente habilitado.

**a6)** Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 1420/2013 da RFB e alterações, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, na seguinte forma:

I. Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, nos termos do decreto 8.683/2016, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências;

II. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

III. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

**b)** A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultado igual ou maior que 1,0(um):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**b1)** Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinados pelo profissional contábil responsável pela empresa.

**b2)** No caso de empresas cadastradas no **Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso**, a **licitante** poderá anexar a **Certidão de Índices**, atualizada, emitida pelo site do portal de aquisições da SEGES por meio da pagina eletrônica: [aquisicoes.gestao.mt.gov.br](http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br).

**c)** Considerando que a presente licitação objetiva o registro e preço, sem obrigatoriedade de contratação, e os riscos para administração, as empresas licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no item anterior, deverão comprovar **patrimônio líquido de no mínimo 10% do valor total de sua proposta de preço (após a fase de lance)**, o que for menor, e com relação a cada lote em que for classificada em primeiro ou segundo lugar, conforme o artigo 31, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93, sob pena de inabilitação;





d) Todas as formas societárias deverão apresentar Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial ou extrajudicial, no CNPJ da matriz, expedida pelo distribuidor da sede da mesma.

#### 13.2.4. Documentação Complementar

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/1993 (conforme modelo anexo IV).
- b) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, inciso V, artigo 27 da Lei 8666/1993 (conforme modelo anexo IV).
- c) Declaração da própria Empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, servidor público do Poder Executivo Estadual, exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão (inciso III, do art 9 da Lei 8666/1993 e inciso X, art. 144 da Lei Complementar Estadual nº 04/1990 (conforme modelo anexo IV).

##### 13.2.4.1. Documentação Complementar, exigível nos termos da LC 123/2006:

- a) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal 123/2006. (conforme modelo anexo V);
- b) Certidão de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte emitida pela Junta Comercial;
- c) Quando **optante** pelo SIMPLES NACIONAL a licitante deverá apresentar **Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal**;
- d) Quando **não optante** pelo SIMPLES NACIONAL a licitante deverá apresentar **Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício - DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da LC 123/2006.**

#### 13.2.5. Relativos à Qualificação Técnica:

a) A licitante deverá apresentar **atestado(s)** de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado em nome da empresa Licitante, que comprove(m) que a mesma tenha fornecido produto(s) pertinente(s) e compatível(is) com o objeto da Licitação.

**a1) Caso o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado obrigatoriamente deverá ter reconhecimento de Firma em Cartório de Notas;**

**a2) O(s) atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público deverá(ão) trazer devidamente identificado o seu subscritor (nome, cargo, CPF ou matrícula);**

**a3) Não será conhecido e nem considerado válido o atestado de capacidade técnica emitida por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da licitante, sendo considerado como empresa pertencente ao mesmo grupo da controlada pela licitante, a empresa controladora ou que tenha uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e/ou da licitante.**

**a4) Alvará de funcionamento ou outro documento, expedido pela Prefeitura Municipal, referente ao ano de exercício vigente, que comprove a regularidade de funcionamento da empresa Licitante;**

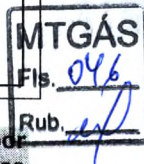
**a5) Certificado de Posto Revendedor expedido pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustível – (ANP), conforme estabelece a PORTARIA ANP Nº 297, DE 18.11.2003 – DOU 20.11.2003, para os Licitantes que concorrerão aos Lotes 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.**

**13.3. As licitantes inscritas no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Mato Grosso poderão apresentar o respectivo Certificado de Inscrição e a Certidão de índices de qualificação econômico-financeira, em plena validade e devidamente atualizados, em substituição aos documentos relativos à habilitação jurídica (item 13.2.1), regularidade fiscal e trabalhista (item 13.2.2) e qualificação econômico-financeira (item 13.2.3).**

**13.4. Os documentos exigidos neste certame que não foram apresentados no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Mato Grosso, inclusive balanço patrimonial no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte, bem como aqueles que foram apresentados, mas estão com a validade expirada, deverão ser encaminhados à Superintendência de Aquisições, nos mesmos parâmetros estabelecidos nos subitens 12.1 e 15.1, respectivamente, com a validade renovada.**

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais  
Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





**13.5. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo(a) pregoeiro(a).**

**13.5.1.** Os documentos apresentados pelas licitantes nas propostas de preços e nos documentos de habilitação, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado.

**13.6.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, em sendo possível, constar o número de inscrição no CNPJ e endereço respectivo, salientando que:

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;
- b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- c) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.

**13.7.** Os documentos de **HABILITAÇÃO** apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão.

**13.7.1.** Excetuem-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

**13.8.** Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

**13.9.** O(a) pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

**13.10.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**13.11.** Se a documentação de habilitação não estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos e, observado ainda o disposto no item 22.6, deverá o(a) pregoeiro(a) considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação do artigo 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006.

**13.12.** Poderá o(a) pregoeiro(a) declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida.

**13.13.** Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o(a) pregoeiro(a) considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.

**13.14.** Somente serão solicitados os documentos de habilitação da licitante vencedora, no entanto, o(a) pregoeiro(a) poderá solicitar os documentos de habilitação das demais licitantes quando estes se manifestarem sobre a intenção de interpor recursos administrativos ou desde que estes estejam implicados na questão.

**13.15.** Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, a licitante classificada em primeiro lugar, será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

**13.16.** Se a licitante detentora da melhor proposta desatender às exigências editalícias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e, após negociação, os documentos de habilitação.

**13.16.1.** A regra deste item poderá ser aplicada à empresa licitante que não teve a proposta acolhida nos termos do subitem 10.1.1., caso todas as demais licitantes que participaram da fase de lances sejam desclassificadas ou inabilitadas.

**13.17.** O(A) pregoeiro(a) poderá habilitar mais de 01 (uma) licitante por lote, desde que devidamente classificado na etapa de lances, mantendo a ordem classificatória do menor lance vencedor em diante, na forma do artigo 36, parágrafo 4º do Decreto Estadual nº 7.217 de 14 de março de 2006, observado o subitem 12.1.3.

#### **14. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**14.1.** Para o(s) lote(s) **exclusivos, cota principal ou cota reservada**, a microempresa e empresa de pequeno porte





que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 deverá optar, no sistema, ser: <microempresa ou empresas de pequeno porte>, antes do envio da proposta; e no momento da **Habilitação** deverá comprovar tal situação, apresentando todos os documentos solicitados na **seção 13** deste edital, bem como aqueles previstos na legislação vigente.

**14.1.1.** A falta de identificação no sistema, antes de envio da proposta, conforme estabelecido no item 14.1., acarretará em preclusão dos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

**14.1.1.1.** Para participação do lote de cota reservada é obrigatório a identificação no sistema da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

**14.1.2.** Será **inabilitada** a microempresa ou empresa de pequeno porte que se identificar como tal e não apresentar os documentos mencionados conforme **item 14.1.**

**14.2.** Nos termos do artigo 43 da LC 123/2006, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme subitem **13.2.2.** deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**14.2.1.** Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal:

**14.2.1.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá assinalar no respectivo campo do SIAG, no momento do credenciamento, conforme item **6.2, alínea "c2"** deste Edital.

**14.2.1.2.** Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

**14.3.** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem **14.2.1.2**, implicará na preclusão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 e 87 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**14.4.** Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores à proposta melhor classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

**14.5.** Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**14.5.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar novo lance no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

**14.5.1.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte que ofertar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame terá adjudicado em seu favor o objeto licitado.

**14.5.2.** Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item **14.4**, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes;

#### **14.6. DA COTA RESERVADA PARA ME E EPP**

**14.6.1.** Não havendo vencedor para a cota reservada, o objeto poderá ser adjudicado ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, à licitante remanescente, de forma sucessiva, desde que pratique o preço do primeiro colocado.

**14.6.2.** Se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela empresa

**14.6.3.** Não se aplica o disposto nos itens 14.4. e 14.5. aos participantes dos lotes exclusivos e de cota reservada às microempresas e às empresas de pequeno porte.

#### **15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**15.1.** A **PROPOSTA DE PREÇO REALINHADA** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, já enviadas por e-mail nos termos da seção 12 deste edital, também deverão ser encaminhadas pela licitante vencedora, em prazo não superior a **02 (dois) dias úteis**, contado a partir da finalização da sessão do pregão ou da convocação do(a) pregoeiro(a), conforme a exigência contida no Art. 44 do Decreto Estadual nº 7.217/2006, para o seguinte endereço, SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674 Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





**Superintendência de Aquisições Governamentais/SEGES, sito à Rua C, Bloco III, Centro Político Administrativo, CEP. 78.049-005, Cuiabá/MT, aos cuidados do(a) pregoeiro(a), em envelopes separados, identificados conforme abaixo:**

**MT GAS**  
Fis. 048  
Rub. 4

a) O envelope da Proposta de Preços deverá ter expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

**ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇOS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO  
SUPERINTENDENCIA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS  
PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2016/SEGES  
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DA LICITANTE**

b) O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ter expresso, em seu exterior as seguintes informações:

**ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇOS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO  
SUPERINTENDENCIA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS  
PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2016/SEGES  
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DA LICITANTE**

**15.2.** Se a licitante não apresentar proposta atualizada e documentos de habilitação em prazo não superior a **02 (dois) dias úteis**, poderá o(a) pregoeiro(a) inabilitá-la e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

**15.2.1.** Nas hipóteses acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante advertência, multas, suspensão ou declará-la inidônea, sendo informado à Secretaria de Estado de Gestão, para providência quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado

**15.3.** A Administração não se responsabilizará por envelopes/pacotes postados pelos correios, que não sejam entregues à Equipe de Pregão definida neste Edital;

**15.3.1.** Os envelopes poderão ser acondicionados em um único pacote.

**15.3.2.** Após postagem pelos correios enviar via email o comprovante de postagem para comprovação de cumprimento do prazo estabelecido em Edital.

**15.4.** Será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor preço, atender aos requisitos das propostas e cumprir todos os requisitos de habilitação.

## **16. DOS RECURSOS**

**16.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, expondo os motivos em **campo próprio do Sistema Eletrônico, no prazo de 30 (trinta) minutos**, contados da declaração de vencedor. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

**16.1.1.** As petições de recurso (razões e contrarrazões) deverão ser enviadas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato), para o endereço eletrônico [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br) e encaminhados os documentos originais à Superintendência de Aquisições Governamentais/SEGES, sito Rua C, Bloco III, Centro Político Administrativo, CEP. 78.049-005 - Cuiabá/MT.

**16.1.1.1.** Após postagem pelos correios enviar via email o comprovante de postagem para comprovação de cumprimento do prazo estabelecido em Edital.

**16.2.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo(a) pregoeiro(a) ao vencedor.

**16.3** O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.4.** Caberá ao(a) pregoeiro(a) proceder ao juízo de admissibilidade das intenções de recurso manifestadas pelas licitantes na sessão pública, buscando verificar tão somente a presença dos pressupostos recursais, ou seja, sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, abstendo-se de analisar, de antemão, o mérito do recurso, nos termos do art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002, c/c art. 11, inciso XVII e do art. 26, caput, do Decreto SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais  
Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





nº 5.450/2005 (pregão eletrônico).

**16.5.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o certame.

**16.6.** Durante os prazos de recursos os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Superintendência de Aquisições Governamentais da Secretaria de Estado de Gestão.

**16.7.** As Razões, Contrarrazões e Decisões serão disponibilizadas no Sistema de Informações para Aquisições Governamentais – SIAG, na área pública, junto ao Edital.

**16.8.** Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

## **17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**17.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto pelo(a) pregoeiro(a), exceto se:

- I – houver recurso;
- II – houver apenas uma proposta válida por lote.
- III – o valor final ofertado ficar acima do valor estimado pela Administração.

**17.2** Em havendo recurso, e mantida a decisão do(a) pregoeiro(a), a autoridade competente da Secretaria de Estado de Gestão – SEGES/MT, após deliberar sobre o mesmo e constatada a regularidade dos atos procedimentais, poderá adjudicar o objeto à licitante vencedora, homologando o processo licitatório.

**17.3.** Nas hipóteses dos incisos II e III do item 17.1, o(a) pregoeiro(a) encaminhará os autos do processo para a autoridade competente, para possível adjudicação à licitante vencedora e homologação do procedimento licitatório.

**17.4.** Não havendo interposição de recurso, o(a) pregoeiro(a) encaminhará os autos do processo para a autoridade competente, para possível homologação do procedimento licitatório.

## **18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1.** A empresa licitante vencedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer, quando convocada, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços, cujas cláusulas constam na Minuta da Ata de Registro de Preços, parte integrante deste Edital.

**18.1.1** A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social, documento que comprove os poderes expressos para assinatura da Ata de Registro de Preços, e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório;

**18.1.2.** A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO.

**18.2.** No caso da licitante vencedora se recusar, injustificadamente, a assinar a Ata de Registro de Preços, ou não apresentar situação regular no momento da assinatura da ata, a Secretaria de Estado de Gestão-SEGES, reserva-se no direito de convocar a licitante subsequente e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

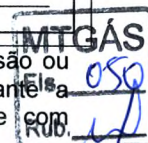
**18.2.1.** A licitante convocada, nas condições do subitem 18.2, devidamente habilitada, assinará a Ata de Registro de Preços e será a nova detentora desta, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/1993, 10.520/2002 e demais disposições vigentes à licitante desistente.

**18.3.** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua Publicação.

**18.4.** A Ata de Registro de Preços, a ser assinada pela licitante vencedora, estará disponível no site da SEGES, no link, <http://aquisicao.gestao.mt.gov.br>.

**18.5.** A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 92 do Decreto Estadual n. 7.217/2006 e do art. 65 da Lei n. 8.666/1993.





**18.5.1.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive demonstração em planilhas de custos.

**18.5.2.** Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados de que trata o subitem **18.5.1** passarão por análise contábil (se for o caso) e jurídica da Superintendência de Aquisições Governamentais, cabendo ao Secretário de Estado de Gestão a decisão sobre o pedido.

**18.5.3.** Deferido o pedido pelo Secretário de Estado de Gestão, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços.

**18.6.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**18.7.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SEGES solicitará ao fornecedor signatário, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

**18.8.** Fracassada a negociação com o fornecedor signatário, a SEGES poderá convocar, nos termos da legislação vigente, a empresa já habilitada pelo(a) pregoeiro(a) e classificada na sequência no certame para negociação, e aditar a ata desde que pelo preço de mercado.

**18.8.1.** Em caso de fracasso na negociação caberá a rescisão da ata e nova licitação.

**18.9.** Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

**18.10.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

**18.10.1.** Quando o fornecedor signatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

**18.10.2.** Quando o fornecedor signatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93

**18.10.3.** Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

**18.10.4.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

**18.10.5.** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

**18.11.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

**18.12.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

**18.13.** A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

**18.14.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia dos produtos entregues, anteriormente ao cancelamento.

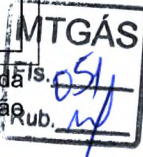
**18.15.** Caso a SEGES não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**18.16.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

**18.17.** É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Gestão.

**18.18.** O cancelamento do registro de preços será comunicado aos órgãos e entidades que o utilizam.





**18.19.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação da Administração Pública, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**18.20.** Para as adesões, serão priorizados os lotes reservados às microempresas e às empresas de pequeno porte, conforme art. 8º, § 4º, Decreto 8538/2015.

## **19. DO CONTRATO E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**19.1.** Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o **prazo de 03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação formal pelo órgão/entidade Contratante, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**19.1.1.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

**19.2.** O prazo da contratação será de até **12 (doze) meses**, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

**19.3.** A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

**19.4.** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

**19.5.** As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações serão aquelas previstas no Termo de Referência e Minuta do Contrato, anexos a este edital.

## **20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**20.1.** As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

## **21. DAS SANÇÕES**

**21.1.** A licitante que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em conformidade com o art. 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 137 e 138 do Decreto Estadual 7.217/2006.

**21.1.1.** Quem impedir, perturbar ou fraudar, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8.666/1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**21.2.** Na ocorrência de impugnação ou recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá aplicar a sanção estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**21.3.** A não apresentação da proposta atualizada e documentos de habilitação sujeita a licitante à aplicação de sanções, suspensão do direito de licitar e contratar, declaração de inidoneidade com seu respectivo registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado, garantido o direito de defesa.

**21.4.** Constatada a possível prática de crime, assim definido na legislação, na execução da licitação, ata de registro de preços ou contrato, o fato será comunicado à autoridade policial competente para apuração.

**21.5.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º, do art. 86, da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor homologado para a licitante.

**21.5.1.** Quanto ao atraso para assinatura da Ata, o valor das multas será calculado nos seguintes percentuais:

I - atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) do valor homologado;

II - partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento) do valor homologado, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.



**21.5.2. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:**

- I - atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato ou nota de empenho;
- II - A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor do contrato ou nota de empenho, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso.

**21.6.** As sanções previstas nesta seção e no Termo de Referência, anexo deste Edital, não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO/ENTIDADE.

**22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1.** É facultada ao(à) pregoeiro(a) ou autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de **diligência destinada a esclarecer ou complementar** a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.**

**22.2.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**22.2.1.** A anulação do procedimento induz à da Ata de Registro de Preços e a do contrato.

**22.2.2.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**22.3.** As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta ao ÓRGÃO, que não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da licitação.

**22.4.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**22.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para outro dia e hora e novamente publicados na Imprensa Oficial.

**22.6.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

**22.7.** O aviso sobre este EDITAL, bem como eventuais retificações e publicações posteriores relativas ao presente certame, observando o disposto no art. 21 do Decreto 7.217/2006, serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – DOE/MT, em jornal de grande circulação local e será disponibilizado na internet, no Portal de Aquisições da Secretaria de Estado de Gestão - SEGES, no endereço: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/>.

**22.7.1.** Serão disponibilizadas no endereço: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> (Portal de aquisições) todas as informações que o(a) pregoeiro(a) e/ou comissão de licitação julgarem importantes, inclusive adendos, avisos, retificações, resposta de esclarecimento e/ou impugnação.

**22.8.** Conforme Instrução Normativa nº 002/2008, de 02/04/2008, publicada no Diário Oficial de 04/04/2008, deverá ser efetuado o pagamento das cópias de processos licitatórios por meio de depósito bancário na conta do **FUNDESP, agência 3834-2, C.C 3040301-4, Banco do Brasil**. O comprovante de depósito será apresentado junto a esta Superintendência, como condição para retirar os documentos. Sendo que o valor da cópia simples é R\$ 0,20 (vinte centavos) e R\$ 0,25 (vinte cinco centavos) cópia autenticada.

**22.9.** O Órgão contratante deverá observar e fazer cumprir a legislação estadual sobre o ICMS.

**22.10.** A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

**22.11.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto nº 7.217/2006 e alterações.

**22.12.** Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato e ata de Registro.

**22.13.** São partes integrantes deste Edital:

a) ANEXO I – Especificação;  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais  
Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)



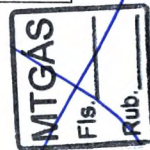
**SEGES**SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GESTÃOGOVERNO DE  
**MATO GROSSO**  
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO**SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES  
GOVERNAMENTAIS****COORDENADORIA DE LICITAÇÕES GOVERNAMENTAIS**

SEGES/SAG/CLG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- b) ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Termo de Referência
- d) ANEXO IV – Modelo de Declaração;
- e) ANEXO V – Modelo de Declaração de ME e EPP;
- f) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços
- g) ANEXO VII – Minuta do Contrato



Cuiabá – MT, 27 de outubro de 2016.

**Luciano Borges da Silva**  
Assessor Especial II  
Elaborador

**Narcilene Beatriz Antunes**  
Coordenadora de Licitações Governamentais

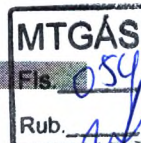
**Aprovação:**

**Luciano Henrique de Araujo**  
Superintendente de Aquisições Governamentais/SEGES





## ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO



## LOTE 01 - cota principal (75%)

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|---|---------|------------|
| 1    | ÁGUA MINERAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO, PROTETOR NA PARTE SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, EMBALAGEM CONTENDO 200 ML. CAIXA COM 48 UNIDADES. CAIXA. | CX      | 11486      |

## LOTE 02 - cota reservada ME/EPP (25%)

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|---|---------|------------|
| 1    | ÁGUA MINERAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO, PROTETOR NA PARTE SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, EMBALAGEM CONTENDO 200 ML. CAIXA COM 48 UNIDADES. CAIXA. | CX      | 3829       |

## LOTE 03 - cota principal (75%)

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|--|---------|------------|
| 1    | GARRAFÃO VAZIO, PARA ACONDICIONAMENTO DE ÁGUA MINERAL, EM POLIPROPILENO, NOVO, SEM AVARIAS E SEM FISSURAS, CAPACIDADE DE 20 LITROS. UNIDADE. | UN      | 7875       |

## LOTE 04 - cota reservada ME/EPP (25%)

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|--|---------|------------|
| 1    | GARRAFÃO VAZIO, PARA ACONDICIONAMENTO DE ÁGUA MINERAL, EM POLIPROPILENO, NOVO, SEM AVARIAS E SEM FISSURAS, CAPACIDADE DE 20 LITROS. UNIDADE. | UN      | 2625       |

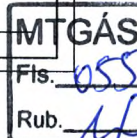
## LOTE 05 - cota principal (75%)

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|--|---------|------------|
| 1    | ÁGUA MINERAL, NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFÃO DE POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 20 (VINTE) LITROS; SEM VASILHAME, EMBALAGEM COM PROTETOR SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 01 ANO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER AS NORMAS VIGENTES. UNIDADE. | UN      | 254723     |

## LOTE 06 - cota reservada ME/EPP (25%)

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|--|---------|------------|
| 1    | ÁGUA MINERAL, NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFÃO DE POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 20 (VINTE) LITROS; SEM VASILHAME, EMBALAGEM COM PROTETOR SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 01 ANO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER AS NORMAS VIGENTES. UNIDADE. | UN      | 84908      |





## LOTE 07 - cota principal (75%)

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|--|---------|------------|
| 1    | GÁS DE COZINHA 13KG, COM TROCA DE VASILHAME VAZIO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE. | UN      | 6339       |

## LOTE 08 - cota reservada ME/EPP (25%)

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|--|---------|------------|
| 1    | GÁS DE COZINHA 13KG, COM TROCA DE VASILHAME VAZIO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE. | UN      | 2113       |

## LOTE 09 - cota principal (75%)

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|---|---------|------------|
| 1    | GÁS DE COZINHA 45KG, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL. BOTIJÃO COM GÁS. UNIDADE. | UN      | 2005       |

## LOTE 10 - cota reservada ME/EPP (25%)

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|---|---------|------------|
| 1    | GÁS DE COZINHA 45KG, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL. BOTIJÃO COM GÁS. UNIDADE. | UN      | 668        |

## LOTE 11- cota principal (75%)

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|---|---------|------------|
| 1    | VASILHAME DE GÁS DE COZINHA 13KG VAZIO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE | UN      | 530        |

## LOTE 12- cota reservada ME/EPP (25%)

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|---|---------|------------|
| 1    | VASILHAME DE GÁS DE COZINHA 13KG VAZIO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE | UN      | 177        |

## LOTE 13 – EXCLUSIVO ME/EPP

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|--|---------|------------|
| 1    | VASILHAME DE GÁS DE COZINHA 45KG VAZIO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE. | UN      | 88         |



**SEGES**SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GESTÃOGOVERNO DE  
**MATO GROSSO**  
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO**SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES  
GOVERNAMENTAIS****COORDENADORIA DE LICITAÇÕES GOVERNAMENTAIS**

SEGES/SAG/CLG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**MTGÁS**Fls. 056Rub. 14**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS****PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA  
Proposta de Preços****Licitação: Nº 025/2016/SEGES Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO. Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE****Licitante:** \_\_\_\_\_ **C.N.P.J.:** \_\_\_\_\_**Tel Fax:** (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ **E-mail:** \_\_\_\_\_ **Tel Celular:** (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_**Endereço:** \_\_\_\_\_**Conta Corrente:** \_\_\_\_\_ **Agência:** \_\_\_\_\_ **Banco:** \_\_\_\_\_**LOTE " " "**(PREENCHER COM: AMPLA CONCORRÊNCIA OU COTA PRINCIPAL OU COTA RESERVADA OU EXCLUSIVA PARA  
MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

| ITEM  | ESPECIFICAÇÃO                                   | UNID. | QUANT. | MARCA/<br>FABRICANTE/<br>MODELO | VALOR<br>UNIT. | VALOR<br>TOTAL |
|-------|---|-------|--------|---------------------------------|----------------|----------------|
| 1     | (reproduzir especificação constante no ANEXO I) |       |        |                                 |                |                |
| 2     |   |       |        |                                 |                |                |
| TOTAL |   |       |        |                                 |                |                |

VALOR TOTAL UNITÁRIO DO ITEM - R\$ (VALOR POR EXTENSO)

VALOR TOTAL LOTE R\$ (VALOR POR EXTENSO)

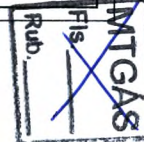
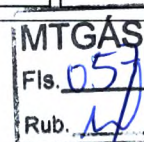
Estamos de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima, sendo:

1. O prazo de eficácia da proposta, 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sessão pública;
2. Declaro expressamente que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.
3. Para formulação desta Proposta de Preço, foram observados o Termo de Referência - Anexo III do Edital, principalmente os itens que influenciam na formação do preço;
4. Pagamento através do banco: \_\_\_\_\_  
Agência N.º \_\_\_\_\_  
C/C N.º \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_.

Cidade - UF, \_\_\_\_\_ de 2016.

CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE  
LEGAL DA EMPRESA





**ANEXO III**

| TERMO DE REFERÊNCIA                               |  |
|---|--|
| I – INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA         |  |
| 1 – ÓRGÃO: SEGES                                  | 2 – TERMO DE REFERÊNCIA nº 005/2016/FT/SAG/SEGES   |
| 3 – Número da Unidade Orçamentária: 11.101        | 4 – Descrição de Categoria de Investimento:<br><input type="checkbox"/> Capacitação<br><input type="checkbox"/> Equipamento de Apoio<br><input type="checkbox"/> Equipamento de TI<br><input type="checkbox"/> Consultoria/Auditoria/Assessoria<br><input checked="" type="checkbox"/> Despesa de Custeio<br><input type="checkbox"/> Bens Permanentes |
| 5 – Unidade Administrativa Solicitante: SAG/SEGES |  |

**II – FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA AQUISIÇÃO DE BENS**

**1. OBJETO SINTÉTICO**

Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral, gás de cozinha e vasilhames de acondicionamento, em atendimento à demanda dos órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

**2. ELENCO DOS ITENS DA CATEGORIA DE INVESTIMENTO**

2.1 Conforme Anexo I do Edital.

**3. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A CONTRATAÇÃO**

Faz-se necessária a contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral e gás de cozinha para atender às necessidades diárias de consumo por parte de servidores, colaboradores e visitantes. A água, por ser essencial à vida, e o gás de cozinha para ser utilizado em fogões existentes nas copas e refeitórios, onde são preparados cafés, chás e lanches, pelos serviços continuados de copeiragem contratados pelos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, cujo contrato não contempla fornecimento de materiais.

A aquisição de garrações plásticos vazios de 20 litros que servirão para o acondicionamento de água mineral a ser fornecida, se faz necessário para a substituição daqueles que estão danificados e/ou desgastados em razão do uso.

E a aquisição de vasilhames de gás se faz necessário para atendimento de eventuais novas copas, assim como para a substituição daqueles que estão danificados e/ou desgastados em razão do uso.

A ata de registro de preços nº 038/2015 para o fornecimento do material objeto desta contratação vencerá em 29/12/2016, porém alguns itens encontram-se esgotados ou por zerar, conforme informação da Coordenadoria de Autorização e Registro de Preços – CARP, da Secretaria de Estado de Gestão acostada às fls. 02 dos autos, razão pela qual se faz imprescindível novo registro de preços para assegurar o fornecimento e acesso contínuo à água mineral apropriada para consumo, gás de cozinha e vasilhames, em unidades que fazem o uso constante.

**3.1 Para a adoção do Sistema de Registro de Preços:**

Considerando que a contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral, gás de cozinha e vasilhames de acondicionamento é uma demanda comum e freqüente dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual, e embora efetuado planejamento, não é possível prever o quantitativo exato a ser adquirido, além de ser mais conveniente dita contratação para fins de desempenho de suas atribuições, verifica-se presentes as hipóteses permissivas da utilização do Registro de Preços, conforme disposto no artigo 81 do Decreto Estadual nº 7.217/06.

Nesse sentido, o Registro de Preços apresenta-se como ferramenta comprovadamente eficiente na busca por melhores preços, mantendo-os registrados para uma futura aquisição, conforme a necessidade e disponibilidade de recursos orçamentários, atendendo assim a necessidade de controle e racionalização do gasto público.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais  
Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





Assim, a adoção dessa prática tem como um de seus objetivos o princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a contratação será de larga escala, e por isso a tendência dos preços é diminuir.

Ademais, proporciona também economia processual, na medida em que torna prioritária a racionalização de processos e de redução dos custos operacionais, ou seja, ao realizar um só processo, despende-se o tempo uma única vez, e o serviço estaria disponível sempre que necessário, para atender a todos os órgãos interessados, que por sua vez, se empenhariam nas contratações específicas de sua competências.

A licitação será realizada pela Secretaria de Estado de Gestão, por se tratar de órgão central a quem compete gerir a política de aquisições de bens e contratações de serviços, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e ainda realizar as licitações por registro de preços, nos termos do previsto nos artigos 6º do Decreto Estadual nº 7.217/06 e 72, III do Decreto nº 449/2016.

A estimativa dos materiais/serviços a serem adquiridos e sua provável utilização foi baseada em função da média dos anos anteriores, conforme pesquisa de demanda realizada junto aos Órgãos/Entidades (anexo), acrescido de um percentual de 20% (vinte por cento) como cota de segurança para quaisquer eventualidades.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Conforme instituído pelo artigo 48, III, da Lei Complementar 123/06, na redação dada pela Lei Complementar 147/14, fica reservada uma cota do objeto, conforme **LOTES 2, 4, 6, 8, 10 e 12** referente a 25% (vinte e cinco por cento), assegurando a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

E em obediência ao inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, o **LOTE 13** é de participação **EXCLUSIVA** às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte definidas no art. 3º da referida Lei.

##### 4.2. Condições de Participação – das Cooperativas e dos Consórcios

4.2.1. Será admitida nesta licitação a participação de Cooperativas de Trabalho, conforme previsão disposta na Lei nº 12.690/2012 combinado com disposição contida no art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

4.2.2. Não será permitida a participação de consórcios, pois não se trata de objeto complexo e de grandes dimensões. E, dadas as características do mercado, as empresas podem, de forma isolada, participar da licitação, atender às condições e os requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência, e posteriormente fornecer o objeto. A vedação à participação de consórcio, nesta situação, não acarretará prejuízo à competitividade do certame, e facilitará a análise dos documentos de habilitação, que certamente são mais complexos em se tratando de empresas reunidas em consórcio.

#### 5. DO JULGAMENTO E COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. O Julgamento visará o **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**.

5.2. Consistirá em **13 (treze) LOTES**, com cotações de valor unitário e valor total para as quantidades solicitadas, conforme o **Item 2** deste Termo de Referência.

5.3. A **proposta** da licitante deverá conter:

5.3.1. CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato, endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco, e assinatura do representante legal da empresa.

5.3.2. O prazo de eficácia da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da sessão pública.

5.3.3. Preços unitários e totais.

5.3.4. Marca/modelo/fabricante do produto cotado.

5.4. As propostas apresentadas pelas licitantes deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas, materiais, equipamentos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros, serviços, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas.

#### 6. DA HABILITAÇÃO

6.1. A Licitante deverá apresentar além da documentação prevista nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93 em plena validade ou do Certificado de Registro Cadastral vigente/SEGES/MT, sendo condição para a correta habilitação documental, os relacionados na sequência:

6.2. Quanto à **qualificação técnica**, a Licitante deverá apresentar:

6.2.1. **Atestado(s)** de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado em nome da empresa Licitante, que comprove(m) que a mesma tenha fornecido produto(s) pertinente(s) e compatível(is) com o objeto da Licitação.

6.2.1.1. Caso o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado obrigatoriamente deverá ter reconhecimento de Firma em Cartório de Notas;

6.2.1.2. O(s) atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público deverão trazer devidamente identificado o seu subscritor (nome, cargo, CPF ou matrícula);

6.2.1.3. Não será conhecido e nem considerado válido o atestado de capacidade técnica emitida por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da licitante, sendo considerado como empresa pertencente ao mesmo grupo da controlada pela licitante, a empresa controladora ou que tenha uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e/ou da licitante.

6.2.2. Alvará de funcionamento ou outro documento, expedido pela Prefeitura Municipal, referente ao ano de exercício

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais  
Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)



**MTGÁS**  
Fls. \_\_\_\_\_  
Rub. \_\_\_\_\_

vigente, que comprove a regularidade de funcionamento da empresa Licitante;

**6.2.3.** Certificado de Posto Revendedor expedido pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis (ANP), conforme estabelece a PORTARIA ANP Nº 297, DE 18.11.2003 – DOU 20.11.2003, para os Licitantes que concorrerão aos **Lotes 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.**

## **7. DO FORNECIMENTO**

**7.1.** A Contratada para os **Lotes 01, 02, 05 e 06** deverá fornecer água mineral natural obtida diretamente de fontes naturais ou por extração de águas subterrâneas, devidamente registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, satisfazer as exigências estabelecidas pela ANVISA por meio da Resolução (RDC) nº 274 de 22 de setembro de 2005.

**7.1.1** As etapas de produção a serem submetidas a água mineral natural e a água natural não devem causar, desenvolver e ou agregar substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor e ou alterem a composição original, devendo ser obedecida a legislação vigente de Boas Práticas de Fabricação.

**7.2** A água deverá ser entregue em vasilhames de acordo com a especificação do lote, plenamente preenchidos, munidos de lacre de inviolabilidade intactos.

**7.3.** O prazo de validade da água a ser entregue, deverá ser igual ou superior a 06 (seis) meses, devidamente comprovado pelas anotações de data de fabricação e validade, constantes da embalagem.

**7.4.** Para o transporte, a Contratada deverá obedecer a Resolução da ANVISA - RDC nº. 173 DE 13 de setembro de 2006 que regulamenta o transporte, distribuição, armazenamento e comércio de água mineral.

**7.5** A ÁGUA MINERAL SEM GÁS deverá ser de primeira qualidade, com as seguintes características:

**a)** Ser classificada como água mineral tradicional ou água potável de mesa, como FLUORETADA, segundo código de águas minerais dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

**b)** Não devem apresentar risco à saúde do consumidor e devem estar em conformidade com as características microbiológicas descritas na Resolução RDC nº 173, de 13 de setembro de 2006;

**c)** Não devem conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas que representam risco à saúde, descritas na Resolução RDC nº 274, de 22 de setembro de 2005;

**d)** Não deve constar qualquer expressão que atribua ao produto propriedades medicamentosas e ou terapêuticas.

**7.6.** Os garrafões disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser próprios para o acondicionamento de água mineral, em POLICARBONATO, liso, transparente, ter capacidade de acondicionamento para 20 litros de água mineral, resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou amassados, vir com tampa protetora e lacre de segurança, para evitar contaminações externas.

**7.6.1.** No processo de fabricação, os garrafões deverão satisfazer as normas técnicas da ABNT NBR 14222 e NBR 14328.

**7.6.2.** O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM conforme disposto na Portaria n.º 470/99 com os seguintes elementos informativos:

I - nome da fonte;

II - local da fonte, Município e Estado;

III - classificação da água;

IV - composição química, expressa em miligramas por litro, contendo, no mínimo, os oito elementos predominantes, sob a forma iônica;

V - características físico-químicas na surgência;

VI - nome do laboratório, número e data da análise da água;

VII - volume expresso em litros ou mililitros;

VIII - número e data da concessão de lavra, e número do processo seguido do nome "DNPM";

IX - nome da empresa concessionária e/ou arrendatária, se for o caso, com o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

X - duração, em meses, do produto, destacando-se a data de envasamento por meio de impressão indelével na embalagem, no rótulo, ou na tampa;

XI - se à água for adicionado gás carbônico, as expressões "gaseificada artificialmente";

XII - as expressões "Indústria Brasileira";

Parágrafo único. Os elementos de informação referidos nos incisos I, II, e IV a XII deste artigo deverão constar do rótulo de forma legível, em destaque, devendo ocupar, no mínimo, um quarto da área total do mesmo, sendo os elementos indicados nos incisos I e X impressos em caracteres destacados dos demais.

**7.6.3** Os garrafões devem trazer impresso por meio de impressão indelével a data de fabricação e de validade que terá como limite 03 (três) anos de vida útil, conforme estabelece a Portaria Nº 387, de 19 de Setembro de 2008.

**7.6.4** Os garrafões entregues deverão ter sido produzidos em até 12 (doze) meses antes da data do recebimento provisório.

**7.6.5** Quando a Contratante possuir garrafões vazios, os mesmos poderão ser utilizados pela CONTRATADA, obrigando-se a mesma, mediante Termo de Responsabilidade, a devolver os mesmos em perfeitas condições de uso, quando findo o contrato de fornecimento.

**7.7** A Contratada, para fornecimento dos **lotes 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13**, deverá preencher todos os requisitos da Portaria ANP Nº 297/2003, que normatiza a autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo (GLP), além de satisfazer plenamente todas obrigações constantes na Portaria para o Revendedor de GLP e nas cartilhas expedidas pela ANP;

**7.7.1** Os recipientes de gás de cozinha quando transportados cheios devem conter lacre e rótulo da marca comercial que identifique o distribuidor que envasilhou o produto, telefone do distribuidor e instruções de uso;

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais

Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674

Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





7.7.2 Os postos de revenda de GLP para uso doméstico deverá dispor de balança decimal, em perfeito estado de conservação e funcionamento, certificada pelo INMETRO para aferição, pela Contratante, do peso do recipiente transportável cheio de GLP, conforme estabelecido na Portaria ANP Nº 297/2003;

7.7.3 Existência nos recipientes da data de validade impressa numa espécie de "ferradura" colocada em torno da válvula e, essa data deve corresponder ao ano atual ou posterior;

7.7.4 Caso o(s) recipiente(s) não possuam a "ferradura", o ano de fabricação deve constar na parte de cima do botijão e a idade dele não pode ser superior a 15 (quinze) anos;

7.7.5 Não será aceito botijão danificado, amassado ou enferrujado.

7.8 Para melhor segurança tanto da Contratada como do Contratante é necessário que a Contratada indique o endereço do Depósito que guarnece a Água e o Gás, caso haja necessidade de uma visita prévia e também posterior da FISCALIZAÇÃO.

7.9 A troca da marca da Água ou Gás a serem fornecidos só poderá ser alterada com prévia autorização da Contratante;

## **8. DOS PRAZOS, FORMA E LOCAIS DE ENTREGA**

### **8.1 DO PRAZO E HORÁRIOS**

8.1.1. O prazo para entrega dos produtos será de **05 (cinco) dias**, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.1.2. Os produtos serão entregues de segunda a sextas-feiras, tendo, por regra, o horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas. Todavia, deve-se observar o horário de funcionamento dos Órgãos/Entidades solicitantes, que será estipulado na Ordem de Fornecimento.

8.1.2.1. Não serão recebidos produtos em horários diferentes ao determinado nem em feriados e recesso.

8.1.3. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa por escrito ao fiscal do contrato indicando o prazo necessário, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

### **8.2. DO LOCAL**

8.2.1. Os produtos serão entregues no perímetro urbano de Cuiabá e ou Várzea Grande, nas dependências da Contratada.

### **8.3. DA FORMA DE ENTREGA**

8.3.1. A aquisição dos materiais será efetivada mediante a necessidade, conveniência, disponibilidade orçamentária e demanda do órgão contratante, podendo ocorrer de forma fracionada considerando o tamanho do espaço físico do almoxarifado que receberá os produtos, não existindo quantitativos mínimos a ser solicitados por notas de empenho.

8.3.2. O material deverá ser fornecido, depois de atendidas todas as exigências legais do procedimento licitatório, com periodicidade a ser definida pelo órgão contratante (semanal, quinzenal ou mensal) no prazo de até 24 horas ou de até 01 dia útil, a partir do recebimento de cada Nota de Empenho emitida.

8.3.3. A cada fornecimento a contratada deverá emitir recibo em papel timbrado da empresa, especificando a data da entrega, o endereço, CNPJ do contratante e a quantidade entregue, sem rasuras.

8.3.4. O descarregamento do produto ficará a cargo da CONTRATADA com sua própria mão de obra, devendo observar as regras de transporte, distribuição e segurança pertinentes ao produto.

## **9. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

9.1. Os produtos serão recebidos conforme a seguir:

a) provisoriamente: o recebimento provisório dar-se-á por servidor indicado pelo órgão/entidade contratante, no ato da entrega do(s) produto(s) e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção, ou, se aprovado, emitirá recibo;

b) definitivamente: após recebimento provisório, será verificada a integridade do(s) produto(s), incluindo qualidade e quantidade, e sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal.

9.1.1. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada, devendo ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), a contar da notificação do fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2. Na hipótese de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o Fiscal do contrato do CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades.

9.3. O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Órgão/entidade CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

## **10. DO CONTRATO**

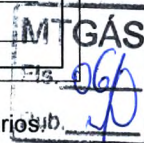
10.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o **prazo de 03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação formal pelo órgão/entidade Contratante, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

10.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais

Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674

Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





Adjudicatária e aceita pela Administração.

**10.2.** O prazo da contratação será de até **12 (doze) meses**, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

**10.3.** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

#### **10.4. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**10.4.1.** A fiscalização será exercida por servidor designado pelo Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do presente contrato, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.

**10.4.2.** Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, a contratante, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, podendo para isso:

a) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado do contratado que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

b) Supervisionar as entregas realizadas pela Contratada, observando as normas técnicas e legais aplicáveis aos produtos, emitindo mensalmente relatório analítico, que deve ser anexado à Nota Fiscal.

**10.4.3.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme preceitua art. 70 da Lei n. 8.666/1993.

**10.4.4.** Será de responsabilidade do Fiscal do Contrato de cada **Órgão/Entidade Contratante**, a salva guarda de documentos relacionado à liberação e fornecimento objeto do termo de referência.

#### **10.5. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**10.5.1.** A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, sendo estes emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômicos, definido pelo Ministério da Fazenda, conforme orientação técnica n. 040/2010/AGE;

a1) A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada no Banco do Brasil, em conta específica, com correção monetária, em favor do Órgão/unidade CONTRATANTE.

b) Seguro-garantia, modalidade "Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço"; ou

c) Fiança bancária.

**10.5.2.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

**10.5.2.1.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, a título de garantia.

**10.5.2.2.** A retenção efetuada com base no **item 10.5.2.1** não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

**10.5.3.** A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no **item 10.5.2.1** desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

**10.5.4.** A garantia contratual deverá ter validade durante toda a vigência do CONTRATO.

**10.5.5.** Caso o valor ou o prazo da garantia seja insuficiente para garantir o contrato, a contratada providenciará, compulsoriamente, tantos aditamentos quantos forem necessários até o término da vigência do contrato.

**10.5.6.** A garantia prestada pela contratada só será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato, ou ainda na ocorrência de outras hipóteses de extinção contratual previstas em Lei.

#### **11. DA GARANTIA DOS PRODUTOS E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**11.1.** O(s) produto(s) deverão ter garantia total pelo prazo mínimo de 12 meses, contados a partir da data do recebimento do objeto, de forma definitiva, pela Administração, conforme indicado neste termo de referência, observadas as condições estabelecidas;

**11.2.** Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA ou ainda em testes realizados seja considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

**11.3.** Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transporte, mão de obra e manutenção dos materiais, no caso de apresentar imperfeição(ões), correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE quaisquer ônus.

#### **12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**12.1.** O(s) produto(s) contratado(s) deverá(ão) ser entregue(s) de acordo com a necessidade da CONTRATANTE;

**12.2.** O fornecimento deverá ser executado de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade do fornecimento e à satisfação do Contratante;

**12.3.** Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais

Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674

Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





- 12.4. Entregar o(s) produto(s) adjudicado(s), nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência e Edital, aderidos da Ata de Registro de Preços;
- 12.5. Retirar a nota de empenho específica em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis, contados da convocação oficial;
- 12.6. A contratada deverá entregar o(s) produto(s) utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega inclusive o descarregamento dos materiais;
- 12.8. Os produtos deverão ser acondicionados adequadamente, devendo garantir proteção durante transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na especificação e legislação em vigor;
- 12.9. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências dos Órgãos/entidades CONTRATANTE;
- 12.10. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- 12.11. Prover todos os meios necessários à execução do contrato, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 12.12. Indenizar terceiros e/ou o CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 12.13. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- 12.14. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à CONTRATANTE ou a terceiros;
- 12.15. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do fornecimento objeto deste Termo de Referência, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.16. É expressamente vedadas à contratada a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal dos Órgãos/entidades CONTRATANTE, durante o período de fornecimento;
- 12.17. Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 12.18. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 12.19. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no fornecimento do produto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
- 12.20. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelo fornecimento contratado, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução;
- 12.21. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Contratante, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato, conforme especificações constantes neste Termo de Referência;
- 12.22. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 12.23. Emitir, mensalmente, documento fiscal, discriminando os produtos entregues no período, de acordo com o(s) lote(s) descritos neste Termo de referência;
- 12.24. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento;
- 12.25. Reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente termo de referência, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 12.26. Substituir os produtos rejeitados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), contados a partir da comunicação formal do Fiscal do contrato;
- 12.27. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do objeto desta LICITAÇÃO e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 12.28. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Contratante, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- 12.29. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da Contratante;
- 12.30. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;
- 12.31. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual 7.217/2006 e alterações.
- 12.32. A inobservância das regras previstas neste Termo de Referência acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa da Administração Pública.

### 13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

O Estado de Mato Grosso, através dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, obriga-se a:

- 13.1. Designar, servidor gestor do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais  
Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





execução do contrato, conforme legislação vigente.

**13.2.** Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências, desde que observadas às normas de segurança.

**13.3.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

**13.4.** Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

**13.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

**13.6.** Notificar a CONTRATADA e a SEGES de qualquer alteração ou irregularidade encontrada na execução do contrato.

**13.7.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste termo de referência e em edital.

#### **14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**14.1.** O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE em favor da CONTRATADA mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente e data fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado do Mato Grosso, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do CONTRATANTE;

**14.2.** A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número do contrato, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

**14.3.** Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

**14.4.** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

**14.5.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

**14.6.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

**14.7.** Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site [www.sefaz.mt.gov.br/nfe](http://www.sefaz.mt.gov.br/nfe).

**14.8.** O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pela Gerência responsável e/ou pela fiscalização do Contrato (nomeada pela autoridade competente) e acompanhada dos certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais n.ºs 7217/06, 8199/06 e 8426/06, obedecendo aos prazos estabelecidos na Instrução Normativa n.º 01/2007/SAGP/SEFAZ;

**14.9.** O pagamento será efetuado a contratada até o 30º (trigésimo) dia da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo seu recebimento;

**14.10.** Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

#### **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.1.** A Contratada inadimplente total ou parcialmente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 combinada com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:

**15.1.1.** Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento;

**15.1.2.** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% (um por cento) por dia após o 30º dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

**15.1.2.1.** multa de 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

**15.1.2.2.** multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante;

**15.1.3.** suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante e descredenciamento no sistema de cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, entre outros comportamentos e em especial quando:

**15.1.3.1** Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

**15.1.3.2** Não manter a proposta;

**15.1.3.3** Falhar gravemente na execução do contrato;

**15.1.3.4** Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

**15.1.3.5.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

**15.1.3.6** Comportar-se de modo inidôneo;

**15.1.3.7** Cometer fraude fiscal;

**15.1.3.8** Fizer declaração falsa;

**15.1.3.9** Fraudar na execução do contrato.

**15.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais  
Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





penalidade.

**15.2** A multa eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus ou deduzidos da garantia, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

**15.3** Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Órgão/entidade contratante, ou os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa;

**15.4** Esgotados os meios administrativos para cobrança, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o ÓRGÃO/ENTIDADE proceder à cobrança judicial da multa;

**15.5** As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO/ENTIDADE.

**15.6** Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na lei 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 7.692, de 2002.

**15.7** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **16. PÚBLICO/CLIENTELA ALVO**

**16.1.** Órgãos/Entidades participantes que responderam a pesquisa de quantitativo nº 264, acostada ao processo administrativo e encerrada no dia 16/06/2016.

**16.2.** Os Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual não participantes e demais, serão adesos na forma prevista no Decreto federal nº 7.892/2013 e Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e alterações (Adesão Carona).

## **17. RESULTADOS ESPERADOS**

**17.1.** Garantir o fornecimento e acesso contínuo à água mineral apropriada para consumo e gás de cozinha, visando atender o consumo dos servidores, colaboradores e visitantes, assim como proporcionar o bem-estar dos mesmos devido às condições climáticas de Cuiabá.

## **18. LEGISLAÇÃO APLICADA AO OBJETO**

Lei 8.666/1993 e alterações – Normas para Licitação;

Lei 10.520/2002 – Institui o Pregão;

Decreto Estadual nº 7.217/2006 e alterações – Regras para Aquisição;

Decreto Estadual nº 8.199/2006 e Decreto Estadual nº 011/2015 – Critério de Pagamento;

Decreto Federal nº 7.892/2013 – Regulamenta RP;

Lei 123/2006 – Normas ME e EPP;

Portaria ANP Nº 297/2003 – Normatiza a autorização para Revenda de Gás;

Portaria MME nº 470/1999 - Define que o rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral e potável de mesa deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

Resolução - RDC nº 274/2005 - Aprova o "REGULAMENTO TÉCNICO PARA ÁGUAS ENVASADAS E GELO";

Resolução - RDC nº 275/2005 - Aprova o "REGULAMENTO TÉCNICO DE CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS PARA ÁGUA MINERAL NATURAL E ÁGUA NATURAL";

Resoluções da ANVISA nº 105/1999 e nº 51/2010 - Regulamentos Técnicos e Migração para Embalagens e Equipamentos Plásticos destinados a entrar em contato com Alimentos.

## **19. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**19.1.** É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Gestão.

Cuiabá, 29 de agosto de 2016.

Elaborado por:

**CINNARA FRISON**  
Analista Administrativo  
(original assinado nos autos)

De acordo:

**CAMILA RODER SOUZA SILVA**  
Gerente de Planejamento de Aquisições  
(original assinado nos autos)

**AGEZANDRO COSTA DE ABREU**  
Superintendente de Aquisições Governamentais  
(original assinado nos autos)

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais  
Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)



**SEGES**SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GESTÃOGOVERNO DE  
**MATO GROSSO**  
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO**SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES  
GOVERNAMENTAIS**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES GOVERNAMENTAIS**

SEGES/SAG/CLG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**MTGÁS**Fls. 068Rub. 10**TERMO DE ANÁLISE, APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO.****1. DA ANÁLISE E APROVAÇÃO:**

1.1 Analisamos e aprovamos o Termo de Referência nº 005/2016/FT/SAG/SEGES, PLANILHA e PROCESSO INICIAL, sendo constatada a regularidade legal da proposta.

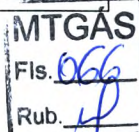
**2 – DA AUTORIZAÇÃO:**

2.1 Analisado e aprovado o Termo de Referência nº 005/2016/FT/SAG/SEGES inerente e face aos processos e documentos vinculantes, AUTORIZO os procedimentos legais para realização do Certame Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para fins de Registro de Preços, cujos atos procedimentais e contratação devem obediência às condições e termos previstos no presente Termo de Referência supracitado, processo administrativo inerente e legislação vigente.

Data: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2016.

\_\_\_\_\_  
**Ruy Carlos C. da Fonseca**  
Secretário Adjunto Administrativo – SEGES  
(original assinado nos autos)





**ANEXO IV**

**Modelo da Declaração (Empregador Pessoa Jurídica)**

(Papel timbrado da empresa)

**A**

**SEGES**

**Ref. : EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO .**

**Nº. 025/2016/SEGES TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_, por seu representante legal  
abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Eletrônico Nº. 025/2016/SEGES, DECLARA, sob as  
penas da lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9 da Lei 8666/93 e inciso X, art. 144 da Lei Complementar Estadual nº 04/1990),
- Inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, art. 32, da Lei nº 8.666/1993;

**Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da empresa

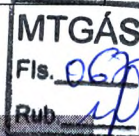


**SEGES**SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GESTÃOGOVERNO DE  
**MATO GROSSO**  
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO**SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES  
GOVERNAMENTAIS****COORDENADORIA DE LICITAÇÕES GOVERNAMENTAIS**

SEGES/SAG/CLG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**ANEXO V****Modelo da Declaração para ME e EPP (Empregador Pessoa Jurídica)**

(Papel timbrado da empresa)

**A****SEGES****Ref : EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO****Nº. 025/2016/SEGES TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_, por seu representante legal  
abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Nº. 025/2016/SEGES, DECLARA, sob as penas da  
lei, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

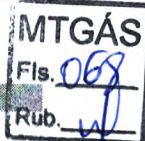
\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da empresa





## ANEXO VI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 000/2016/SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 000/0000/SEGES****PROCESSO: N° 262.756/2016/SEGES.****PREGÃO: N° 025/2016/SEGES.**

Pelo presente instrumento, o Estado de Mato Grosso, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO, situada no Centro Político Administrativo, Bloco III, CEP: 78049-005, Cuiabá/MT, CNPJ: 03.507.415/0004-97, neste ato representado pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_ e portador da Cédula de Identidade sob nº \_\_\_\_\_, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) relacionadas, quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada lote, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas ofertadas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2016, do tipo \_\_\_\_\_, PROCESSO ADMINISTRATIVO nº XXX.XXX/2016, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

|                    |                      |
|--------------------|----------------------|
| EMPRESA            |                      |
| CNPJ               |                      |
| ENDEREÇO           |                      |
| REPRESENTANTE:     | Nome:<br>CPF:<br>RG: |
| CONTATO (TELEFONE) | (XX)                 |

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 7217/2006, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 7.696/2002, Decreto Estadual nº 635/2007, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

**1. DO OBJETO**

1.1. Esta Ata possui o objetivo de registrar preços dos itens abaixo relacionados, no respectivo LOTE, para futura e eventual **contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral, gás de cozinha e vasilhames de acondicionamento, em atendimento à demanda dos órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso**, conforme condições e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço.

| LOTE (XX)                               |               |         |            |                           |                |
|---|---------------|---------|------------|---------------------------|----------------|
| EMPRESA:                                |               |         |            |                           |                |
| Item                                    | Especificação | Unidade | Quantidade | Marca/ Fabricante/ Modelo | Valor Unitário |
| VALOR TOTAL LOTE (XX) R\$ _____ (_____) |               |         |            |                           |                |

VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS: \_\_\_\_\_

1.2. O preço unitário de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas, e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro e não será considerada nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços.

**2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO**

2.1. Esta Ata de Registro de Preço não gera a obrigação aos órgãos e entidades participantes do Registro de Preços, de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

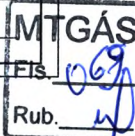
2.2. Consideram-se participantes da Ata de Registro de Preços os órgãos e entidades que responderam a pesquisa de demanda consolidada nos autos, na fase interna da licitação.

2.3. A utilização dos quantitativos registrados nesta Ata, pelos órgãos ou entidades participantes, será restrita ao quantitativo informado na pesquisa de demanda, conforme relatório de pesquisa anexo ao edital.

2.3.1. Excepcionalmente a SEGES poderá remanejar entre os participantes da Ata de Registro de Preços, os quantitativos registrados, desde que devidamente justificado pelo órgão adeso, conforme o artigo 77, VII do Decreto

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais  
Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





Estadual nº 7.217/2006.

**3. DA FORMA DE EXECUÇÃO**

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e/ou executar os serviços para atender as necessidades dos órgãos adesos conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

3.2. Após a publicação desta Ata no Diário Oficial do Estado, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pelos órgãos participantes.

**4. DAS ADESÕES DOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES – ADESÃO CARONA**

4.1. Esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão/entidade da administração pública, não participante do registro, que manifeste o interesse junto ao Órgão Gerenciador – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO, desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

I – a Ata ainda esteja vigente e não tenha esgotado o quantitativo registrado do item solicitado;

II – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços deverá ser de, no máximo, até o quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, nos termos do art. 89, VIII do Decreto nº. 7.217/2006.

III – o pedido de adesão carona seja instruído com os seguintes documentos:

- a) termo de referência ou plano de trabalho aprovado pela autoridade competente;
- b) planilha de bens ou serviços, com a indicação do lote, item, valores e quantidades a serem utilizados;
- c) comprovação de vantagem decorrente da adesão carona, nos termos da Orientação Técnica nº 463/2012 da Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso, com verificação do preço de mercado, inclusive o praticado para a Administração Pública em condições equivalentes;
- d) comprovante de reserva orçamentária, através de pedido de empenho ou equivalente assinado pelo ordenador de despesas;
- e) declaração da empresa registrada de que aceita o pedido e de que o atendimento à adesão carona não prejudicará o fornecimento de materiais ou prestação do serviço aos órgãos participantes;
- f) parecer jurídico conclusivo favorável à contratação, aprovado pelo Secretário da Pasta ou autoridade equivalente.

4.2. O órgão ou entidade não participante, interessado na adesão carona, deverá encaminhar a solicitação à SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO por ofício assinado pelo seu representante, com todos os documentos indicados no item anterior.

4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações assumidas com os participantes desta Ata;

4.4. Cumprida as exigências para a adesão carona, a SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO emitirá a respectiva autorização.

4.5. A autorização de adesão carona terá validade de 90 (noventa) dias, findo o qual será necessária nova autorização, atendidas todas as condições exigidas anteriormente.

4.6. Caso o órgão ou entidade não possua mais interesse na adesão autorizada, deverá enviar à SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO cópia da autorização e do pedido de cancelamento, com indicação do número autorizado.

4.7. É de exclusiva responsabilidade do órgão ou entidade carona o controle sobre a execução e fiscalização contratual, inclusive quanto ao pagamento e aplicação de sanções, observada a legislação aplicável, a ampla defesa e o contraditório, informando à SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO as eventuais sanções aplicadas.

4.8. As contratações decorrentes de adesão carona a esta Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) do quantitativo do item registrado.

**5. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1 O gerenciamento desta Ata caberá à SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO, por meio da Coordenadoria de Autorizações e Registro de Preços, no seu aspecto operacional, e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais, competindo-lhes, ainda:

I – conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

II – coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento da ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos;

III – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços;

IV – autorizar a adesão de órgãos e entidades não participantes deste Registro de Preços;

V – promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente da SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO;

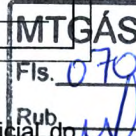
VI – arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

5.2. Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à ata de registro de preços.

**6. DA VIGÊNCIA**

6.1. O prazo de vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de circulação do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso que contém o respectivo extrato da Ata.



**7. DA EFICÁCIA**

7.1. O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

**8. DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 92 do Decreto Estadual n. 7.217/2006 e do art. 65, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

8.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

8.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, de que trata o item 8.2, passarão por análise contábil (se for o caso) e jurídica da Superintendência de Aquisições Governamentais, cabendo ao Secretário de Estado de Gestão a decisão sobre o pedido.

8.4. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.5. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO solicitará formalmente à empresa a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.6. Fracassada a negociação com a adjudicatária, a SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço compatível com o de mercado, as demais empresas classificadas, e habilitadas pelo(a) pregoeiro(a), de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso nas negociações.

8.7. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

8.8. As alterações dos preços registrados, oriundos de revisão, serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

8.9. Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

**9. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

9.1.1. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los e restar inexistente a negociação com as demais empresas classificadas

9.1.2. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

9.1.3. Se a empresa perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.4. Quando a empresa sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

9.1.5. Quando a empresa requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

9.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO.

9.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado formalmente, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

9.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados será analisado pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este a decisão sobre o cancelamento

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues, anteriormente ao cancelamento.

9.6. Caso a SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9.7. O cancelamento do registro de preços será comunicado mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

**10. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

10.1. As contratações serão formalizadas pelos órgãos e entidades participantes ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93, observadas as disposições constantes na minuta de contrato, anexo do edital.

10.2. Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos órgãos e entidade aderentes, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nos respectivos contratos, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

10.3. A adjudicatária deverá comparecer quando convocada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/Ordem de Fornecimento.

**11. DAS PENALIDADES**

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993 e artigo 7º, da Lei n. 10520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

11.2. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais

Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674

Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





a) Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento), sobre o valor da nota de empenho se for entrega parcelada e sobre o valor do contrato se for entrega única;

b) A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor da nota de empenho se for entrega parcelada e sobre o valor do contrato se for entrega única, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso.

11.3. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado, e corrigido monetariamente, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

11.4. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.5. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

11.6. O descumprimento da Ata de Registro de Preços será apurado pela SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO, sem prejuízo da apuração do descumprimento dos contratos decorrentes, que deverá ser realizada pelos órgãos e entidades aderentes.

## 12. DAS VEDAÇÕES

12.1. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Gestão.

12.2. É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços além do limite de vigência legalmente estabelecido.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, suspensão ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

13.1.1. A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

13.2. As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 020/2016 e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato, que está disponível no site da SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO, Portal de Aquisições, no mesmo link onde é retirado o edital.

13.3. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n. 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto Estadual n.7217/2006;

## 14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro de Cuiabá-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cuiabá-MT, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

SECRETARIO DE ESTADO DE GESTÃO

SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DE GESTÃO

REPRESENTANTE DA EMPRESA

REPRESENTANTE DA EMPRESA





**ANEXO VII – DA MINUTA DO CONTRATO**

**NOTAS EXPLICATIVAS:** Os espaços existentes neste modelo de Contrato, bem como os itens ressalvados devem ser preenchidos ou adotados pelo órgão ou entidade pública licitante, de acordo com as peculiaridades do objeto da licitação e critérios de oportunidade e conveniência, cuidando-se para que sejam produzidas as mesmas definições nos demais instrumentos da licitação, para que não conflitem.  
Alguns itens recebem notas explicativas destacadas para compreensão do agente ou setor responsável pela elaboração das minutas referentes à licitação, que deverão ser suprimidas quando da finalização do documento.

**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE  
\_\_\_\_\_, ATRAVÉS DE REGISTRO DE  
PREÇO, QUE ENTRE SI FAZEM O  
\_\_\_\_\_ E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

O ESTADO DE MATO GROSSO por meio da(o) \_\_\_\_\_, doravante denominada contratante, com sede no Centro Político Administrativo – Cuiabá-MT, inscrita no CNPJ sob n°. \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo (a) \_\_\_\_\_, portador do RG. \_\_\_\_\_ e do CPF n°. \_\_\_\_\_ e de outro lado à Empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente Contratada, localizada à \_\_\_\_\_, n°. \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n°. \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_, n°. \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, portador do RG n°. \_\_\_\_\_ e do CPF n°. \_\_\_\_\_, considerando a autorização para aquisição do objeto de que trata o processo n°. \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei n°. 8666, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores e, no que couber, a Lei n°. 10.520, de 17/07/2002, a Lei n°. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), assim como, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos, pelas disposições de direito privado e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1 O objeto do presente instrumento refere-se à contratação de empresa especializada **em fornecimento de água mineral, gás de cozinha e vasilhames de acondicionamento, em atendimento à demanda dos órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso**, que deriva da adesão à Ata de Registro de Preços n°. \_\_\_\_/2016/SEGES, decorrente do Pregão Eletrônico n°. **025/2016/SEGES**, em conformidade com o Termo de Referência apresentado e demais anexos, independente de transcrição.

1.2 Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico n°. 012/2016/SEGES com seus anexos e proposta contratada.

1.3 Discriminação do objeto:

| ITEM | DESCRIÇÃO/<br>ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE<br>MEDIDA | QUANTIDADE | MARCA /<br>FABRICANTE<br>/ MODELO | VALOR<br>UNITÁRIO | VALOR<br>TOTAL |
|------|-----------------------------|----------------------|------------|-----------------------------------|-------------------|----------------|
| 1    |                             |                      |            |                                   |                   |                |
| 2    |                             |                      |            |                                   |                   |                |
| 3    |                             |                      |            |                                   |                   |                |

**Nota:** A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Termo de Referência e com a proposta vencedora.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de \_\_\_\_\_ meses, contados da assinatura deste Termo, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

**Nota:** Deve guardar conformidade com o Edital. Fica a critério do Órgão Contratante fixar o prazo de vigência que atenda a sua necessidade.

**CLAÚSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

3.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas contratuais e as normas da lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais  
Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





3.3 A entrega dos objetos ora contratados será acompanhada e fiscalizada por representante da Contratante, com atribuições específicas.

3.4 A fiscalização exercida na entrega dos bens não exclui a responsabilidade da Contratada, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

### 3.5 DO FORNECIMENTO

3.5.1 A Contratada para os **Lotes 01, 02, 05 e 06 do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2016/SEGES e seus anexos**, deverá fornecer água mineral natural obtida diretamente de fontes naturais ou por extração de águas subterrâneas, devidamente registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, satisfazer as exigências estabelecidas pela ANVISA por meio da Resolução (RDC) nº 274 de 22 de setembro de 2005.

3.5.2 As etapas de produção a serem submetidas à água mineral natural e a água natural não devem causar, desenvolver e ou agregar substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor e ou alterem a composição original, devendo ser obedecida a legislação vigente de Boas Práticas de Fabricação.

3.5.3 A água deverá ser entregue em vasilhames de acordo com a especificação do lote, plenamente preenchidos, munidos de lacre de inviolabilidade intactos.

3.5.4 O prazo de validade da água a ser entregue, deverá ser igual ou superior a 06 (seis) meses, devidamente comprovado pelas anotações de data de fabricação e validade, constantes da embalagem.

3.5.5 Para o transporte, a Contratada deverá obedecer a Resolução da ANVISA - RDC nº. 173 DE 13 de setembro de 2006 que regulamenta o transporte, distribuição, armazenamento e comércio de água mineral.

3.5.6 A ÁGUA MINERAL SEM GÁS deverá ser de primeira qualidade, com as seguintes características:

a) Ser classificada como água mineral tradicional ou água potável de mesa, como FLUORETADA, segundo código de águas minerais dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

b) Não devem apresentar risco à saúde do consumidor e devem estar em conformidade com as características microbiológicas descritas na Resolução RDC nº 173, de 13 de setembro de 2006;

c) Não devem conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas que representam risco à saúde, descritas na Resolução RDC nº 274, de 22 de setembro de 2005;

d) Não deve constar qualquer expressão que atribua ao produto propriedades medicamentosas e ou terapêuticas.

3.5.7 Os garrafões disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser próprios para o acondicionamento de água mineral, em POLICARBONATO, liso, transparente, ter capacidade de acondicionamento para 20 litros de água mineral, resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou amassados, vir com tampa protetora e lacre de segurança, para evitar contaminações externas.

3.5.8 No processo de fabricação, os garrafões deverão satisfazer as normas técnicas da ABNT NBR 14222 e NBR 14328.

3.5.9 O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM conforme disposto na Portaria n.º 470/99 com os seguintes elementos informativos:

I - nome da fonte;

II - local da fonte, Município e Estado;

III - classificação da água;

IV - composição química, expressa em miligramas por litro, contendo, no mínimo, os oito elementos predominantes, sob a forma iônica;

V - características físico-químicas na surgência;

VI - nome do laboratório, número e data da análise da água;

VII - volume expresso em litros ou mililitros;

VIII - número e data da concessão de lavra, e número do processo seguido do nome "DNPM";

IX - nome da empresa concessionária e/ou arrendatária, se for o caso, com o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

X - duração, em meses, do produto, destacando-se a data de envasamento por meio de impressão indelével na embalagem, no rótulo, ou na tampa;

XI - se à água for adicionado gás carbônico, as expressões "gaseificada artificialmente";

XII - as expressões "Indústria Brasileira";

Parágrafo único. Os elementos de informação referidos nos incisos I, II, e IV a XII deste artigo deverão constar do rótulo de forma legível, em destaque, devendo ocupar, no mínimo, um quarto da área total do mesmo, sendo os elementos indicados nos incisos I e X impressos em caracteres destacados dos demais.

3.5.10 Os garrafões devem trazer impresso por meio de impressão indelével a data de fabricação e de validade que terá como limite 03 (três) anos de vida útil, conforme estabelece a Portaria Nº 387, de 19 de Setembro de 2008.

3.5.11 Os garrafões entregues deverão ter sido produzidos em até 12 (doze) meses antes da data do recebimento provisório.

3.5.12 Quando a Contratante possuir garrafões vazios, os mesmos poderão ser utilizados pela CONTRATADA, obrigando-se a mesma, mediante Termo de Responsabilidade, a devolver os mesmos em perfeitas condições de uso, quando findo o contrato de fornecimento.

3.5.13 A Contratada, para fornecimento dos **lotes 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2016/SEGES e seus anexos**, deverá preencher todos os requisitos da Portaria ANP Nº 297/2003, que normatiza a autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo (GLP), além de satisfazer plenamente todas obrigações constantes na Portaria para o Revendedor de GLP e nas cartilhas expedidas pela ANP;

3.5.13.1 Os recipientes de gás de cozinha quando transportados cheios devem conter lacre e rótulo da marca comercial SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais

Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674

Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





que identifique o distribuidor que envasilhou o produto, telefone do distribuidor e instruções de uso;

3.5.13.2 Os postos de revenda de GLP para uso doméstico deverá dispor de balança decimal, em perfeito estado de conservação e funcionamento, certificada pelo INMETRO para aferição, pela Contratante, do peso do recipiente transportável cheio de GLP, conforme estabelecido na Portaria ANP Nº 297/2003;

3.5.13.3 Existência nos recipientes da data de validade impressa numa espécie de "ferradura" colocada em torno da válvula e, essa data deve corresponder ao ano atual ou posterior;

3.5.13.4 Caso o(s) recipiente(s) não possuam a "ferradura", o ano de fabricação deve constar na parte de cima do botijão e a idade dele não pode ser superior a 15 (quinze) anos;

3.5.13.5 Não será aceito botijão danificado, amassado ou enferrujado.

3.5.14 Para melhor segurança tanto da Contratada como do Contratante é necessário que a Contratada indique o endereço do Depósito que guarnece a Água e o Gás, caso haja necessidade de uma visita prévia e também posterior da FISCALIZAÇÃO.

3.5.15 A troca da marca da Água ou Gás a serem fornecidos só poderá ser alterada com prévia autorização da Contratante;

### 3.6. DO PRAZO E HORÁRIOS

3.6.1 O prazo para entrega dos produtos será de **05 (cinco) dias**, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

3.6.2 Os produtos serão entregues de segunda a sextas-feiras, tendo, por regra, o horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas. Todavia, deve-se observar o horário de funcionamento dos Órgãos/Entidades solicitantes, que será estipulado na Ordem de Fornecimento.

3.6.3 Não serão recebidos produtos em horários diferentes ao determinado nem em feriados e recesso.

3.6.4 Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa por escrito ao fiscal do contrato indicando o prazo necessário, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

### 3.7 DO LOCAL

3.7.1 Os produtos serão entregues no perímetro urbano de Cuiabá e ou Várzea Grande, nas dependências da Contratada.

### 3.8 DA FORMA DE ENTREGA

3.8.1 A aquisição dos materiais será efetivada mediante a necessidade, conveniência, disponibilidade orçamentária e demanda do órgão contratante, podendo ocorrer de forma fracionada considerando o tamanho do espaço físico do almoxarifado que receberá os produtos, não existindo quantitativos mínimos a ser solicitados por notas de empenho.

3.8.2 O material deverá ser fornecido, depois de atendidas todas as exigências legais do procedimento licitatório, com periodicidade a ser definida pelo órgão contratante (semanal, quinzenal ou mensal) no prazo de até 24 horas ou de até 01 dia útil, a partir do recebimento de cada Nota de Empenho emitida.

3.8.3 A cada fornecimento a contratada deverá emitir recibo em papel timbrado da empresa, especificando a data da entrega, o endereço, CNPJ do contratante e a quantidade entregue, sem rasuras.

3.8.4 O descarregamento do produto ficará a cargo da CONTRATADA com sua própria mão de obra, devendo observar as regras de transporte, distribuição e segurança pertinentes ao produto.

### 3.9 DA GARANTIA DOS PRODUTOS E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

3.9.1 O(s) produtos(s) deverão ter garantia total pelo prazo mínimo de 12 meses, contados a partir da data do recebimento do objeto, de forma definitiva, pela Administração, conforme indicado neste contrato, observadas as condições estabelecidas;

3.9.2 Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA ou ainda em testes realizados seja considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

3.9.3 Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transporte, mão de obra e manutenção dos materiais, no caso de apresentar imperfeição(ões), correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE quaisquer ônus.

### CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE em favor da CONTRATADA mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente e data fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado do Mato Grosso, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do CONTRATANTE;

4.2 A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número do contrato, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

4.3 Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

4.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

4.5 O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

4.6 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

4.7 Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais

Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674

Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





RICMS. Informações através do site [www.sefaz.mt.gov.br/nfe](http://www.sefaz.mt.gov.br/nfe).

4.8 O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pela Gerência responsável e/ou pela fiscalização do Contrato (nomeada pela autoridade competente) e acompanhada dos certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais n.ºs 7217/06, 8199/06 e 8426/06, obedecendo aos prazos estabelecidos na Instrução Normativa n.º 01/2007/SAGP/SEFAZ;

4.9 O pagamento será efetuado a contratada até o 30º (trigésimo) dia da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo seu recebimento;

4.10 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

4.11 O pagamento será realizado de acordo com a entrega dos produtos, mediante emissão da respectiva Nota Fiscal.

4.12 O Contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal;

4.13 No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor devido, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE do período compreendido entre a data final do adimplemento e a do efetivo pagamento.

4.14 Havendo acréscimo de quantitativo, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados.

4.15 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.16 Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

4.17 O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor;

II) prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor;

III) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos para pagamento dos produtos do referido objeto será(ão) da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentárias:

| Projeto Atividade | Natureza de Despesa | Fonte de Recurso  |
|-------------------|---------------------|-------------------|
| 0000.0000         | MATERIAL DE CONSUMO | REGISTRO DE PREÇO |

**Nota:** A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo compatibilizar-se com as especificações do objeto contida no edital.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1 A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, sendo estes emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômicos, definido pelo Ministério da Fazenda, conforme orientação técnica n. 040/2010/AGE;

b) A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada no Banco do Brasil, em conta específica, com correção monetária, em favor do Órgão/unidade CONTRATANTE.

c) Seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço”; ou

d) Fiança bancária.

6.2 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

6.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, a título de garantia.

6.2.2 A retenção efetuada com base no item 6.2.1 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

6.3 A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item 6.2.1 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

6.4 A garantia contratual deverá ter validade durante toda a vigência do CONTRATO.

6.5 Caso o valor ou o prazo da garantia seja insuficiente para garantir o contrato, a contratada providenciará, compulsoriamente, tantos aditamentos quantos forem necessários até o término da vigência do contrato.

6.6 A garantia prestada pela contratada só será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato, ou ainda na ocorrência de outras hipóteses de extinção contratual previstas em Lei.

**Nota:** A exigência de garantia no Termo de Contrato é possível desde que exigida no Edital e na forma nele estipulada. Pode ser exigida a comprovação da prestação da garantia após a assinatura do Termo de Contrato ou como condição para assinatura deste. Deve ser excluída esta cláusula caso não tenha sido prevista a exigência no Edital.



**CLÁUSULA SÉTIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1 O(s) produto(s) contratado(s) deverá(ão) ser entregue(s) de acordo com a necessidade da CONTRATANTE;
- 7.2 O fornecimento deverá ser executado de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade do fornecimento e à satisfação do Contratante;
- 7.3 Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 7.4 Entregar o(s) produto(s) adjudicado(s), nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste Contrato e Edital, aderidos da Ata de Registro de Preços;
- 7.5 Retirar a nota de empenho específica em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis, contados da convocação oficial;
- 7.6 A contratada deverá entregar o(s) produto(s) utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios;
- 7.7 Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega inclusive o descarregamento dos materiais;
- 7.8 Os produtos deverão ser acondicionados adequadamente, devendo garantir proteção durante transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na especificação e legislação em vigor;
- 7.9 Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências dos Órgãos/entidades CONTRATANTE;
- 7.10 Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- 7.11 Prover todos os meios necessários à execução do contrato, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 7.12 Indenizar terceiros e/ou o CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 7.13 Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- 7.14 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à CONTRATANTE ou a terceiros;
- 7.15 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do fornecimento objeto deste contrato, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 7.16 É expressamente vedadas à contratada a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal dos Órgãos/entidades CONTRATANTE, durante o período de fornecimento;
- 7.17 Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 7.18 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 7.19 Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no fornecimento do produto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
- 7.20 A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelo fornecimento contratado, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução;
- 7.21 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Contratante, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, conforme especificações constantes no Termo de Referência;
- 7.22 Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 7.23 Emitir, mensalmente, documento fiscal, discriminando os produtos entregues no período, de acordo com o(s) lote(s) descritos neste contrato;
- 7.24 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento;
- 7.25 Reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 7.26 Substituir os produtos rejeitados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), contados a partir da comunicação formal do Fiscal do contrato;
- 7.27 A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do objeto desta LICITAÇÃO e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 7.28 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Contratante, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- 7.29 Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da Contratante;
- 7.30 Adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;
- 7.31 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CONTRATANTE;
- SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO – Superintendência de Aquisições Governamentais  
Centro Político Administrativo, R: C - Bloco III – CEP: 78049-005 – Cuiabá-MT - Telefone: (65) 3613-3674  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> – email: [pregao@gestao.mt.gov.br](mailto:pregao@gestao.mt.gov.br)





7.32 A inobservância das regras previstas neste Contrato acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando possibilidade de rescisão por iniciativa da Administração Pública.

7.33 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual 7.217/2006 e alterações.

**Nota:** As obrigações da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, os itens dispostos nesta Cláusula servem de referência e deverão guardar sintonia com as obrigações da Contratada contidas no Termo de Referência e no Edital, devendo ser adicionados às obrigações que se fizerem necessárias ao perfeito cumprimento do objeto pretendido na contratação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 Designar, servidor gestor do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente.

8.2 Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências, desde que observadas às normas de segurança.

8.3 Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

8.4 Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

8.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

8.6 Notificar a CONTRATADA e a SEGES de qualquer alteração ou irregularidade encontrada na execução do contrato.

8.7 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato e em edital.

8.8 Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à Contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

8.9 Os produtos/equipamentos poderão ser recusados e devolvidos pela Contratante nas seguintes hipóteses:

a) Apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;

b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o Edital;

c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios no Edital;

8.10 Fiscalizar a execução do objeto do contrato.

**Nota:** As obrigações da Contratante são aquelas previstas no Termo de Referência, os itens dispostos nesta Cláusula servem de referência e deverão guardar sintonia com as obrigações da Contratante contidas no Termo de Referência e no Edital, devendo ser adicionados às obrigações que se fizerem necessárias ao perfeito cumprimento do objeto pretendido na contratação.

#### **CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS**

9.1 Os produtos serão recebidos conforme a seguir:

a) provisoriamente: o recebimento provisório dar-se-á por servidor indicado pelo órgão/entidade contratante, no ato da entrega do(s) produto(s) e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção, ou, se aprovado, emitirá recibo;

b) definitivamente: após recebimento provisório, será verificada a integridade do(s) produto(s), incluindo qualidade e quantidade, e sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal.

9.1.1 O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta da contratada, devendo ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), a contar da notificação do fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2 Na hipótese de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o Fiscal do contrato do CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades.

9.3 O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Órgão/entidade CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº. 8.078/90.

**Nota:** A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da Licitante contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

10.1 O contrato poderá ser alterado nas hipóteses do art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

10.2 Durante a vigência do contrato a contratada poderá solicitar a revisão dos preços para manter a equação econômico-financeira obtida na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

10.3 Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço, a requerimento da CONTRATADA e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada no certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-IBGE.

10.4 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços de contratos baseados em Atas de Registro de Preços deverão, sob pena de invalidade dos atos, sofrer análise contábil (se for o caso) e jurídica pelo CONTRATANTE, da viabilidade do feito.

10.5 Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento ao contrato, e o reajuste mediante apostilamento.



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES**

11.1 A Contratada inadimplente total ou parcialmente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 combinada com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:

11.1.1 Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento;

11.1.2 Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% (um por cento) por dia após o 30º dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

11.1.2.1 Multa de 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

11.1.2.2 Multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante;

11.1.3 Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante e descredenciamento no sistema de cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, entre outros comportamentos e em especial quando:

11.1.3.1 Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

11.1.3.2 Não manter a proposta;

11.1.3.3 Falhar gravemente na execução do contrato;

11.1.3.4 Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

11.1.3.5 Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

11.1.3.6 Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.3.7 Cometer fraude fiscal;

11.1.3.8 Fizer declaração falsa;

11.1.3.9 Fraudar na execução do contrato.

11.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2 A multa eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus ou deduzidos da garantia, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

11.3 Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Órgão/entidade contratante, ou os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa;

11.4 Esgotados os meios administrativos para cobrança, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o ÓRGÃO/ENTIDADE proceder à cobrança judicial da multa;

11.5 As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO/ENTIDADE.

11.6 Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na lei 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 7.692, de 2002.

11.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

12.2 Tal rescisão poderá ocorrer a qualquer tempo mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte.

12.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à contratada o direito a prévia e ampla defesa.

12.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE PETIÇÃO**

13.1 No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no Art. 109 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

14.1 A fiscalização será exercida por servidor designado pelo Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do presente contrato, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.

14.2 Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, a contratante, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, podendo para isso:

a) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado do contratado que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;





b) Supervisionar as entregas realizadas pela Contratada, observando as normas técnicas e legais aplicáveis aos produtos, emitindo mensalmente relatório analítico, que deve ser anexado à Nota Fiscal.

14.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme preceitua art. 70 da Lei n. 8.666/93.

14.4 Será de responsabilidade do Fiscal do Contrato de cada **Órgão/Entidade Contratante**, a salva guarda de documentos relacionado à liberação e fornecimento objeto do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8666/93, na Lei 10.520/2002 e demais normas estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CLAUSULA ANTICORRUPÇÃO**

16.1 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/1993, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2 O Contratante poderá revogar este Contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.3 A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

17.4 A declaração de nulidade não exonera o CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado, e por outros prejuízos regularmente comprovados contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

17.5 Incumbirá ao Contratante, providenciar a publicação do extrato deste contrato, em conformidade com o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1 Fica eleito o foro de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá – MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA 1

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA2





**TERMO DE ENCERRAMENTO**

Este Edital de nº 025/2016/SEGES possui 48 (quarenta e oito) folhas numeradas e ordenadas.

Cuiabá – MT, 27 de outubro de 2016.

**Narcilene Beatriz Antunes**  
Coordenadora de Licitações Governamentais – SAG/SEGES





Ofício nº. 008/2017/MTGÁS

Cuiabá, 10 de fevereiro de 2017.

À  
**FÍNÍSSIMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA ME**  
**SR. MARCIO KNOPF**  
Representante

Sr. Márcio,

Vimos por meio deste, verificar a disponibilidade da Adesão Carona à Ata de Registro de Preço de nº 038/2016/SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO, Pregão Eletrônico 025/2016/SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO, consoante tabela abaixo:

**LOTE 06 (COTA RESERVADA 255ME/EPP LEI 123/2006)**

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UN | QTD | MARCA     | VALOR UNITÁRIO |
|------|---|----|-----|-----------|----------------|
| 01   | <b>ÁGUA MINERAL, NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFO DE POLIPROPENO, COM CAPACIDADE PARA 20 (VINTE) LITROS; SEM VASILHAME, EMBALAGEM COM PROTETOR SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 01 ANO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER AS NORMAS VIGENTES. UNIDADE</b> | UN | 60  | FINÍSSIMA | 4,65           |

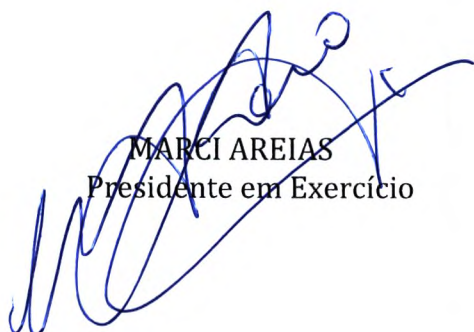
Solicitamos Adesão à esta Ata referente a aquisição do item supracitado para atender às necessidades da Companhia Matogrossense de Gás/MTGÁS, conforme condições e especificações constante nesta Ata de Registro de Preço.






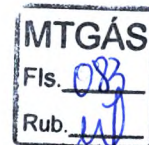
Posto isto, requeremos que nos seja enviado a Declaração de acordo com a tabela acima, para que seja cumprida a exigência do fornecimento da Declaração da empresa de que aceita o pedido e de que o atendimento à adesão carona à citada ata não prejudicará o fornecimento ou prestação do serviço aos órgãos participantes.

Certos de sermos atendidos, antecipamos agradecimentos.

  
**MARCI AREIAS**  
Presidente em Exercício

  
**JULIANO MUNIZ CALÇADA**  
Diretor Administrativo Financeiro





**A**

**Companhia Mato-Grossense de Gás - MTGÁS**

**Ref. : ADESÃO PREGÃO ELETRÔNICO .**

**Nº. 025/2016/SEGES TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**

A empresa **FINÍSSIMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF Nº 13.332.212/0001-18, sede na Av. 31 De Março, Nº 336 Bairro Cristo Rei, Várzea Grande - MT, CEP 78.118-005, e-mail [finlicita@hotmail.com](mailto:finlicita@hotmail.com), telefones (65) 3029-4678/98143-8215 por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento a solicitação de Adesão do Pregão Eletrônico Nº. **025/2016/SEGES**, DECLARA, sob as penas da lei, que:

Autoriza adesão para esta instituição, **Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS**.

Não possui em seu quadro de pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art.27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

Estamos adimplente para com o poder Público, e não se enquadrados no art. 299, §3º CP.

Várzea Grande, 17 de Fevereiro de 2017.

**MARCIO KNOPF**  
**CPF: 839.951.161-49 RG: 1105887-0**  
**REPRESENTANTE LEGAL**

13.332.212/0001-18  
FINÍSSIMA DISTRIBUIDORA  
DE ÁGUA LTDA - ME  
Av. Trinta e Um de Março, nº 336  
Bairro: Cristo Rei - CEP: 78118-005  
VÁRZEA GRANDE - MT



# VANTAJOSIDADES



# JOSEMIL

## ÁGUA E GÁS



### PROPOSTA DE PREÇOS

JOSEMIL ÁGUA E GÁS.

CNPJ-18.847.154/0001-89.

INSC. EST.: 13.510.432-7

END. AV. 31 DE MARÇO Nº 2189 BAIRRO CRISTO REI.

CIDADE VARZEA GRANDE – MT.

TELEFONE/FAX – (65)685-1672/9242-5932/9942-0782.

SOLICITANTE: COMPANHIA MATO GROSSENSE DE GÁS- MTGÁS

CONSIDERANDO AS CONDIÇÕES INDICADAS, APRESENTAMOS NOSSA COTAÇÃO RELATIVA À CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO ABAIXO IDENTIFICADO:

| ITEM | DESCRIÇÃO        | MARCA    | UNID | QUANT | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|------------------|----------|------|-------|----------------|-------------|
| 01   | Água mineral 20L | LEBRINHA | L    | 60    | R\$9,00        | R\$ 540,00  |

Valor total da proposta R\$ 540,00( QUINHENTOS E QUARENTAS REIAS)

VALIDADE DA PROPOSTA 60 (SESSENTA) DIAS.

INFORMAMOS QUE NO PREÇO ESTÃO TODOS OS CUSTOS E DESPESAS DIRETAS E INDIRETAS, TRIBUTOS INCIDENTES, ENCARGOS SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS E COMERCIAIS, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E LUCRO, MATERIAS E MÃO DE OBRA A SEREM EMPREGADOS, SEGURO, FRETE, ROTULAGEM, EMBALAGENS E QUAISQUER OUTROS NECESSÁRIOS AO FIEL E INTEGRAL CUMPRIMENTO DO OBJETO.

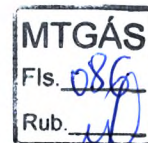
VÁRZEA GRANDE, 21 DE FEVEREIRO DE 2017.

JOSEMIL ÁGUA E GÁS  
CNPJ-18.847.154/0001-89.

JOSEMIL ÁGUA E GÁS FONE – (65) 3685-1672/9242-5932/9942-0782.  
AV. 31 DE MARÇO, Nº 2189, BAIRRO – CRISTO REI, VÁRZEA GRANDE – MT, CEP 78.118.005.



## Re: ORÇAMENTO DE AGUA



EUROPA GAS E AGUA &lt;europa10gaseagua@gmail.com&gt;

sex 10/02/2017 15:57

Caixa de Entrada

Para: Márcia Victor &lt;victor.marcia@hotmail.com&gt;;

EQP: EUROPA DIST. INC. LTDA  
ORÇAMENTO ÁGUA-20L  
PURÍSSIMA-9,50  
LEBRINHA-8,00  
BURITI-7,50

EUROPA  
CNPJ-18.923.200/0001-81

Em 10 de fevereiro de 2017 13:27, Márcia Victor <[victor.marcia@hotmail.com](mailto:victor.marcia@hotmail.com)> escreveu:

*Márcia Victor de Matos*  
*Companhia Matogrossense de Gás*  
*(65) 3642-4423*

---

**De:** Márcia Victor <[victor.marcia@hotmail.com](mailto:victor.marcia@hotmail.com)>

**Enviado:** quinta-feira, 9 de fevereiro de 2017 15:22

**Para:** [europagaseagua@gmail.com](mailto:europagaseagua@gmail.com)

**Assunto:** ORÇAMENTO DE AGUA

Boa Tarde!!

Solicto, por gentileza, um orçamento de agua , garrafão de 20 lts. Se possível me enviar este orçamento num papel timbrado da empresa ou com CNPJ .

Atenciosamente,

*Marcia Victor de Matos*



09/02/2017

Re: ORÇAMENTO ÁGUA - Márcia Victor

## Re: ORÇAMENTO ÁGUA



Distribuidora Barao <diskbarao@gmail.com>

qui 09/02/2017 16:19

Caixa de Entrada

Para: Márcia Victor <victor.marcia@hotmail.com>;

Boa tarde Márcia,

Água 20 litros Jaciara 8,00

Água 20 litros lebrinha 9,00

Água 20 litros puríssima 10,00

Fechamento mensal com NF

Em 09/02/2017 14:37, "Márcia Victor" <[victor.marcia@hotmail.com](mailto:victor.marcia@hotmail.com)> escreveu:

*Solicito por gentileza um orçamento de garrafão de agua de 20 lts.*

*Atenciosamente,*

*Marcia victor de Matos*





**PARECER Nº:** 003/03/2017-MTGÁS  
**PROCESSO Nº:** 90253/2017  
**INTERESSADA:** COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS -  
MTGÁS

**ASSUNTO:** ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº  
038/2016/SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO  
- POSSIBILIDADE - ART. 15, INCISO II DA LEI Nº  
8.666/93 C/C ART. 91 DO DECRETO Nº  
7.217/06.

### 1.0. - Do Relatório

Trata-se de processo administrativo da Companhia Mato-Grossense de Gás - MTGÁS, solicitando a adesão a ata de registro de preço realizada pela Secretaria de Estado de Gestão do Estado de Mato Grosso de nº 038/2015, do Pregão Eletrônico nº 025/2016 do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 262.756/2016, cujo objeto é:

*“1.1. Esta ata possui objetivo de registrar preços dos itens abaixo relacionados, no LOTE, para Registros de Preços para futura e eventual contratação de empresa Especializada em fornecimento de água mineral, gás de cozinha e vasilhames de acondicionamento, em atendimento à demanda dos órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, conforme condições e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço”.*

*48*





Consta da referida ata que o lote n° 06, constante do referido edital de licitação, fora registrado pela Empresa **FINISSÍMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA - ME**, com CNPJ/MF N° 13.332.212/0001-18, com sede no município de Várzea Grande-MT.

Consta dos autos que a MTGás irá necessitar de 60 (sessenta) unidades do produto (água mineral) constantes do Lote 06 da Ata de Preço, assim, ali identificado, vejamos:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | UNID. | QUANT. | MARCA     | VALOR UNIT. |
|------|---|-------|--------|-----------|-------------|
| 01   | ÁGUA MINERAL, NATURAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFÃO DE POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA (VINTE) LITROS, SEM VAZILHAME, EMBALAGEM COM PROTETOR SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, PRAZO DE VALIDADE IGUAL A 01 ANO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER AS NORMAS VIGENTES. UNIDADE | UN    | 84908  | FINISSÍMA | R\$ 4,65    |

Consta nos autos do processo os seguintes documentos: Anexo II. SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇO N° 041/2017, cujo valor total é **de R\$ 279,00 (duzentos e setenta e nove reais)**, as fls. 02; Termo de referência, com a fundamentação mínima para a aquisição de bens, as fls 03/15; Solicitação CDR 055/2017, as fls. 15; Quadro de Detalhamento de Despesas QDD indicando ter o valor de R\$ 6.875,30 disponível, as fls. 17; Pedido de

43





empenho no valor de R\$ 279,00 (duzentos e setenta e nove reais), as fls. 18; A Ata de Registro de Preços nº 038/2016/SEGES e seus anexos, as fls. 19/80; Ofício nº 008/2017/MTGÁS de 10.02.2017 enviado a vendedora solicitando a autorização da empresa para a adesão a ata, as fls. 81/82; Declaração da empresa Finíssima autorizando a CIA aderir a ata de registro de preço datada de 17.02.2017, as fls. 83; três orçamentos de empresas de produto similar onde percebe-se que o valor praticado pela empresa Finíssima é de menor preço as oferecidas, as fls. 84/87.



É o sucinto relatório, passamos a opinar.

## 2.0. – Da fundamentação

Pois bem, o presente processo administrativo, como consta acima, objetiva a adesão ata de registro de preço realizada pela Secretaria de Estado de Gestão do Estado de Mato Grosso de nº 038/2015, do Pregão Eletrônico nº 025/2016 do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 262.756/2016, cujo objeto é aquele constante do item 1.1 da ata alhures mencionado.

A solicitante visa adquirir 60 (sessenta) unidades de água mineral do lote nº 06, no valor total de **R\$ 279,00 (duzentos e setenta e nove reais)**, da Empresa **FINISSÍMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA - ME**, com CNPJ/MF Nº 13.332.212/0001-18.

Registra-se que consta da Ata de Registro de preço mencionada que o objeto desta visa o Registro de preço para a futura e

B. .





eventual contratação de empresa Especializada em fornecimento de água mineral, gás de cozinha e vasilhames de acondicionamento, para atender a demanda dos Órgãos/Entidades do poder Executivo Estadual.



Portanto, a MTGás, por ser entidade da administração pública Estadual (lei Complementar nº 566/2015 – Art. 40, inciso III), pode lançar mão da Ata de Registro de Preço por força do contido no Art. 76, § 1º, inciso IV do Decreto Estadual nº 7.217/06, a propósito, destaca-se:

**“Art. 76. As aquisições de bens, serviços e locação de bens móveis, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços para atender aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, reger-se-ão pelo disposto neste capítulo e neste decreto.**

**§ 1º Para os efeitos deste regulamento, são adotadas as seguintes definições:**

(...)

**IV – Órgão Participante - órgão ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP, a partir do encaminhamento das demandas, *dependente da autorização expressa e prévia do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços para a efetivação da aquisição/contratação pelo registro de preços*.**

9:





Registra-se que no rol de documentos que instruem o processo administrativo que busca a aquisição em comento, **não observo a presença da autorização exigida no Decreto Estadual nº 7.217/06 (art. 76, § 1º, inciso IV), exigência essa repetida no corpo da ata de registro de preço em comento no item 4.1.**

Não obstante, a lei nº 8.066/93 prevê no seu art. 15, inciso II o seguinte:

*“Art. 15. **As compras**, sempre que possível, deverão:*

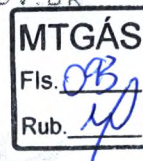
*I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;*

*II - **ser processadas através de sistema de registro de preços**” (Destaquei).*

Por sua vez o art. 91, caput e parágrafo único do Decreto Estadual nº 7.217/06 dispõe que, vejamos:

*“Art. 91. **A aquisição/ contratação por registro de preços será formalizada através de processo administrativo próprio, constando instrumento contratual para serviços, nota de empenho de despesa, autorização de aquisição/contratação, emitida pelo gerenciador da ata, cópia da ata publicada, caso necessária, plano de trabalho, em caso de serviços, ordem de fornecimento para bens, a ordem de***





***execução para serviços, nota fiscal atestada e ordem bancária ou equivalente.***

*Parágrafo único. A autorização de contratação pelo SRP não substitui os contratos individuais para prestação de serviços continuados e fornecimento de bens que tecnicamente não devam ser estocados nos órgãos/entidades da Administração Estadual”.*

É observado no processo em análise que as exigências foram cumpridas, exceto no que se refere a autorização emitida pelo gerenciador da ata e o instrumento de contrato.

**3.0. – Da Conclusão**

Destarte, por todo o exposto e com base na fundamentação supramencionada e na observância dos documentos anexos que respeita as exigências contidas no art. 91 do Decreto Estadual nº 7.217/06, exceto no que se refere a ausência da autorização emitida pelo gerenciador da ata e o instrumento de contrato, **uma vez supridas estas ausências, opino pela autorização** da aquisição de 60 (sessenta) unidades de água mineral do item 06 da Ata de Registro de Preços nº 038/2016/SEGES, junto a **pessoa Jurídica FINISSÍMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA - ME**, com CNPJ/MF Nº 13.332.212/0001-18, conforme a necessidade da MTGÁS, condicionada, por óbvio, ao valor de R\$ 279,00 (duzentos e setenta e nove reais).

Cabe observar outrossim, que a presente análise tem seus fundamentos com base na documentação acostada e verificação quanto ao seu enquadramento legal, **cabendo a solicitante a**

9.





**observância quanto a existência de dotação orçamentaria para tanto e ainda sanar a ausência dos documentos acima mencionados.**



Finalmente oriento quanto à necessidade da escolha do melhor preço ofertado, se existente, em obediência ao Princípio da Economicidade, bem como seja observada a regularidade fiscal da empresa escolhida para a contratação.

É o parecer, que segue, com 07 páginas numeradas, em duas vias, para apreciação superior, dependendo de homologação nos termos do contido no Art. 4º, § 3º, inc. IV, *in fine*, do Decreto nº 7.217/06.

Cuiabá-MT, 02 de Março de 2017.

**JEAN LUCAS TEIXEIRA DE CARVALHO**

Assessoria Jurídica/MTGÁS  
OAB/MT 14.532

**Aprovação**

**Marci Areias**

Diretor Presidente

**Juliano Muniz Calçada**

Diretor Adm. Financeiro



Ofício n.º. 025/2017/MTGÁS

Cuiabá, 06 de março de 2017.



095

À  
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS  
**SR. RUI CARLOS C. DA FONSECA**  
**Superintendente de Aquisições Governamentais**  
Secretaria de Estado de Gestão - SEGES

Sr. Superintendente,

Vimos por meio deste, verificar a disponibilidade da Adesão Carona à Ata de Registro de Preços de n.º 038/2016/SEGES, Pregão Eletrônico 025/2016/SEGES ao Lote 06, conforme abaixo:

LOTE 06 (COTA RESERVADA 255ME/EPP LEI 123/2006)

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UN | QTD | MARCA     | VALOR UNITÁRIO |
|------|--|----|-----|-----------|----------------|
| 01   | ÁGUA MINERAL, NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFO DE POLIPROPENO, COM CAPACIDADE PARA 20 (VINTE) LITROS; SEM VASILHAME, EMBALAGEM COM PROTETOR SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 01 ANO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER AS NORMAS VIGENTES. UNIDADE | UN | 60  | FINÍSSIMA | 4,65           |



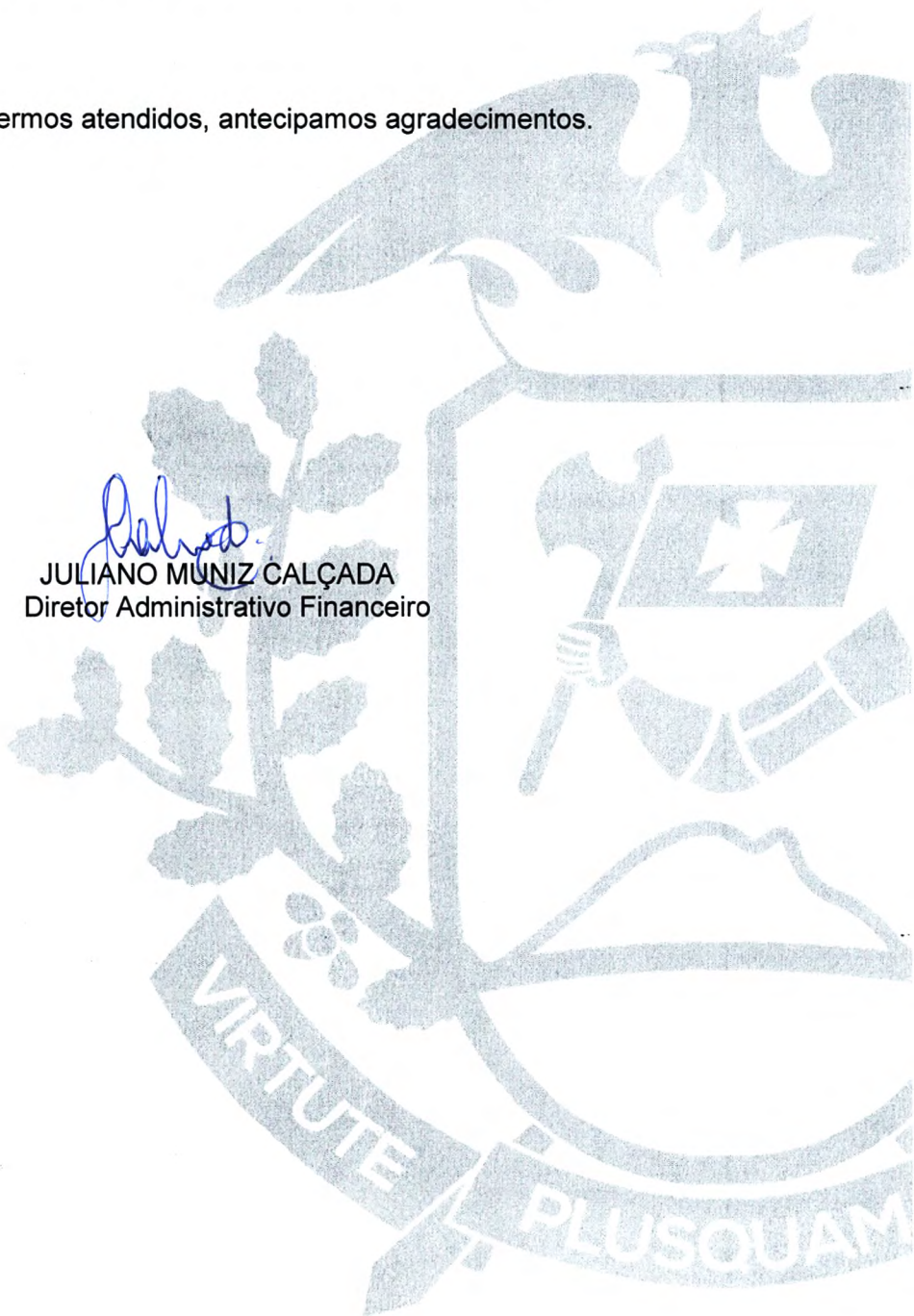


Solicitamos Adesão à referida Ata referente a contratação dos serviços supracitados para atender às necessidades da Companhia Matogrossense de Gás/MTGÁS, conforme condições e especificações constante nesta Ata de Registro de Preço.

Certos de sermos atendidos, antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,

  
JULIANO MUNIZ CALÇADA  
Diretor Administrativo Financeiro







Despacho referente ao processo nº 90253/2017.

Cuiabá, 08 de março de 2017.

Ao Senhor

**Luciano Henrique de Araújo**

Superintendente de Aquisições Governamentais  
Superintendência de Aquisições Governamentais  
Secretaria de Estado de Gestão



Assunto: Encaminhamento de processo

Senhor Superintendente,

Tendo em vista o Ofício nº 025/2017/MT GÁS, às fls. 098/096, expedido pelo Diretor Administrativo Financeiro do MT GÁS, o qual solicita autorização para adesão a Ata de Registro de Preços nº 038/2016/SEGES (lote 06), oriunda do Pregão nº 025/2016, encaminho-lhe os presentes autos para conhecimento e providências pertinentes.

Atenciosamente,

  
**Ruy Carlos C. da Fonseca**  
Secretário Adjunto de Administração - SEGES





**PROCESSO 90253/2017**

☒

X

CARP – Coordenadoria de Autorizações e Registro de Preços.

☐

CIA – Coordenadoria de Informações para Aquisições.

☐

CGC – Coordenadoria de Gestão de Contratos.

☐

CJL – Coordenadoria Jurídica de Licitações.

☐

CLG – Coordenadoria de Licitações Governamentais.

☐

SUPORTE SIAG

☐

OUTROS – NÚCLEO DE AQUISIÇÕES-SISTÊMICA

SAG/SEGES

Fls. **08**

Rub. \_\_\_\_\_



**Encaminha-se para:**

Encaminhamento o processo físico, para Providências Cabíveis

**Observar as disposições legais vigentes e atentar para os prazos legais.**

Cuiabá, 09 /03/2017

**Luciano Henrique de Araujo**  
Superintendente de Aquisições Governamentais – SAG/SEGES

Recebimento:

Data: \_\_/\_\_/2016 às \_\_: \_\_H

Ass: \_\_\_\_\_

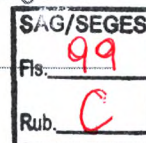
Nome

Despacho Coordenação – Analista: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/2016 às \_\_: \_\_H

OBS:





## Processo nº.90253/2017 adesão a Ata 038/2016/SEGES - água mineral

1 mensagem

Catiane Soares do Nascimento <catianenascimento@gestao.mt.gov.br>  
Para: Marcia Victor de Matos <marciamatos@mtgas.mt.gov.br>

13 de março de 2017 11:21

Bom dia.

Informo que o processo nº.90253/2017 - Adesão á Ata nº.038/2016/SEGES para aquisição de água mineral encontra-se na CARP/SEGES em fase de análise para posterior autorização.



Informo ainda, que durante a análise verificou-se as seguintes inconsistências no Termo de Referência:

- Item1 - OBJETO SINTÉTICO:

No Termo de Referência o objeto solicitado pelo MTGÁS é um " Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral. ". Portanto, interpretamos que o objeto solicitado trata-se de um Registro de Preços e não uma Adesão Carona para aquisição (como consta nos ofícios juntado ao processo).

- Item3 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA CONTRATAÇÃO:

A justificativa utilizada pelo MTGÁS foi uma cópia da justificativa retirada do Termo de referência da SEGES que deu origem á ata 038/2016. Logo, a justificativa não é valida.

A função do Termo de Referencia é demonstrar e fundamentar por meio do objeto,da justificativa e dos demais itens constante a ele , o que de fato o órgão está solicitando.

É possível identificarmos que nos ofícios trata-se de uma solicitação para adesão carona á ata 038/2016 da SEGES, porém, pelo Termo de Referência não temos esta mesma compreensão.

**Considerando as inconsistências mencionadas acima, solicitamos que retirem o processo na CARP/SEGES para adequação e retificação do seu Termo de Referência.**

Em caso de dúvidas, entrar em contato pelo telefone 3613 - 3730

Att: Catiane Nascimento



Catiane S. Nascimento  
Técnica Administrativa  
Superintendência de Aquisições Governamentais  
Secretaria de Estado de Gestão de Mato Grosso  
Tel.: (65) 3613-3730





MTGÁS

Fls. 109

Pub. 17

## 2º TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BASICO

**AUTORIZO:**

**VALIDAÇÃO:**

**Marci Areias**

ORDENADOR DE DESPESAS MTGÁS

**Juliano Muniz Calçada**

LIBERADOR DE DESPESAS MTGÁS

### INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

**1- ÓRGÃO: MTGÁS**

**2- TERMO DE REFERÊNCIA**

**3- NÚMERO DA UNIDADE  
ORÇAMENTÁRIA: 17502**

**4 - Descrição de Categoria de Investimento:**

- ( ) Capacitação
- ( ) Equipamento de Apoio
- ( ) Equipamento de TI
- ( ) Consultoria/Auditoria/Assessoria
- ( ) Serviço
- (x) Bens de Consumo
- ( ) Material Permanente

**UNIDADE ADMINISTRATIVA SOLICITANTE:**

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS/MTGÁS

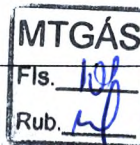
### FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA AQUISIÇÃO DE BENS/SERVIÇOS

#### 6. OBJETO SINTÉTICO:

**6.1.** Adesão carona Ata 038/2016/SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO para futura contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral, em atendimento à demanda dos órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

**7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** ART.15, INCISO II DA LEI Nº 8.666/96 C/C ART. 91 DO DECRETO 7.217/06.





## 8. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS/VALORES

| ESPECIFICAÇÃO  | QUANTIDADE (UN) | ESTIMATIVA EM VALORES<br>REAIS R\$ |
|--|-----------------|------------------------------------|
| 8.1 ÁGUA MINERAL, NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFO DE POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 20 (VINTE) LITROS; SEM VASILHAME, EMBALAGEM COM PROTETOR SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 01 ANO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER AS NORMAS VIGENTES. UNIDADE | 60              | 279,00                             |

## 9. JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO:

9.1. Faz-se necessária a contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral e gás de cozinha para atender às necessidades diárias de consumo por parte de servidores, colaboradores e visitantes. A água, por ser essencial à vida.

## 10. DO FORNECIMENTOS:

10.1 A Contratada para o **Lote 06** deverá fornecer água mineral natural obtida diretamente de fontes naturais ou por extração de águas subterrâneas, devidamente registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, satisfazer as exigências estabelecidas pela ANVISA por meio da Resolução (RDC) nº 274 de 22 de setembro de 2005.

10.1.1 As etapas de produção a serem submetidas a água mineral natural e a água natural não devem causar, desenvolver e ou agregar substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor e ou alterem a composição original, devendo ser obedecida a legislação vigente de Boas Práticas de Fabricação.

10.2 A água deverá ser entregue em vasilhames de acordo com a especificação do lote, plenamente preenchidos, munidos de lacre de inviolabilidade intactos.

10.3. O prazo de validade da água a ser entregue, deverá ser igual ou superior a 06 (seis) meses, devidamente comprovado pelas anotações de data de fabricação e validade, constantes da embalagem.

10.4. Para o transporte, a Contratada deverá obedecer a Resolução da ANVISA - RDC nº. 173 DE 13 de setembro de 2006 que regulamenta o transporte, distribuição, armazenamento e comércio de água mineral.

10.5 A ÁGUA MINERAL SEM GÁS deverá ser de primeira qualidade, com as seguintes características:





**a)** Ser classificada como água mineral tradicional ou água potável de mesa, como FLUORETADA, segundo código de águas minerais dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

**b)** Não devem apresentar risco à saúde do consumidor e devem estar em conformidade com as características microbiológicas descritas na Resolução RDC nº 173, de 13 de setembro de 2006;

**c)** Não devem conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas que representam risco à saúde, descritas na Resolução RDC nº 274, de 22 de setembro de 2005;

**d)** Não deve constar qualquer expressão que atribua ao produto propriedades medicamentosas e ou terapêuticas.

**10.6.1.** O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM conforme disposto na Portaria n.º 470/99 com os seguintes elementos informativos:

I - nome da fonte;

II - local da fonte, Município e Estado;

III - classificação da água;

IV - composição química, expressa em miligramas por litro, contendo, no mínimo, os oito elementos predominantes, sob a forma iônica;

V - características físico-químicas na surgência;

VI - nome do laboratório, número e data da análise da água;

VII - volume expresso em litros ou mililitros;

VIII - número e data da concessão de lavra, e número do processo seguido do nome "DNPM";

IX - nome da empresa concessionária e/ou arrendatária, se for o caso, com o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

X - duração, em meses, do produto, destacando-se a data de envasamento por meio de impressão indelével na embalagem, no rótulo, ou na tampa;

XI - as expressões "Indústria Brasileira";

**Parágrafo único.** Os elementos de informação referidos nos incisos I, II, e IV a XII deste artigo deverão constar no rótulo de forma legível, em destaque, devendo ocupar, no mínimo, um quarto da área total do mesmo, sendo os elementos indicados nos incisos I e X impressos em caracteres destacados dos demais.

**10.6.2** Quando a Contratante possuir garrações vazios, os mesmos poderão ser utilizados pela CONTRATADA, obrigando-se a mesma, mediante Termo de Responsabilidade, a devolver os mesmos em perfeitas condições de uso, quando findo o contrato de fornecimento.

**10.7** Para melhor segurança tanto da Contratada como do Contratante é necessário que a Contratada indique o endereço do Depósito que guarnece a Água, caso haja necessidade de uma visita prévia e também posterior da FISCALIZAÇÃO.

**10.8** A troca da marca da Água a serem fornecidos só poderá ser alterada com prévia autorização da Contratante;



#### 11. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

11.1. O prazo para entrega dos produtos será de **05 (cinco) dias**, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

11.2 Os produtos serão entregues de segunda a sextas-feiras, tendo, por regra, o horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas. Todavia, deve-se observar o horário de funcionamento dos Órgãos/Entidades solicitantes, que será estipulado na Ordem de Fornecimento.

11.3 Não serão recebidos produtos em horários diferentes ao determinado nem em feriados e recesso.

11.4 Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa por escrito ao fiscal do contrato indicando o prazo necessário, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

#### 12. LOCAL DE ENTREGA DOS BENS :

12.1 . Os serviços descritos neste Termo de Referência serão entregues na sede da Companhia Matogrossense de Gás - MTGÁS, localizada à Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº 2.254 - Ed. American Business Center - 12º Andar - Sala 1203.

#### 13. PÚBLICO/CLIENTELA ALVO:

13.1 - MTGÁS

#### 14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

14.1 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente e data fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado do Mato Grosso, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do CONTRATANTE;

14.2 A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número do contrato, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

14.3 Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

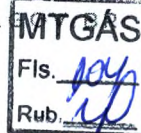
14.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

14.5 O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

14.6 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

14.7 Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site [www.sefaz.mt.gov.br/nfe](http://www.sefaz.mt.gov.br/nfe).





**14.8** O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pela Gerência responsável e/ou pela fiscalização do Contrato (nomeada pela autoridade competente) e acompanhada dos certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais n.ºs 7217/06, 8199/06 e 8426/06, obedecendo aos prazos estabelecidos na Instrução Normativa n.º 01/2007/SAGP/SEFAZ;

**14.9** O pagamento será efetuado a contratada até o 30º (trigésimo) dia da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo seu recebimento;

**14.10** Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

**14.11** O pagamento será realizado de acordo com a entrega dos produtos, mediante emissão da respectiva Nota Fiscal.

**14.12** O Contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal;

**14.13** No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor devido, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE do período compreendido entre a data final do adimplemento e a do efetivo pagamento.

**14.14** Havendo acréscimo de quantitativo, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados.

**14.15** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**14.16** Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

**14.17** O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor;

II) prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor;

III) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

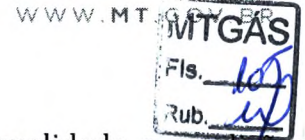
## **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**15.1** O(s) produto(s) contratado(s) deverá(ão) ser entregue(s) de acordo com a necessidade da CONTRATANTE;

**15.2** O fornecimento deverá ser executado de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade do fornecimento e à satisfação do Contratante;

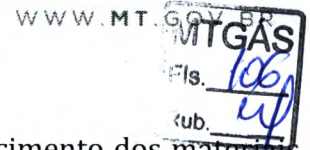
**15.3** Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;





- 15.4** Entregar o(s) produto(s) adjudicado(s), nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste Contrato e Edital, aderidos da Ata de Registro de Preços;
- 15.5** Retirar a nota de empenho específica em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis, contados da convocação oficial;
- 15.6** A contratada deverá entregar o(s) produto(s) utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios;
- 15.7** Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega inclusive o descarregamento dos materiais;
- 15.8** Os produtos deverão ser acondicionados adequadamente, devendo garantir proteção durante transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na especificação e legislação em vigor;
- 15.9** Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências dos Órgãos/entidades CONTRATANTE;
- 15.10** Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- 15.11** Prover todos os meios necessários à execução do contrato, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 15.12** Indenizar terceiros e/ou o CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 15.13** Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- 15.14** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à CONTRATANTE ou a terceiros;
- 15.15** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do fornecimento objeto deste contrato, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 15.16** É expressamente vedadas à contratada a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal dos Órgãos/entidades CONTRATANTE, durante o período de fornecimento;
- 15.17** Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 15.18** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 15.19** Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no fornecimento do produto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
- 15.20** A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelo fornecimento contratado, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução;





**15.21** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Contratante, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, conforme especificações constantes no Termo de Referência;

**15.22** Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

**15.23** Emitir, mensalmente, documento fiscal, discriminando os produtos entregues no período, de acordo com o(s) lote(s) descritos neste contrato;

**15.24** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento;

**15.25** Reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

**15.26** Substituir os produtos rejeitados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), contados a partir da comunicação formal do Fiscal do contrato;

**15.27** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do objeto desta LICITAÇÃO e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

**15.28** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Contratante, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

**15.29** Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da Contratante;

**15.30** Adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

**15.31** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os custos decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CONTRATANTE;

**15.32** A inobservância das regras previstas neste Contrato acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa da Administração Pública.

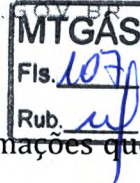
**15.33** Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual 7.217/2006 e alterações.

## **16.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**16.1** Designar, servidor gestor do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente.

**16.2** Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências, desde que observadas às normas de segurança.





**16.3** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

**16.4** Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

**16.5** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

**16.6** Notificar a CONTRATADA e a SEGES de qualquer alteração ou irregularidade encontrada na execução do contrato.

**16.7** Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato e em edital.

**16.8** Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à Contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

**16.9** Os produtos/equipamentos poderão ser recusados e devolvidos pela Contratante nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o Edital;
- c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios no Edital;

**16.10** Fiscalizar a execução do objeto do contrato.

**17. AQUISIÇÃO COM VERBA DE CONVÊNIO:** ( ) SIM ( X ) NÃO

**18. DA VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:**

**18.1** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 meses, contados da assinatura deste Termo, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

**19. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:**

**19.1** A fiscalização será exercida por servidor designado pelo Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do presente contrato, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.

**19.2** Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, a contratante, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, podendo para isso:

- a) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado do contratado que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- b) Supervisionar as entregas realizadas pela Contratada, observando as normas técnicas e legais aplicáveis aos produtos, emitindo mensalmente relatório analítico, que deve ser anexado à Nota Fiscal.





**19.3** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme preceitua art. 70 da Lei n. 8.666/93.

**19.4** Será de responsabilidade do Fiscal do Contrato de cada Órgão/Entidade Contratante, a salva guarda de documentos relacionado à liberação e fornecimento objeto do contrato.

**20. PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE, NATUREZA DE DESPESA, FONTE, VALOR:**

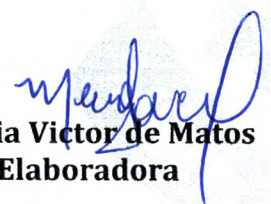
| ÓRGÃO<br>MTG                               | PROJETO<br>ATIVIDADE | NATUREZA DA<br>DESPESA | FONTE | REGIÃO | VALOR  |
|--|----------------------|------------------------|-------|--------|--------|
| MTGÁS                                      | 2007                 | 33.90.30.00            | 243   | 9900   | 279,00 |
| 20.1 TOTAL ESTIMADO desta contratação..... |                      |                        |       |        | 279,00 |

**21. MODALIDADE DA AQUISIÇÃO:**

21.1 – TOMADA DE REGISTRO DE PREÇO - Pregão nº 025/2016/SEGES

**21. LOCAL E DATA**

Cuiabá, 17 de março de 2017

  
Marcia Victor de Matos  
Elaboradora





Ofício n.º. 031/2017/MTGÁS

Cuiabá, 24 de março de 2017.



À  
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS  
**SR. RUI CARLOS C. DA FONSECA**  
**Superintendente de Aquisições Governamentais**  
Secretaria de Estado de Gestão - SEGES

Sr. Superintendente,

Ao tempo em que o cumprimento, encaminho o TERMO DE REFERÊNCIA do Processo nº 90253/2017 – Adesão à Ata nº 038/2016/SEGES para aquisição de água mineral, retificado, para nova análise.

Certos de sermos atendidos, antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,

  
JULIANO MUNIZ CALÇADA  
Diretor Administrativo Financeiro





**PROCESSO 90253/2017**

- ☒ **CARP** – Coordenadoria de Autorizações e Registro de Preços.
- ☐ **CIA** – Coordenadoria de Informações para Aquisições.
- ☐ **CGC** – Coordenadoria de Gestão de Contratos.
- ☐ **CJL** – Coordenadoria Jurídica de Licitações.
- ☐ **CLG** – Coordenadoria de Licitações Governamentais.
- ☐ **SUPORTE SIAG**
- ☐ **OUTROS – SUPORTE APLIC**

SAG/SEGES

Fls. 110

Rub. PE



**Encaminha-se para:**

Análise da correta instrução processual e posterior emissão da autorização de continuidade.

**Observar as disposições legais vigentes e atentar para os prazos legais.**

Cuiabá, 27/03/2017

**Luciano Henrique de Araujo**  
Superintendente de Aquisições Governamentais – SAG/SEGES

Recebimento:

Data: \_\_/\_\_/2017 às \_\_:\_\_H

Ass: \_\_\_\_\_

Nome

Despacho Coordenação – Analista: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/2017 às \_\_:\_\_H

OBS:









Processo/Protocolo nº.90253/2017

Data da Manifestação: 28/03/2017

Fls. 111

Ass. PE

**ANÁLISE DE CONFORMIDADE PARA**

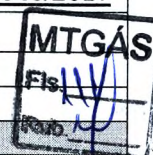
**AUTORIZAÇÃO DE CONTINUIDADE DA CONTRATAÇÃO conforme artigo 3º XI, decreto 840/2017**

Órgão/Entidade interessado: Companhia Mato-grossense de gás – MT Gás

Nº Ata de Registro de Preço: 038/2016/SEGES

Nº Pregão: 025/2016/SEGES

Empresa: Finíssima dist. de água LTDA - ME - CNPJ: 13.332.212/0001-18



**CHECK - LIST**

| DOCUMENTOS NECESSÁRIOS  | PÁGINA(S) |
|---|-----------|
| Termo de Referência e/ou Plano de Trabalho( Planilha de bens e serviços solicitados, itens, lotes, quantidade e valores) – artigo 3º I e II do Decreto 840/2017 | 100-108   |
| Indicação de recursos orçamentários - artigo 3º, V e artigo 2º Decreto 840/2017   | 018       |
| Aceite do fornecedor da Ata de Registro de preços   | 082-083   |
| Manifestação Técnica Jurídica conclusiva , homologado pela autoridade competente – artigo 3º, X, Decreto 840/2017   | 088-094   |
| Ata de registro de preços e respectivos anexos – artigo 3º, IX, do decreto 840/2017   | 019-029   |
| Comprovação de vantagem (orçamentos de mercado, comparação de contratos já efetuados pelo licitante preços públicos) - artigo 3º, IV do decreto 840/2017        | 084-087   |
| Comprovação de Registro no SIAG – artigo 3º, III, Decreto 840/2017  | Ausente   |
| Aprovação do Condes, quando for o caso - artigo 3º, VI, decreto 840/2017.   | ***       |

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Conforme previsão do Art. 84 do Decreto Estadual 840/2017 a adesão à Ata de Registro de Preços, do tipo carona, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, desde que obedecendo aos prazos de vigência da Ata, a prévia consulta e anuência do órgão gerenciador, aos limites de quantitativo do objeto, a aceitação pelo fornecedor da contratação pretendida, a comprovada a vantagem para a adesão e ainda as condições previstas no Edital.

**ITENS DA ADESÃO**

**LOTE 06**

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES  | UNID. | QUANT. | VALOR UNIT. |
|------|---|-------|--------|-------------|
| 1    | ÁGUA MINERAL, NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFÃO DE POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 20 (VINTE) LITROS; SEM VASILHAME, EMBALAGEM COM PROTETOR SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 01 ANO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER AS NORMAS VIGENTES. | UN    | 60     | R\$ 4,65    |





Processo/Protocolo nº.90253/2017

Data da Manifestação: 28/03/2017

Fls. 112  
Rub. PE

**VALOR TOTAL: R\$ 279,00 (Duzentos e setenta e nove reais)**

**JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO A SER DESENVOLVIDA:**

Faz-se necessária a contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral para atender as necessidades diárias de consumo conforme 2ª TR às fls.100-108.

**INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR:**


- a) Ressaltamos que a responsabilidade da gestão orçamentária financeira, execução contratual são de responsabilidade exclusiva do órgão contratante, conforme legislação vigente;
- b) Validade da Ata: publicado no diário oficial do estado dia 11/01/2017 - com vencimento dia 11/01/2018;
- c) Opinamos para que a autorização de continuidade seja condicionada ao seguintes itens: (1) á juntada do comprovante de Registro do processo no SIAG; (2) á assinatura do 2º Termo de Referencia pelo Ordenador de despesas; (3) á assinatura e homologação do parecer Jurídico nº.003/03/2017-MTGÁS;

d) Verificamos que nas fls.086-087 constam os orçamentos para comprovação da vantajosidade, porém, estes orçamentos estão no formato de email, sendo necessário para a correta instrução documental a juntada ao processo da proposta de preços por meio de ofício assinado e carimbado com CNPJ da empresa que emitiu o orçamento. Diante disso, opinamos para que seja condicionada á juntada aos autos da proposta via ofício.

Conferido por:

  
Catiane S. Nascimento

Técnica Administrativa - SAG/SEGES

  
Jacqueline Cavalher Pinheiro  
Coordenadora de Autorização e Registro de  
Preços





Processo/Protocolo nº.90253/2017

Data da Manifestação: 28/03/2017

Fis. 113  
Rub. PE

| <b>AUTORIZAÇÃO DE CONTINUIDADE DA CONTRATAÇÃO</b>                            |                                  |
|--|----------------------------------|
| <b>Órgão/Entidade interessado:</b> Companhia Mato-grossense de gás – MT Gás  |                                  |
| <b>Nº Ata de Registro de Preço:</b> 038/2016/SEGES                           | <b>Nº Pregão:</b> 025/2016/SEGES |
| <b>Empresa:</b> Finíssima dist. de água LTDA - ME - CNPJ: 13.332.212/0001-18 |                                  |
| <b>Valor Total:</b> R\$ 279,00 (Duzentos e setenta e nove reais)             |                                  |

MTGÁS  
Fis. 113  
Rub. PE

Considerando as informações da Coordenadoria de Autorizações e Registro de Preços e as informações e justificativas encaminhadas pelo órgão/entidade contratante.

Considerando que o art. 3º, XI, do Decreto Estadual nº. 840/2017 determina a observância do checklist de verificação de conformidade da existência dos documentos enumerados no artigo mencionado.

Considerando que a responsabilidade pelo mérito da contratação, pelo Termo de Referência, pela gestão orçamentária e financeira, assim como pela execução e fiscalização contratual é exclusiva do órgão ou entidade contratante.

Conclui-se que o procedimento analisado está instruído com os documentos exigidos pelo art. 3º e art. 84º do Decreto Estadual nº. 840/2017, motivo pelo qual **autorizo** a sua continuidade condicionada ao seguintes itens: (1) á juntada do comprovante de Registro do processo no SIAG; (2) á assinatura do 2º Termo de Referência pelo Ordenador de despesas; (3) á assinatura e homologação do parecer Jurídico nº.003/03/2017-MTGÁS; (4) á juntada aos autos da proposta de preços via ofício.

**Luciano Henrique de Araújo**

Superintendente de Aquisições Governamentais/SEGES

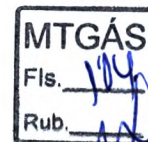
Diante da manifestação supra que acolho por seus próprios fundamentos, e com fulcro no art. 3º, IX e artigo 84º do Decreto Estadual nº. 840/2017, **autorizo** a continuidade do procedimento de contratação condicionada ao seguintes itens: (1) á juntada do comprovante de Registro do processo no SIAG; (2) á assinatura do 2º Termo de Referência pelo Ordenador de despesas; (3) á assinatura e homologação do parecer Jurídico nº.003/03/2017-MTGÁS; (4) á juntada aos autos da proposta de preços via ofício.

**Ruy Carlos C. da Fonseca**

Secretário Adjunto de Administração/SEGES



## ➤ PREGÃO ELETRÔNICO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria de Defesa Agropecuária  
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial  
Laboratório Nacional Agropecuário - LANAGRO/SP

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**

Nº 00003/2017 (SRP)

Às 09:31 horas do dia 04 de abril de 2017, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. ANDRE DE OLIVEIRA MENDONCA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 21043000080201723, Pregão nº 00003/2017.

**Resultado da Homologação****Item: 1****Descrição:** GARRAFÃO**Descrição Complementar:** Galões de 20 Litros de agua mineral sem gás, inodora ,devidamente lacrada, acondicionada em garrafão de polycarbonato retornável**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 2.800**Valor estimado:** R\$ 7,9000**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ACQUARELLA DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL LTDA - ME , **pelo melhor lance de R\$ 7,1000 e a quantidade de 2.800 UNIDADE .**

**Eventos do Item**

| Evento     | Data                   | Nome                       | Observações  |
|------------|------------------------|----------------------------|--|
| Adjudicado | 04/04/2017<br>09:06:14 | -                          | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: ACQUARELLA DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL LTDA - ME, CNPJ/CPF: 00.463.731/0001-73, Melhor lance: R\$ 7,1000 |
| Homologado | 04/04/2017<br>09:31:29 | ANDRE DE OLIVEIRA MENDONCA |  |

**Item: 2****Descrição:** COPO**Descrição Complementar:** Copos de agua mineral sem gás, inodora ,devidamente lacrada, acondicionada em caixas com 48 copos de 200 ml**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 2.400**Valor estimado:** R\$ 0,5400**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** L. A. PANASSOLO MOREIRA & CIA LTDA - ME , **pelo melhor lance de R\$ 0,5400 e a quantidade de 2.400 UNIDADE .**

**Eventos do Item**

| Evento     | Data                   | Nome                       | Observações   |
|------------|------------------------|----------------------------|---|
| Adjudicado | 04/04/2017<br>09:06:14 | -                          | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: L. A. PANASSOLO MOREIRA & CIA LTDA - ME, CNPJ/CPF: 01.719.884/0001-00, Melhor lance: R\$ 0,5400 |
| Homologado | 04/04/2017<br>09:31:33 | ANDRE DE OLIVEIRA MENDONCA |   |

**Atenção:** Clique em "Imprimir o Relatório" para visualizar a versão deste Termo para impressão.





Imprimir o  
**Relatório**

[Voltar](#)







MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Instituto Nacional do Seguro Social  
Gerência Executiva Ponta Grossa



**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**  
Nº 00001/2017 (SRP)

Às 11:00 horas do dia 31 de março de 2017, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. NILZETE AP DE PAULA PECHNICKI, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 35198000007201701, Pregão nº 00001/2017.

**Resultado da Homologação**

**Item: 1**

**Descrição:** ÁGUA MINERAL

**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVOLÁVEL

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Quantidade:** 672

**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L

**Valor estimado:** R\$ 14,9600

**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** GUSTAVO ANICETO DE SOUZA 06254562979 , pelo melhor lance de R\$ 8,3900 e a quantidade de 672 BOMBONA 20,00 L .

**Eventos do Item**

| Evento     | Data                   | Nome                             | Observações  |
|------------|------------------------|----------------------------------|--|
| Adjudicado | 29/03/2017<br>15:13:24 | -                                | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: GUSTAVO ANICETO DE SOUZA 06254562979, CNPJ/CPF: 25.332.686/0001-49, Melhor lance: R\$ 8,3900 |
| Homologado | 31/03/2017<br>11:00:13 | NILZETE AP DE PAULA<br>PECHNICKI |  |

**Item: 2**

**Descrição:** ÁGUA MINERAL

**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVOLÁVEL

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Quantidade:** 72

**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L

**Valor estimado:** R\$ 14,9600

**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME , pelo melhor lance de R\$ 14,9600 e a quantidade de 72 BOMBONA 20,00 L .

**Eventos do Item**

| Evento                 | Data                   | Nome                             | Observações   |
|------------------------|------------------------|----------------------------------|---|
| Cancelado na aceitação | 28/03/2017<br>17:31:08 | -                                | Item cancelado na aceitação. Motivo: Licitação Fracassada, empresa não apresentou documentação para habilitação no prazo estipulado no edital.        |
| Adjudicado             | 29/03/2017<br>15:13:24 | -                                | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 23.108.812/0001-50, Melhor lance: R\$ 14,9600 |
| Homologado             | 31/03/2017<br>11:00:16 | NILZETE AP DE PAULA<br>PECHNICKI |   |



**Item: 3****Descrição:** ÁGUA MINERAL**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVOLÁVEL**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 204**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L**Valor estimado:** R\$ 14,9600**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME , pelo melhor lance de R\$ 14,2900 e a quantidade de 204 BOMBONA 20,00 L .**Eventos do Item**

| Evento     | Data                   | Nome                          | Observações   |
|------------|------------------------|-------------------------------|---|
| Adjudicado | 29/03/2017<br>15:13:24 | -                             | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 23.108.812/0001-50, Melhor lance: R\$ 14,2900 |
| Homologado | 31/03/2017<br>11:00:16 | NILZETE AP DE PAULA PECHNICKI |   |

**Item: 4****Descrição:** ÁGUA MINERAL**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVOLÁVEL**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 372**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L**Valor estimado:** R\$ 14,9600**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME , pelo melhor lance de R\$ 11,9800 e a quantidade de 372 BOMBONA 20,00 L .**Eventos do Item**

| Evento     | Data                   | Nome                          | Observações   |
|------------|------------------------|-------------------------------|---|
| Adjudicado | 29/03/2017<br>15:13:24 | -                             | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 23.108.812/0001-50, Melhor lance: R\$ 11,9800 |
| Homologado | 31/03/2017<br>11:00:16 | NILZETE AP DE PAULA PECHNICKI |   |

**Item: 5****Descrição:** ÁGUA MINERAL**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVOLÁVEL**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 132**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L**Valor estimado:** R\$ 14,9600**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME , pelo melhor lance de R\$ 14,9600 e a quantidade de 132 BOMBONA 20,00 L .**Eventos do Item**

| Evento                 | Data                   | Nome                | Observações   |
|------------------------|------------------------|---------------------|---|
| Cancelado na aceitação | 28/03/2017<br>17:31:20 | -                   | Item cancelado na aceitação. Motivo: Licitação Fracassada, empresa não apresentou documentação para habilitação no prazo estipulado no edital.        |
| Adjudicado             | 29/03/2017<br>15:13:24 | -                   | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 23.108.812/0001-50, Melhor lance: R\$ 14,9600 |
| Homologado             | 31/03/2017<br>11:00:16 | NILZETE AP DE PAULA |   |



**Item: 6****Descrição:** ÁGUA MINERAL**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVOLÁVEL**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 72**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L**Valor estimado:** R\$ 14,9600**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME , pelo melhor lance de R\$ 14,9600 e a quantidade de 72 BOMBONA 20,00 L .**Eventos do Item**

| Evento                 | Data                | Nome                          | Observações   |
|------------------------|---------------------|-------------------------------|---|
| Cancelado na aceitação | 28/03/2017 17:31:29 | -                             | Item cancelado na aceitação. Motivo: Licitação Fracassada, empresa não apresentou documentação para habilitação no prazo estipulado no edital.        |
| Adjudicado             | 29/03/2017 15:13:24 | -                             | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 23.108.812/0001-50, Melhor lance: R\$ 14,9600 |
| Homologado             | 31/03/2017 11:00:17 | NILZETE AP DE PAULA PECHNICKI |   |

**Item: 7****Descrição:** ÁGUA MINERAL**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVOLÁVEL**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 132**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L**Valor estimado:** R\$ 14,9600**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME , pelo melhor lance de R\$ 11,9800 e a quantidade de 132 BOMBONA 20,00 L .**Eventos do Item**

| Evento     | Data                | Nome                          | Observações   |
|------------|---------------------|-------------------------------|---|
| Adjudicado | 29/03/2017 15:13:24 | -                             | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 23.108.812/0001-50, Melhor lance: R\$ 11,9800 |
| Homologado | 31/03/2017 11:00:17 | NILZETE AP DE PAULA PECHNICKI |   |

**Item: 8****Descrição:** ÁGUA MINERAL**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVOLÁVEL**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 96**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L**Valor estimado:** R\$ 14,9600**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME , pelo melhor lance de R\$ 14,9600 e a quantidade de 96 BOMBONA 20,00 L .**Eventos do Item**

| Evento                 | Data                | Nome | Observações  |
|------------------------|---------------------|------|--|
| Cancelado na aceitação | 28/03/2017 17:31:43 | -    | Item cancelado na aceitação. Motivo: Licitação Fracassada, empresa não apresentou documentação para habilitação no prazo estipulado no edital. |
| Adjudicado             | 29/03/2017          | -    | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: KS LICITACOES,   |



15:13:24

COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 23.108.812/0001-50,  
Melhor lance: R\$ 14,9600Homologado 31/03/2017 11:00:17 NILZETE AP DE  
PAULA  
PECHNICKI**Item: 9****Descrição:** ÁGUA MINERAL**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVIOLÁVEL**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 132**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L**Valor estimado:** R\$ 14,9600**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME , pelo melhor lance de R\$ 12,9800 e a quantidade de 132 BOMBONA 20,00 L .**Eventos do Item**

| Evento                 | Data                | Nome                                | Observações   |
|------------------------|---------------------|-------------------------------------|---|
| Cancelado na aceitação | 28/03/2017 17:31:59 | -                                   | Item cancelado na aceitação. Motivo: Licitação Fracassada, empresa não apresentou documentação para habilitação no prazo estipulado no edital.        |
| Adjudicado             | 29/03/2017 15:13:24 | -                                   | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 23.108.812/0001-50, Melhor lance: R\$ 12,9800 |
| Homologado             | 31/03/2017 11:00:17 | NILZETE AP DE<br>PAULA<br>PECHNICKI |   |

**Item: 10****Descrição:** ÁGUA MINERAL**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVIOLÁVEL**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 120**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L**Valor estimado:** R\$ 14,9600**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME , pelo melhor lance de R\$ 14,9600 e a quantidade de 120 BOMBONA 20,00 L .**Eventos do Item**

| Evento                 | Data                | Nome                                | Observações   |
|------------------------|---------------------|-------------------------------------|---|
| Cancelado na aceitação | 28/03/2017 17:32:08 | -                                   | Item cancelado na aceitação. Motivo: Licitação Fracassada, empresa não apresentou documentação para habilitação no prazo estipulado no edital.        |
| Adjudicado             | 29/03/2017 15:13:24 | -                                   | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 23.108.812/0001-50, Melhor lance: R\$ 14,9600 |
| Homologado             | 31/03/2017 11:00:17 | NILZETE AP DE<br>PAULA<br>PECHNICKI |   |

**Item: 11****Descrição:** ÁGUA MINERAL**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVIOLÁVEL**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 72**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L**Valor estimado:** R\$ 14,9600**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME , pelo melhor lance de R\$ 14,9600 e a quantidade de 72 BOMBONA 20,00 L .



**Eventos do Item**

| Evento                 | Data                | Nome                          | Observações   |
|------------------------|---------------------|-------------------------------|---|
| Cancelado na aceitação | 28/03/2017 17:32:17 | -                             | Item cancelado na aceitação. Motivo: Licitação Fracassada, empresa não apresentou documentação para habilitação no prazo estipulado no edital.        |
| Adjudicado             | 29/03/2017 15:13:24 | -                             | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 23.108.812/0001-50, Melhor lance: R\$ 14,9600 |
| Homologado             | 31/03/2017 11:00:17 | NILZETE AP DE PAULA PECHNICKI |   |

**Item: 12****Descrição:** ÁGUA MINERAL**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVOLÁVEL**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 168**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L**Valor estimado:** R\$ 14,9600**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME , pelo melhor lance de R\$ 14,9600 e a quantidade de 168 BOMBONA 20,00 L .**Eventos do Item**

| Evento                 | Data                | Nome                          | Observações   |
|------------------------|---------------------|-------------------------------|---|
| Cancelado na aceitação | 28/03/2017 17:32:28 | -                             | Item cancelado na aceitação. Motivo: Licitação Fracassada, empresa não apresentou documentação para habilitação no prazo estipulado no edital.        |
| Adjudicado             | 29/03/2017 15:13:24 | -                             | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 23.108.812/0001-50, Melhor lance: R\$ 14,9600 |
| Homologado             | 31/03/2017 11:00:18 | NILZETE AP DE PAULA PECHNICKI |   |

**Item: 13****Descrição:** ÁGUA MINERAL**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVOLÁVEL**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 228**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L**Valor estimado:** R\$ 14,9600**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME , pelo melhor lance de R\$ 14,9600 e a quantidade de 228 BOMBONA 20,00 L .**Eventos do Item**

| Evento                 | Data                | Nome                          | Observações   |
|------------------------|---------------------|-------------------------------|---|
| Cancelado na aceitação | 28/03/2017 17:32:45 | -                             | Item cancelado na aceitação. Motivo: Licitação Fracassada, empresa não apresentou documentação para habilitação no prazo estipulado no edital.        |
| Adjudicado             | 29/03/2017 15:13:24 | -                             | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 23.108.812/0001-50, Melhor lance: R\$ 14,9600 |
| Homologado             | 31/03/2017 11:00:18 | NILZETE AP DE PAULA PECHNICKI |   |

**Item: 14****Descrição:** ÁGUA MINERAL**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVOLÁVEL**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP



**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 72**Valor estimado:** R\$ 14,9600**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME , pelo melhor lance de R\$ 14,9600 e a quantidade de 72 BOMBONA 20,00 L .**Eventos do Item**

| Evento                 | Data                | Nome                          | Observações   |
|------------------------|---------------------|-------------------------------|---|
| Cancelado na aceitação | 28/03/2017 17:32:36 | -                             | Item cancelado na aceitação. Motivo: Licitação Fracassada, empresa não apresentou documentação para habilitação no prazo estipulado no edital.        |
| Adjudicado             | 29/03/2017 15:13:24 | -                             | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 23.108.812/0001-50, Melhor lance: R\$ 14,9600 |
| Homologado             | 31/03/2017 11:00:18 | NILZETE AP DE PAULA PECHNICKI |   |

**Item: 15****Descrição:** ÁGUA MINERAL**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVOLÁVEL**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 72**Valor estimado:** R\$ 14,9600**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME , pelo melhor lance de R\$ 14,2500 e a quantidade de 72 BOMBONA 20,00 L .**Eventos do Item**

| Evento     | Data                | Nome                          | Observações   |
|------------|---------------------|-------------------------------|---|
| Adjudicado | 29/03/2017 15:13:32 | -                             | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 23.108.812/0001-50, Melhor lance: R\$ 14,2500 |
| Homologado | 31/03/2017 11:00:18 | NILZETE AP DE PAULA PECHNICKI |   |

**Item: 16****Descrição:** ÁGUA MINERAL**Descrição Complementar:** ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM LACRE INVOLÁVEL**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 72**Valor estimado:** R\$ 14,9600**Unidade de fornecimento:** BOMBONA 20,00 L**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME , pelo melhor lance de R\$ 15,0000 , com valor negociado a R\$ 14,9600 e a quantidade de 72 BOMBONA 20,00 L .**Eventos do Item**

| Evento                 | Data                | Nome                          | Observações   |
|------------------------|---------------------|-------------------------------|---|
| Cancelado na aceitação | 28/03/2017 17:32:56 | -                             | Item cancelado na aceitação. Motivo: Licitação Fracassada, empresa não apresentou documentação para habilitação no prazo estipulado no edital.        |
| Adjudicado             | 29/03/2017 15:13:24 | -                             | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: KS LICITACOES, COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 23.108.812/0001-50, Melhor lance: R\$ 15,0000 |
| Homologado             | 31/03/2017 11:00:18 | NILZETE AP DE PAULA PECHNICKI |   |

**Atenção:** Clique em "Imprimir o Relatório" para visualizar a versão deste Termo para impressão.





## Processo Licitatório

[Voltar](#) [Salvar](#) [Ocorrências](#) [Trâmite](#) [Documentos](#) [Excluir](#)

Processo Licitatório salvo com sucesso.

## Informações do Processo

\* Número do Processo: 0090253 Registro de Preço: Não

Atividade: Criar Processo Situação de Recebimento: Recebida

\* Exercício: 2017

Unidade Gestora: MTGÁS

Unidade Organizacional: AQ\_MTGÁS

Data do Processo: 11/04/2017 17:59:35

Quantidade Planilhas: 0

Nome do responsável: Criado por: MARCIA VICTOR DE MATOS(65) 3642-44231

Responsável pela Pesquisa de Preço:

Número de Protocolo da SAD:

Mapa Comparativo

Aprovado: Não

Aprovado Por:

Data:

Nº da C.I.: Data da C.I.:

Carona:

\* Objeto: 1.1 1.1 O objeto do presente instrumento refere-se à contratação de empresa especializada em fornecer

\* Descrição do Objeto: ÁGUA MINERAL, NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFA DE POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 20 (VINTE) LITROS, SEM VASILHAME, EMBALAGEM COM PROTETOR SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 01 ANO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER AS NORMAS VIGENTES. UNIDADE

\* Destinação do Objeto: AV. ESTEVÃO DE MENDONÇA, 2254 - ED. AMERICAN BUSINESS CENTER - SALAS 1203/1204 - CUIABÁ - MT - COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

Motivo Devolução:

\* Justificativa da Aquisição: Fazer necessária a contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral e gás de cozinha para atender às necessidades diárias de consumo por parte de servidores, colaboradores e visitantes. A água, por ser essencial à vida.

Observações/Exigências:

## Detalhes de Pagamento

Prazo de Pagamento:

Condições de Pagamento:

## Detalhes da Entrega

\* Prazo de Entrega: 05 DIAS CONTADOS A PARTIR DA EMISSÃO DA ORDEM DE

\* Local de Entrega: AV. ESTEVÃO DE MENDONÇA, 2254 - ED. AMERICAN BUSINESS CENTER - SALAS 1203/1204 - BOSQUE DA SAÚDE - CUIABÁ - MT - COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

## Detalhes da Reserva

Valor de Reserva dos Itens a Licitar: Valor de Reserva dos Itens Licitados:

Valor dos Itens Licitados: Diferença entre Reserva e Licitado: Diferença em %: 0,00 %

## Detalhes da Aquisição

Modalidade: OUTRAS

Critério de Classificação: ☒ Valor Global ☐ Valor Unitário

Tipo de Julgamento da Licitação: ☒ Menor Preço ☐ Menor Taxa Administrativa ☐ Técnica ☐ Técnica e Preço ☐ Maior Desconto ☐ Maior Oferta

Geração do Mapa: TODOS

Tipo Empenho: Original

[Voltar](#) [Salvar](#) [Ocorrências](#) [Trâmite](#) [Documentos](#) [Excluir](#)



## BASSANI NETO & CIA LTDA

### CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular de contrato social e na melhor forma de direito, os sócios a seguir identificados:

**ANGELO BASSANI NETO**, brasileiro, solteiro, estudante, menor, residente e domiciliado na Avenida Olacyr Francisco de Moraes nº 2389-NW, Bairro Jardim Olenka, Município de Campo Novo do Parecis - MT, CEP 78.360-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 2429111-0, expedida pela SEJSP/MT e inscrito no CPF sob nº 041.120.181-69, natural de Tangara da Serra - MT, nascido aos 12 de outubro de 1998, filho de Lucas Ernesto Bassani e de Mary Gleice Camargo Severino; neste ato representado por seu pai o Sr. Lucas Ernesto Bassani, brasileiro, separado judicialmente, empresário, residente e domiciliado na Avenida Olacyr Francisco de Moraes nº 2389-NW, Bairro Jardim Olenka, Município de Campo Novo do Parecis - MT, CEP 78.360-000, portador da cédula de Identidade nº 772314 SSP/MT e do CPF nº 514.691.381-15, natural de Trindade - RS, nascido aos 13 de abril de 1968, filho de Ângelo Bassani e de Lourdes Tuni Bassani;

**ELISEU ROQUE BASSANI**, brasileiro, casado sob regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado na Rua Tito Lívio, nº 217-NE, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Município de Campo Novo do Parecis - MT, cep 78.360-000, portador da Cédula de Identidade 754.062, expedida pela SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 482.136.321-68, natural de Trindade - RS, nascido aos 06 de agosto de 1965, filho de Ângelo Bassani e de Lourdes Bassani;

Têm entre si justo e contratado a constituição de uma sociedade limitada e que o contrato social reger-se-á sob as seguintes cláusulas e condições:

#### Capítulo I

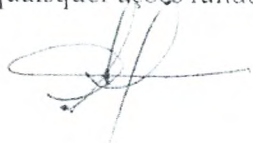
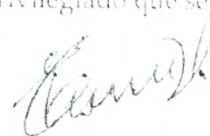
Denominação, Sede, Objeto, Prazo e Foro:

**Cláusula 1ª** - A sociedade constitui-se sob a denominação social de **BASSANI NETO & CIA LTDA**, com sede à Avenida Olacyr Francisco de Moraes nº 2389-NW, sala 02, Bairro Jardim Olenka, Município de Campo Novo do Parecis - MT, cep 78.360-000, podendo abrir e fechar filiais, depósitos e escritórios em qualquer parte do país, a critério da administração.

**Cláusula 2ª** - O objetivo da sociedade é a exploração do ramo de **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E SERVIÇOS DE TORNEARIA E SOLDA**.

**Cláusula 3ª** - O prazo de duração da sociedade é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é o da data do registro do instrumento constitutivo.

**Cláusula 4ª** - Os sócios elegem com exclusividade o foro da Comarca da cidade sede da sociedade, para quaisquer ações fundadas no presente contrato, por mais privilegiado que seja.



## Capítulo II

### Capital, subscrição e integralização

**Cláusula 5ª** – O capital social na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididos em 10.000 (dez mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, que é integralizado e subscrito pelos sócios na forma a seguir:

- a) O sócio **Angelo Bassani Neto** subscrive a quantia de 5.000 (cinco mil) cotas na importância total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que serão integralizados em moeda corrente nacional, no ato da assinatura do presente instrumento;
- b) O sócio **Eliseu Roque Bassani** subscrive a quantia de 5.000 (cinco mil) cotas na importância total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que serão integralizados em moeda corrente nacional no ato de assinatura do presente instrumento;

**Cláusula 6ª** Em decorrência ao exposto da cláusula quinta, o capital social, as cotas e percentagem ficam assim distribuídas entre os sócios:

| SÓCIO-COTISTA        | COTAS         | (%)        | VALOR R\$        |
|----------------------|---------------|------------|------------------|
| Ângelo Bassani Neto  | 5.000         | 50         | 5.000,00         |
| Eliseu Roque Bassani | 5.000         | 50         | 5.000,00         |
| <b>TOTAL</b>         | <b>10.000</b> | <b>100</b> | <b>10.000,00</b> |

## Capítulo III

### Divisão das cotas, responsabilidade e administração


**Cláusula 7ª** – As cotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas pelos sócios, sob qualquer título e pretexto a terceiros estranhos à sociedade, sem o expresse consentimento dos sócios por escrito, os quais têm em igualdade de condições e na proporção das cotas do capital de cada um, o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las.

**Cláusula 8ª** – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei nº 10.406/2002.

**Cláusula 9ª** – A administração da sociedade será exercida pelo sócio **Eliseu Roque Bassani** e pelo administrador não sócio o Sr. Lucas Ernesto Bassani, acima qualificados, com poderes bastante para administrar e representar a sociedade judicial e extrajudicialmente.

§ 1º Os sócios podem constituir procuradores com poderes específicos para representá-los na sociedade, para administrar e/ou defender a prática de atos necessários à consecução dos objetivos sociais na defesa dos bens e interesses da sociedade.

§ 2º É vedado aos sócios e aos procuradores o uso da sociedade em negócios alheios aos fins sociais, como: abono, aceite, aval, endosso ou outros compromissos em nome da sociedade, em benefício dos sócios, dos procuradores e de terceiros em prejuízo da sociedade.






§ 3º O sócio e/ou procurador que não acatar as restrições contidas no parágrafo segundo ficará individualmente responsável pelo pagamento assumido em nome da sociedade, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 4º O sócio que participar ativamente na administração da sociedade fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore a ser fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, cuja importância, de acordo com a legislação do imposto de renda, será contabilizada como despesa de administração da sociedade.

## Capítulo IV

### Exercício Social, Balanço Lucros Perdas, Conselho Fiscal e Deliberações dos Sócios

**Cláusula 10ª** – O exercício Social coincide com o ano civil. Em 31 de dezembro será levantado o balanço geral com demonstração do resultado do exercício, cujo resultado líquido será partilhado entre os sócios da seguinte forma:

- a) Havendo lucro, o valor líquido será distribuído entre os sócios na proporção de suas quotas;
- b) Havendo prejuízo, o valor líquido será suportado pelos sócios na proporção de suas quotas;
- c) Conselho Fiscal – A sociedade não tem conselho fiscal.
- d) Compete aos sócios decidir sobre os negócios e as deliberações que serão tomadas por maioria dos votos, contados, segundo o valor das cotas de cada um, conforme determina o art. 1.010 da lei nº 10.406/2002.
- e) Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designação administradores quando for o caso.

§ 1º Para formação da maioria absoluta são necessários votos correspondentes a mais da metade do capital.

§ 2º Prevalece a decisão sufragada por maioria do numero de sócios no caso de empate, e, se esta prevalecer, decidirá o juiz.

## Capítulo V

### A Retirada ou Sucessão de sócios

**Cláusula 11ª** – Na eventual necessidade de qualquer categoria de sócios precisar retirar-se da sociedade por motivo de falecimento, falência, impedimento ou de livre e espontânea vontade, a sociedade não acarretará a dissolução, a qual continuará suas atividades normais com o sócio remanescente e sucessor, mediante alteração do contrato social, indicando o evento e registro na Junta Comercial, em 30 (trinta) dias da data da alteração.

§ 1º Em caso de falecimento de um dos sócios, aos herdeiros maiores fica assegurado o direito de substituí-lo se assim o desejarem, ressaltando-se, entretanto, que somente um dos herdeiros aptos poderá ser incluído na sociedade.

§ 2º Inexistindo herdeiros maiores, ou caso os sucessores não tenham interesse de continuar na sociedade, deverão na forma da lei e dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do óbito, manifestar expressamente o interesse de apurarem seus haveres sociais.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
3



§ 3º Para qualquer motivo que seja para a saída de sócio da sociedade, seja ele fundador, sucessor e/ou herdeiro, seus haveres sociais serão apurados em balanço geral especial, com demonstração de resultado, a ser levantado em 30 (trinta) dias da data da comunicação, e se for interesse da sociedade ou dos sócios remanescentes, o valor apurado será pago na forma e condições da Cláusula 13º.

§ 4º A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dos primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

**Cláusula 12ª** – O sócio retirante da sociedade tem o dever de comunicar e oferecer por escrito suas cotas e haveres na sociedade ao sócio remanescente, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência da data de seu desligamento.

§ 1º Em 30 (trinta) dias da data da comunicação, o sócio remanescente têm o dever de responder por escrito ao sócio retirante se têm ou não interesse na compra de seus haveres na sociedade.

§ 2º Havendo interesse do sócio remanescente para compra das cotas do sócio retirante da sociedade, o valor será apurado e pago na forma e condições fixadas na cláusula 14ª deste contrato.

§ 3º somente com a recusa do sócio remanescente por escrito no prazo legal da data da oferta é que as cotas do sócio retirante podem ser oferecidas a pessoa estranha à sociedade.

§ 4º O sócio não pode ser substituído, no exercício de suas funções, sem o devido consentimento dos demais sócios, expresso em modificação contratual.

**Cláusula 13ª** – Indistintamente e para qualquer dos motivos para a saída de sócios da sociedade, os haveres do sócio retirante serão apurados em balanço geral especial, com a demonstração do resultado do exercício, a ser levantado em 30 (trinta) dias da data da comunicação, cujo valor apurado será somado com o valor comercial se for o caso e pagos pela sociedade ou pelo sócio remanescente, em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas, com juros 1% (por cento) ao mês, vencendo a primeira a 90 (noventa) dias da data da comunicação e as demais parcelas, nos mesmos dias dos meses seguintes.

## Capítulo VI

### Dissolução, Desimpedimento e Divergência

**Cláusula 14ª** – Dissolve-se a sociedade quando ocorre qualquer um dos eventos:

§ 1º Por deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado.

§ 2º A falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Cláusula 15ª** – Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que



**Cláusula 16ª** – As divergências que eventualmente ocorrerem entre os sócios na interpretação dos termos e dos casos omissos no presente instrumento serão resolvidos sob o amparo legal da lei nº 10.406 e outros instrumentos vigentes, que regem a matéria.

## Capítulo VII

## Das Disposições Gerais

**Cláusula 17ª** – Nos casos de penhora, arresto ou seqüestro de cotas, por iniciativa de terceiros não cotistas em razão de dívida de sócio cotista terá este o prazo de 03 (três) dias para substituir a penhora das cotas conscritas. Não o fazendo, entender-se-á que tais cotas teriam sido ofertadas á venda pelo o que os demais sócios poderão exercer sua preferência de aquisição depositando o equivalente ao valor do patrimônio líquido que ela representam conforme último balanço. Nesta hipótese, a transferência das cotas sociais para o nome do cotista adquirente dar-se-á independentemente da assinatura do transmitente.

**Cláusula 18ª** – As decisões administrativas, bem como modificações do contrato social que tenha por objetivo a matéria indicada no art. 997 da Lei 10.406/2002, dependem do consentimento de todos os sócios; as demais podem ser decididas por maioria absoluta dos votos. Qualquer modificação do contrato social será averbada, cumprindo-se as formalidades previstas neste contrato, sob pena de nulidade.

**Cláusula 19ª** – Mediante o consenso unânime dos sócios, a sociedade poderá firmar contrato de franquia empresarial, com franqueador cujo sistema esteja registrado no Instituto Nacional de Pesquisa Industrial (INPI) – Registro de Marcas e Patentes.

E, por estarem assim justos e contratados, todos assinam o presente instrumento, elaborado em 3 (três) vias de igual teor e para o mesmo fim, juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo a 1ª via arquivada na Junta Comercial e as outras vias devolvidas às partes, depois de anotadas.

Campo Novo do Parecis - MT, 23 de fevereiro de 2011.

ANGELO BASSANI NETO/ representado pelo seu pai  
LUCAS ERNESTO BASSANI

ELISEU ROQUE BASSANI

SERVICO NOTARIAL

[illegible]

1000 900 800 700 600 500 400 300 200 100 0

$\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$

1875

11/11/11

100-1000



*[Handwritten signature]*

2º OFÍCIO

LUCAS ERNESTO BASSANI/ administrador não sócio

MTGÁS  
Fls. 128  
Rub. 10

TESTEMUNHAS:

Sandra Terezinha Morette  
RG n.º 5.102.645-4 SSP/PR  
CPF: 906.135.979-15

*[Handwritten signature]*  
Sônia Maria Dias  
RG n.º 753.771 SSP/MT  
CPF: 496.595.611-72

TABELIONATO GUEDES - 2º OFÍCIO - Bel. Teodolito Guedes da Silva Lima - Tabelião - Bel. Anderson Nogueira Guedes - Substituto  
Rua Bahia, 989 NE - Centro - Cx. Postal 11 - Campo Novo do Parecis - MT - Cep 78469-000  
Fone/Fax: (0xx65) 3382-1267 / 3382-2764 - E-mail: tabelionatoguedes@gmail.com

Reconheço por verdadeira a firma de:  
LUCAS ERNESTO BASSANI  
Dout. Em Testemunho da verdade  
C. N. Parecis-MT 28 de fevereiro de 2011

*[Handwritten signature]*  
Endereço: Nogueira Guedes - Escrevente Juramentada  
nt-253512/4-28/2011-16:55:17 - Atendente: Adriana dos



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
CERTIFICO O REGISTRO EM 03/03/2011 SOB Nº 51201233071  
Protocolo: 11/022149-4, DE 01/03/2011

BASSANI NETO & CIA LTDA

*[Handwritten signature]*  
JOAO GILBERTO CALVOSO TEIXEIRA  
SECRETARIO GERAL  
1057393

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*







BASSANI NETO & CIA LTDA-ME

CNPJ: 13.332.212/0001-18

NIRE: 51.201.233.071



PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular de contrato social e na melhor forma de direito, os sócios a seguir identificados:

ANGELO BASSANI NETO, brasileiro, solteiro, estudante, menor, residente e domiciliado na Avenida Olacyr Francisco de Moraes nº 2389-NW, Bairro Jardim Olenka, Município Campo Novo do Parecis - MT, CEP 78.360-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 2429111-0, expedida pela SEJSP/MT e inscrito no CPF sob nº 041.120.181-69, natural de Tangara da Serra - MT, nascido aos 12 de outubro de 1998, filho de Lucas Ernesto Bassani e de Mary Gleice Camargo Severino; neste ato representado por seu pai o Sr. Lucas Ernesto Bassani, brasileiro, separado judicialmente, empresário, residente e domiciliado na Avenida Olacyr Francisco de Moraes nº 2389-NW, Bairro Jardim Olenka, Município de Campo Novo do Parecis - MT, CEP: 78.360-000, portador da cédula de Identidade nº 772314 SSP/MT e do CPF nº 514.691.381-15; natural de Trindade - RS, nascido aos 13 de abril de 1968, filho de Ângelo Bassani e de Lourdes Tuni Bassani;

ELISEU ROQUE BASSANI, brasileiro, casado sob regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado na Rua Tito Lívio, nº 217-NE, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Município de Campo Novo do Parecis - MT, cep 78.360-000, portador da Cédula de Identidade 754.062, expedida pela SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 482.136.321-68, natural de Trindade - RS, nascido aos 06 de agosto de 1965, filho de Ângelo Bassani e de Lourdes Bassani;

Únicos sócios componentes da sociedade BASSANI NETO & CIA LTDA - ME, devidamente registrada na Junta Comercial de Mato Grosso (JUCEMAT) sob Nire nº 51.201.233.071 em sessão do dia 03/03/2011 e inscrita no CNPJ sob nº 13.332.212/0001-18, com sede na Avenida Olacyr Francisco de Moraes nº 2389- NW, Sala 02, Bairro Jardim Olenka, Município de Campo Novo do Parecis - MT, CEP 78.360-000, resolvem proceder a Primeira Alteração Contratual, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª - É admitido na Sociedade a Sr. LUCAS ERNESTO BASSANI, brasileiro, separado judicialmente, empresário, residente e domiciliado na Avenida Marechal Rondon, nº 59-NW, fundos, Bairro Jardim Primavera, Município de Campo Novo do Parecis - MT, CEP: 78.360-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 772314 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 514.691.381-15, natural de Trindade - RS, nascido aos 13 de abril de 1968, filho de Ângelo Bassani e de Lourdes Tuni Bassani;

Cláusula 2ª - Retira-se da Sociedade o Sr. ELISEU ROQUE BASSANI, qualificado no preâmbulo deste instrumento contratual cedendo e transferindo o total de suas cotas de Capital Social, na quantia de 5.000 (cinco mil) cotas, no valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao Sócio Ingressante o Sr. LUCAS ERNESTO BASSANI; supra qualificado, pelo que as partes dão-se pelo presente instrumento, plena, rasa e geral quitação do negócio;



**Cláusula 3ª** Em decorrência ao exposto nas cláusulas anteriores, o capital social, as cotas e a percentagem ficam assim distribuídas entre os sócios:

| SÓCIO-COTISTA         | COTAS         | (%)        | VALOR R\$        |
|-----------------------|---------------|------------|------------------|
| Ângelo Bassani Neto   | 5.000         | 50         | 5.000,00         |
| Lucas Ernesto Bassani | 5.000         | 50         | 5.000,00         |
| <b>TOTAL</b>          | <b>10.000</b> | <b>100</b> | <b>10.000,00</b> |

**Clausula 4ª** – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei nº 10.406/2002.

**Cláusula 5ª** – A administração da sociedade será exercida pelo sócio **Lucas Ernesto Bassani**, acima qualificado, com poderes bastante para administrar e representar a sociedade judicial e extrajudicialmente.

§ 1º Os sócios podem constituir procuradores com poderes específicos para representá-los na sociedade, para administrar e/ou defender a prática de atos necessários à consecução dos objetivos sociais na defesa dos bens e interesses da sociedade.

§ 2º É vedado aos sócios e aos procuradores o uso da sociedade em negócios alheios aos fins sociais, como: abono, aceite, aval, endosso ou outros compromissos em nome da sociedade, em benefício dos sócios, dos procuradores e de terceiros em prejuízo da sociedade.

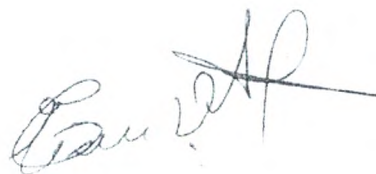
§ 3º O sócio e/ou procurador que não acatar as restrições contidas no parágrafo segundo ficará individualmente responsável pelo pagamento assumido em nome da sociedade, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 4º O sócio que participar ativamente na administração da sociedade fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore a ser fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, cuja importância, de acordo com a legislação do imposto de renda, será contabilizada como despesa de administração da sociedade.

**Cláusula 6ª** – Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, feita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade;

**Cláusula 7ª** – Fica alterado o endereço da Sociedade o qual passa a ser: Avenida Minas Gerais, nº 150-NW, Lote nº 36 da Quadra nº 47, Bairro Olenka, Município de Campo Novo do Parecis - MT, CEP: 78.360-000;

**Cláusula 8ª** – Fica alterado o endereço residencial do sócio Ângelo Bassani Neto e do seu representante legal, o Sr. Lucas Ernesto Bassani, qual passa a ser o seguinte: Avenida Marechal Rondon nº 59-NW, fundos, Bairro Jardim Primavera, Município de Campo Novo do Parecis - MT, CEP: 78.360-000;





Cláusula 9ª - O objeto da sociedade passa a ser a exploração do ramo de TRANSPORTES RODOVIÁRIO DE CARGA, MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL, TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS;

Cláusula 10ª - As divergências que eventualmente ocorrerem entre os sócios na interpretação dos termos e dos casos omissos no presente instrumento serão resolvidos sob o amparo legal da lei nº 10.406/2002 e outros instrumentos vigentes, que regem a matéria;

Cláusula 11ª - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato Social Primitivos e demais alterações, que por força do presente instrumento de Alteração Contratual não sofreram alterações, sendo assim ratificadas;

Cláusula 12ª - Fica desde já eleito o Foro Jurídico da Comarca de campo Novo do Parecis - MT, para o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato;

E, por estarem assim justos e contratados, todos assinam o presente instrumento, elaborado em 3 (três) vias de igual teor e para o mesmo fim, juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo a 1ª via arquivada na Junta Comercial e as outras vias devolvidas às partes, depois de anotadas.

Campo Novo do Parecis - MT, 07 de fevereiro de 2013.

ANGELO BASSANI NETO/ representado pelo seu pai  
LUCAS ERNESTO BASSANI  
Sócio Remanescente

ELISEU ROQUE BASSANI  
Sócio Retirante

LUCAS ERNESTO BASSANI  
Sócio Ingressante

TESTEMUNHAS:

Sandra Terezinha Moretti  
RG n.º 5.102.645-4 SSP/PR  
CPF: 906.135.979-15

Sônia Maria Dias  
RG n.º 753.771 SSP/MT  
CPF: 496.595.611-72

Reconheço por verdadeira a(s) firma(s) de: LUCAS ERNESTO BASSANI, Termo: 15964, ELISEU ROQUE BASSANI

Selo de Controle Digital: AEX 39374 Cod. 22 R\$ 4,50  
Selo de Controle Digital: AEX 39375 Cod. 22 R\$ 4,50

Ato de Notas e Registro - Cod Cartório 40  
Campo Novo do Parecis - 07 de fevereiro de 2013 Hora 15:44:21

Andressa Nogueira Guedes  
Escriturante Juramentada

Andressa Nogueira Guedes  
Escriturante Juramentada

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
CERTIFICO O REGISTRO EM 14/02/2013 SOB Nº: 20130163813  
Protocolo: 13/016381-3, DE 08/02/2013

Empresa: 51 2 0123307 1  
BASSANI NETO & CIA LTDA ME

NARJARA BAIRROS  
SECRETARIO GERAL

1469241





**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA  
BASSANI NETO & CIA LTDA - ME.  
CNPJ – 13.332.212/0001-18**

**ÂNGELO BASSANI NETO**, brasileiro, solteiro, estudante, menor, residente e domiciliado na Av. Olacyr Francisco de Moraes nº 2389-NW, bairro Jardim Olenka, Município Campo Novo do Parecis-MT., Cep.: 78360-000, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2429111-0, expedida pela SEJSP/MT, e inscrito no CPF sob nº 041.120.181-69, natural de Tangara da Serra-MT., nascido aos 12/10/1998, filho de Lucas Ernesto Bassani e de Mary Gleice Camargo Severino; neste ato representado por seu pai o srº. Lucas Ernesto Bassani, brasileiro, separado judicialmente, empresário, residente e domiciliado na Av. Olacyr Francisco de Moraes nº. 2389-NW, bairro Jardim Olenka, Município de Campo Novo do Parecis-MT., Cep.: 78360-000, portador da Cédula de Identidade nº. 772314 SSP/MT., e do CPF nº 514.691.381-15, natural de Trindade-RS, nascido aos 13/04/1968, filho de Ângelo Bassani e Lourdes Tuni Bassani

**LUCAS ERNESTO BASSANI**, brasileiro, separado judicialmente, empresário, residente e domiciliado na Av. Olacyr Francisco de Moraes nº 2389-NW, bairro Jardim Olenka, Município de Campo Novo do Parecis-MT., Cep.: 78360-000, portador da Cédula de Identidade RG nº. 772314 SSP/MT, e inscrito no CPF sob nº 514.691.381-15, natural de Trindade-RS, nascido aos 13/04/1968, filho de Ângelo Bassani e de Lourdes Tuni Bassani, Únicos sócios componentes da sociedade **BASSANI NETO & CIA LTDA - ME**; devidamente registrada na Junta Comercial de Mato Grosso (JUCEMAT), sob nire nº. 51.201.233.071 em sessão do dia 03/03/2011 e inscrito no CNPJ sob nº. 13.332.212/0001-18, com sede na Avenida Minas Gerais nº. 150-NW, Qda 47, Lote 36, bairro Jardim Olenka, Município de Campo Novo do Parecis-MT., Cep.: 78360-000, Resolvem em comum acordo alterar pela Segunda Vez o Contrato Social, conforme cláusulas e condições seguintes:

**Cláusula primeiro** = Resolvem os sócios, na melhor forma de direito, admitir na sociedade os seguintes sócios:

**1 – ZENILDA FRANCISCA MOYA** – brasileira, casada, em comunhão parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado à Rua Manoel Pinheiro, s/nº, bairro Cristo Rei, em Várzea Grande-MT., Cep.: 78118-055, portadora da Cédula de RG nº. 249.878 SSP/MT., e CPF sob nº. 453.694.451-68, natural da cidade de Ipora-GO, nascida aos 26/11/1957, filha de Josino Francisco Neves e Odília de Jesus Neves.

**2 – LUCÉLIA FRANCISCA MOYA BARBOZA** – brasileiro, casado, sob o regime de comunhão parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado à Rua Manoel Pinheiro, s/nº, bairro Cristo Rei, em Várzea Grande-MT., Cep.: 78118-055, filha de Francisco Moya Neto e Zenilda



Francisca Moya, nascida aos 25/10/1977, natural da cidade de Dom Aquino-MT, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000 629 CB/MT e do CPF nº. 875 957 021-00

**Clausula segunda** = Com a admissão dos novos sócios fica estabelecida a cessão e transferência de cotas de capital na seguinte forma:

1 - Os sócios **ÂNGELO BASSANI NETO** e **LUCAS ERNESTO BASSANI**, por força do presente instrumento, retiram-se da sociedade, cedem e transferem suas cotas, neste ato, dando aos cessionários, **ZENILDA FRANCISCA MOYA** e **LUCÉLIA FRANCISCA MOYA BARBOZA**, e a sociedade, plena rasa e irrevogável quitação de todos os seus haveres perante os sócios e a sociedade.

**Clausula terceira** = Por força do presente instrumento declaram os cessionários supra que conhecem, reconhecem e assumem de ora em diante o acervo patrimonial da sociedade constituído do seu **ATIVO** e **PASSIVO**

**Clausula Quarta** = O capital social da empresa que era de R\$ 10.000,00-(Dez Mil Reais), dividido em 10.000-(Dez Mil), neste ato, fica elevado em R\$ 10.000,00-(Dez Mil Reais), dividido em 10.000-(Dez Mil), cotas, no valor de R\$ 1.000,00-(Um Mil) cada, totalmente integralizadas pelos sócios em moeda corrente do país, Após as alterações realizadas o capital social fica assim distribuídos entre os sócios da seguinte forma:

|   |        |       |               |
|---|--------|-------|---------------|
| <b>ZENILDA FRANCISCA MOYA</b> .....         | 10.000 | COTAS | R\$ 10.000,00 |
| <b>LUCÉLIA FRANCISCA MOYA BARBOZA</b> ..... | 10.000 | COTAS | R\$ 10.000,00 |
| <b>TOTAL</b> .....                          | 20.000 | COTAS | R\$ 20.000,00 |

**Clausula Quinta** = A vista das modificações ora ajustada resolvem os sócios, na melhor forma de direito, alterar sua sede social, que é na Avenida Minas Gerais nº 150-NW, Quadra 47, Lote 36, bairro Jardim Olenka, Município de Campo Novo do Parecis-MT, Cep 78360-000, passa a partir desta a ser na Rua Ary Coelho, nº. 287, Bairro Cristo Rei, Município e comarca de Várzea Grande-MT., Cep.- 78118-055.

**Clausula Sexta** = Resolvem alterar a denominação social para: **Z. F. L. MOYA TRANSPORTES LTDA.**

**Clausula Sétima** = As sócias **ZENILDA FRANCISCA MOYA** e **LUCÉLIA FRANCISCA MOYA BARBOZA**, declaram sob as penas da lei, que não estão impedidas de exercer a Administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular,

*[Assinaturas]*



contra o sistema financeiro nacional contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art.1.011,§ 1º,cc/2002).

**Clausula Oitava** = A administração da sociedade apartir desta será exercida pelos sócios ZENILDA FRANCISCA MOYA e LUCÉLIA FRANCISCA MOYA BARBOZA, em Conjunto ou Separadamente, que subdividirão entre si todas as operações e representarão à sociedade ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente.

As demais cláusulas do Contrato Constitutivo não alcançado pela presente Alteração Contratual permanecem inalteradas

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, obrigando – se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os termos, fazendo o seu devido registro na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso.

Várzea Grande-MT., 14 de Março de 2013

ANGELO BASSANI NETO/representado pelo seu pai  
LUCAS ERNESTO BASSANI  
Sócio Retirante

LUCAS ERNESTO BASSANI  
Sócio Retirante

ZENILDA FRANCISCA MOYA  
Sócia Ingressante

LUCÉLIA FRANCISCA MOYA BARBOZA  
Sócia Ingressante

TESTEMUNHAS.:

ADEMIR INACIO TIMÓTEO  
C.P.F.: 726.429.328-87  
R.G. 198765-5 SSP/MT

ANDERSON MARGOS RAMOS  
C.P.F. 550.822.461-00  
R.G. 5.969.204-6 SSP/PR





Serviço Registral e Notarial do Distrito do Cristo Rei  
Av. Ary Paes Barreto nº 2183 Bairro Cristo Rei, CEP: 78115-090, Varzea Grande, Mato Grosso  
Tabela: Cláudio Monteiro da Oliveira  
Fone: (65) 3685-3258 Fax: (65) 3665-8112 / E-mail: coarmon@terra.com.br

Reconhecimento de por VERDADEIRA LUCELIA FRANCISCA  
MOYA BARBOZA, ZENILDA FRANCISCA MOYA, ....

AGG96057 R\$ 4,50-  
AGG96053 R\$ 4,50-  
Varzea Grande MT, 05 de abril de 2013

GIOCONDA GIM SIRIO Esc. Juramentada  
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso Cod. Serv. 184 Cod. Atcc.  
<http://www.tjmt.jus.br/selo>

Selo de Controle Digital  
Em test. da verdade



2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL - ESTADO DE MATO GROSSO  
COMARCA DE VARZEA GRANDE  
Rua Nossa Senhora do Carmo, 26 - Centro - Varzea Grande - Mato Grosso  
Fone/Fax: (0xx65) 3682-7003 / 3026-8270 / 3026-4271

Reconheço por verdadeira(s) a(s) firma(s) de: LUCAS ERNESTO BASSANI

Varzea Grande - MT, 05 de abril de 2013  
Dou fé. Em testemunha

HELIO FERREIRA DA SILVA  
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Selo de lona e plástico - Cod. Cartório: 184 - Cor. Atcc: 32

Selo Digital AGG 89600 R\$ 4,50  
Funcionário: LEONARDO  
Consulta: [www.tjmt.gov.br/selo](http://www.tjmt.gov.br/selo)





**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA**  
**Z. F. L. MOYA TRANSPORTES LTDA ME**  
**CNPJ – 13.332.212/0001-18**

**ZENILDA FRANCISCA MOYA**, brasileira, casada, em comunhão parcial de bens, comerciante, residente e domiciliada na Rua Manuel Pinheiro, s/n, bairro Cristo Rei, em Várzea Grande-MT, Cep: 78118-055 portador da Cédula de Identidade RG nº. 249.878, expedida pela SSP/MT, e inscrito no CPF sob nº. 453.694.451-68, natural de Ipora-GO, nascida em 26/11/1957, filha de Josino Francisco Neves e Odília de Jesus Neves.

**LUCELIA FRANCISCA MOYA BARBOSA**, brasileira, casada, sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliado na Rua Manuel Pinheiro, s/n, bairro Cristo Rei, em Várzea Grande-MT, Cep: 78118-055, portador da Cédula de Identidade RG nº. 000.629 CB/MT, e inscrita no CPF sob nº. 875.957.021-00, natural de Dom Aquino-MT, nascido em 25/10/1977, filha de Francisco Moya Neto e de Zenilda Francisca Moya, Únicos sócios componentes da sociedade **Z. F. L. MOYA TRANSPORTES LTDA ME**, devidamente registrada na Junta Comercial de Mato Grosso (JUCEMAT), sob nire nº. 51.201.233.071 em sessão do dia 03/03/2011 e inscrito no CNPJ sob nº. 13.332.212/0001-18, com sede na Rua Ary Coelho, nº. 287, Bairro Cristo Rei, Município de Várzea Grande-MT, Cep: 78118-055, resolvem em comum acordo alterar pela terceira vez o Contrato Social, conforme cláusulas e condições seguintes:

**Cláusula primeira** = A empresa resolve alterar sua sede social, que é na Rua Ary Coelho nº 287, Bairro Cristo Rei, Município Várzea Grande-MT, Cep 78118-055, passa a ser na Av. Trinta e Um de Março nº 336, Bairro Cristo Rei, Município de Várzea Grande-MT, Cep: 78118-005

**Cláusula segunda** = A empresa passa a ter como atividade: O comercio atacadista e varejista de bebidas, refrigerantes, água mineral, carvão, gelo, artigos para festas, comercio de mercadorias com predominância de produtos alimentícios – minimercado, mercearia e armazéns.

**Cláusula terceira** = Resolvem alterar a denominação social para **FINÍSSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA ME**.



As demais cláusulas do Contrato Constitutivo não alcançadas pela presente alteração contratual permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, obrigando – se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os termos, fazendo o seu devido registro na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso.

Várzea Grande-MT, 25 de Setembro de 2013


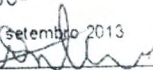
Zenilda Francisca Moya

Lucelia Francisca Moya Barbosa  
LUCELIA FRANCISCA MOYA BARBOSA

## TESTEMUNHAS

  
EDER SILVA LOURENCO  
C.P.F.: 181.583.118-90.  
R.G. 26.818.325-9 SSP/SP

ANDERSON MARCOS RAMOS  
C.P.F. 550.822.461-00.  
R.G. 5.969.204-6 SSP/PR

Serviço Registral e Notarial do Distrito do Cristo Rei  
 Av. Ary Paes Barreto nº 2183 Bairro Cristo Rei, CEP. 78113-060, Varzea Grande, Mato Grosso  
 Tabelão - Chafia Monteiro de Oliveira  
 Reconhecido em 09/03/2013 por VERBAEIRA LUCIELLA FRANCISCA  
**MOYA BARBOZA, ZENILDA FRANCISCA MOYA, \***  
 \* \* \* \* \*  
 AIH78090 R\$ 4,80-  Selo de Controle Digital  
 AIH78090 R\$ 4,80-  
 Varzea Grande/MT, 27 de setembro de 2013  
 Em test. de  da Varzea Grande  
 ITAGIRA-NT O ZIMMERMANN-Substituta  
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso Cod. Serv. 184  
 http://www.tm.jus.br/selos

P.F. 0550 822.461-00.  
 5.969.204-6 SSP/PR  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
 CERTIFICADO O REGISTRO EM: 07/10/2013 SOB Nº: 20131211218  
 Protocolo: 13/12/121-8, DE 02/10/2013  
 EMPLEADA: 51 2 0123307 1  
 E. F. L. ROYA TRANSPORTES  
 NARAIZA BAIRROS  
 SECRETARIA GT



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE FINISSIMA  
DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME**

CNPJ nº 13.332.212/0001-18

ZENILDA FRANCISCA MOYA nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 26/11/1957, casada em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESARIA, CPF/MF nº 453.694.451-68, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 249878, órgão expedidor SSP - MT, residente e domiciliado no(a) RUA MANOEL PINHEIRO, S/N, CRISTO REI, VÁRZEA GRANDE, MT, CEP 78.118-005, BRASIL.

LUCELIA FRANCISCA MOYA BARBOZA nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 25/10/1977, casada em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESARIA, CPF/MF nº 875.957.021-00, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 000629, órgão expedidor CB - MT, residente e domiciliado no(a) RUA MANOEL PINHEIRO, S/N, CRISTO REI, VÁRZEA GRANDE, MT, CEP 78.118-005, BRASIL.

Sócias da sociedade limitada de nome empresarial FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, sob NIRE nº 51201233071, com sede Av Trinta e Um de Marco, 336, Cristo Rei Várzea Grande, MT, CEP 78.118-005, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 13.332.212/0001-18, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**DO CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** O capital anterior totalmente integralizado passa a ser de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 300.000 (trezentos mil) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios. Em decorrência do aumento do capital social por motivo de AUMENTO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS, este fica assim distribuído:

ZENILDA FRANCISCA MOYA, com 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) integralizado.

LUCELIA FRANCISCA MOYA BARBOZA, com 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) integralizado.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
Certifico o Registro em 21/09/2015 sob nº 20159128331  
Protocolo 15/912833-1 de 18/09/2015  
NIRE 51201233071  
FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME  
Chancela: 5252A-79D13-01F7D-D2241-9B9AA-99980-1232B-DB293  
Cuiabá, 21/09/2015

Julio Frederico Muller Neto  
Secretário Geral



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE FINISSIMA  
DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME**

**CNPJ nº 13.332.212/0001-18**

**DA ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) ZENILDA FRANCISCA MOYA . ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) LUCELIA FRANCISCA MOYA BARBOZA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).



**DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

**CLÁUSULA TERCEIRA.** O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

**DA RATIFICAÇÃO E FORO**

**CLÁUSULA QUARTA.** O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece VÁRZEA GRANDE.

**CLÁUSULA QUINTA.** As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
Certifico o Registro em 21/09/2015 sob nº 20159128331  
Protocolo: 15/912833-1 de 18/09/2015  
NIRE: 51201233071  
**FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME**  
Chancela: 5252A-79DD8-01F7D-D2241-9B9AA-99980-12328-DB293  
Cadastrado em 21/09/2015  
  
Julio Frederico Muller Neto  
Secretário Geral



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE FINISSIMA  
DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME

CNPJ nº 13.332.212/0001-18

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

VARZEA GRANDE-MT, 16 de setembro de 2015.



Cartório  
Cristo Rei



ZENILDA FRANCISCA MOYA  
CPF: 453.694.451-68

Cartório  
Cristo Rei



LUCELIA FRANCISCA MOYA BARBOZA  
CPF: 875.957.021-00

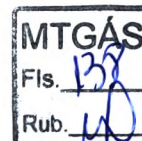


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
Certifico e Registro em 21/09/2015 sob nº 20159128331  
Protocolo: 15/912833-1 de 18/09/2015  
NIRE: 51201233071  
FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME  
Chancela: 5252A-79DDB-01F7D-D2241-9B9AA-99980-1232B-DB293

Cuiabá, 21/09/2015


Julio Frederico Muller Neto  
Secretário Geral






**CR** Serviço Registral e Notarial do Distrito de Cristóvão  
Tabela: **Chafia Monteiro de Oliveira**  
Av. Ary Paes Barreto nº 2163 Bairro Cristo Rei, CEP: 78118-090, Várzea Grande, Mato Grosso  
Fone: (65) 3685-3958 Fax: (65) 3685-6112 / E-mail: cmonteiro@crta.com.br

Reconhecimento de por VERDADEIRA LUCELIA FRANCISCA  
**MOYA BARBOZA, ZENILDA FRANCISCA MOYA, \*\*\*\*\***


AQW03205 R\$ 5,30-  
AQW03201 R\$ 5,30-  Selo de Controle Digital

Várzea Grande/MT, 17 setembro 2015 Em test. (x) da verdade

*Chafia Monteiro de Oliveira*  
CHAFIA MONTEIRO DE OLIVEIRA - OFICIAL  
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso Cod. Serv. 184 000 400 000  
<http://www.tjmt.jus.br/selos>



Reconhecimento de por VERDADEIRA LUCELIA FRANCISCA  
**MOYA BARBOZA, ZENILDA FRANCISCA MOYA, \*\*\*\*\***

AQW03205 R\$ 5,30-  
AQW03201 R\$ 5,30-  Selo de Controle Digital

Várzea Grande/MT, 17 setembro 2015 Em test. (x) da verdade

*Chafia Monteiro de Oliveira*  
CHAFIA MONTEIRO DE OLIVEIRA - OFICIAL  
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso Cod. Serv. 184 000 400 000  
<http://www.tjmt.jus.br/selos>





OK

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

MTGÁS  
Fls. 139  
Rub. 11

# DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Mato Grosso

CÓDIGO DE ACESSO

MT.73.69.43.80 - 13.332.212.000.118

## 01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

**FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME**

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

13.332.212/0001-18

## 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

| RELACÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO |     |
|--|-----|
| 1  | 2   |
| 3  | 4   |
| 5  | 6   |
| 7  | 8   |
| 9  | 10  |
| 11   | 12  |
| 13   | 14  |
| 15   | 16  |
| 17   | 18  |
| 19   | 20  |
| 21   | 22  |
| 23   | 24  |
| 25   | 26  |
| 27   | 28  |
| 29   | 30  |
| 31   | 32  |
| 33   | 34  |
| 35   | 36  |
| 37   | 38  |
| 39   | 40  |
| 41   | 42  |
| 43   | 44  |
| 45   | 46  |
| 47   | 48  |
| 49   | 50  |
| 51   | 52  |
| 53   | 54  |
| 55   | 56  |
| 57   | 58  |
| 59   | 60  |
| 61   | 62  |
| 63   | 64  |
| 65   | 66  |
| 67   | 68  |
| 69   | 70  |
| 71   | 72  |
| 73   | 74  |
| 75   | 76  |
| 77   | 78  |
| 79   | 80  |
| 81   | 82  |
| 83   | 84  |
| 85   | 86  |
| 87   | 88  |
| 89   | 90  |
| 91   | 92  |
| 93   | 94  |
| 95   | 96  |
| 97   | 98  |
| 99   | 100 |

247 Alteração de capital social - 16/09/2015

**Quadro de Sócios e Administradores - QSA**

### 03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

FCPJ

QSA

#### 04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

## 5. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

■ Responsável

☐ Preposto

NOME

LUCELIA FRANCISCA MOYA BARBOZA

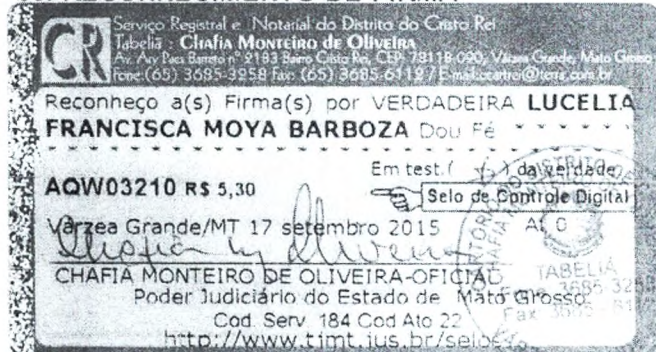
CPF

875.957.021-00

LOCAL E DATA

ASSINATURA (com firma reconhecida)

## 06. RECONHECIMENTO DE FIRMA



## 07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO DA  
UNIDADE CADASTRADORA





# República Federativa do Brasil

Município e Comarca de Várzea Grande - Mato Grosso

SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL DO DISTRITO DE CRISTO REI

Chafia Monteiro de Oliveira - OFICIAL

Agaira N. M. O. Zimmermann - SUBSTITUTA

Laura J. M. de Oliveira - SUBSTITUTA

Luiz Fabio Monteiro de Oliveira - ESCRIVENTE

Joconda G. M. Martins Siro - ESCRIVENTE

MTGÁS

Fls. 140

Rub. 140

Livro nº: P-123

Fls: 127

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ e assina a abaixo declarada.

**S** a i b a m, os que este Público Instrumento virem que, no Ano de Dois Mil e Quatorze (2014) aos Vinte e Seis (26) Dias do Mês de Novembro (11) do dito ano, nesta cidade de Várzea Grande-MT, em Cartório perante Mim Oficial compareceu como Outorgante a Firma: **FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA-ME**, localizada na Av. Trinta e Um de Março, nº 336 -- Bairro Cristo Rei em Várzea Grande-MT, devidamente inscrita no CNPJ sob nº: 13.332.212/0001-18, registrada na Junta Comercial de Mato Grosso sob nº 20131211218 em 07/10/2013, e neste ato representada pela sócia: **LUCELIA FRANCISCA MOYA BARBOZA**, brasileira, declara ser casada, administradora, residente e domiciliado Rua Ari Coelho, nº 287 -- Bairro Cristo Rei em Várzea Grande-MT, portadora da ID.RG: 1220060-3 SESP/MT e CPF: 875.957.021-00; e reconhecida como a própria de mim Oficial que por ela me foi dito que, por este Público Instrumento nomeia e constitui como seu bastante **Procurador: MARGIO KNOFF**, brasileiro, declara ser casado, comerciante, maior, capaz, residente e domiciliado na Rua Profª Neuza Lula Rodrigues, nº 150 -- Bairro Jardim Santa Amália em Cuiabá/MT, portador da ID.RG: 1105887-0 exp. Em 17/11/1994/SJ/MT e CPF: 838.951.161-49; **(DADOS FORNECIDOS)**; ao qual confere: poderes para o fim especial de representar a firma outorgante acima qualificado em adquirir e retirar documentos perante qualquer órgão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ou outra entidades governamentais de repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, também junto a particulares ou empresas privadas. Credenciar-se pelo mesmo junto a licitações públicas outorgando-lhe poderes para pronunciar-se nome da empresa bem como, recorrer, desistir de recursos e praticar todos os demais atos como formular propostas, efetuar lances por pregão eletrônico ou presencial, ofertar lances, verbais, declarações, renunciar direitos inerentes ao certame, incluindo-se a elaboração de declaração e assinar contratos. **FICANDO VEDADO O SUBSTABELECIMENTO. (MEDIANTE MINUTA)**. Assim o disse do que dou fé e me pediu este instrumento que lhe li, aceita e assina. Comigo Chafia Monteiro de Oliveira Oficial que fiz digitar, conferi e assino em Público e raso do que dou fé. Transladada em Seguido

Test.º 1 da Verdade.

Emolumentos → R\$47,57 • Funajuris → R\$12,98 • Registro Civil → R\$4,35 • ISSQN → R\$1,90

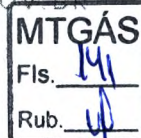
Várzea Grande/MT, 26 de Novembro de 2014

FIRMA: FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA-ME  
Sócia Administradora: LUCELIA FRANCISCA MOYA BARBOZA

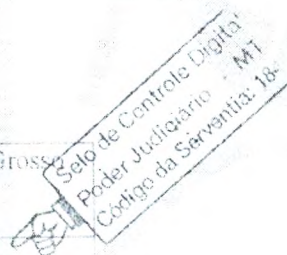
Chafia Monteiro de Oliveira  
Chafia Monteiro de Oliveira - Oficial



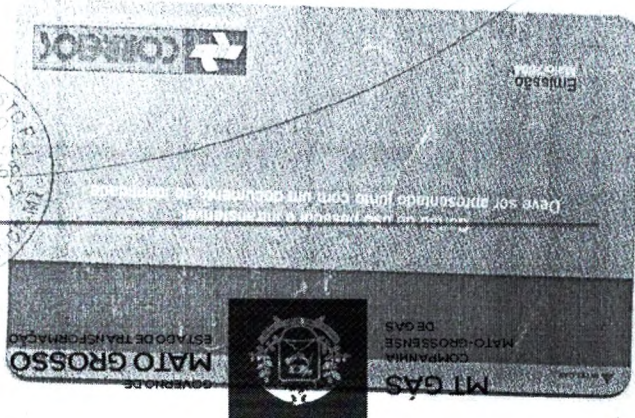
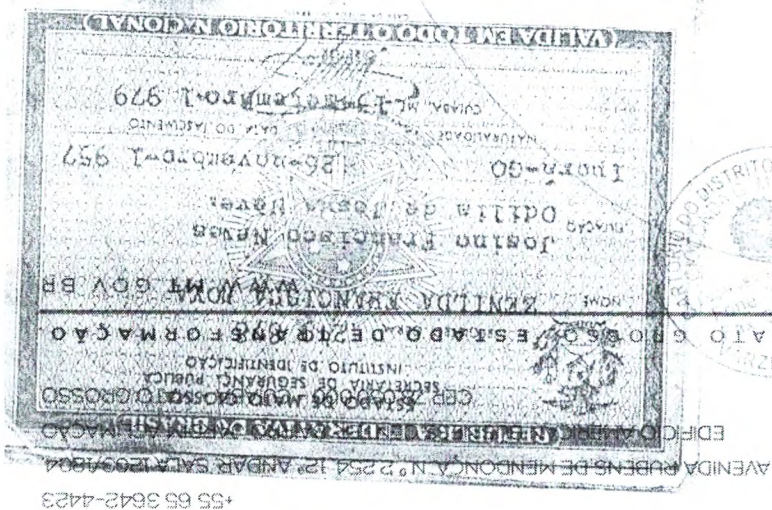
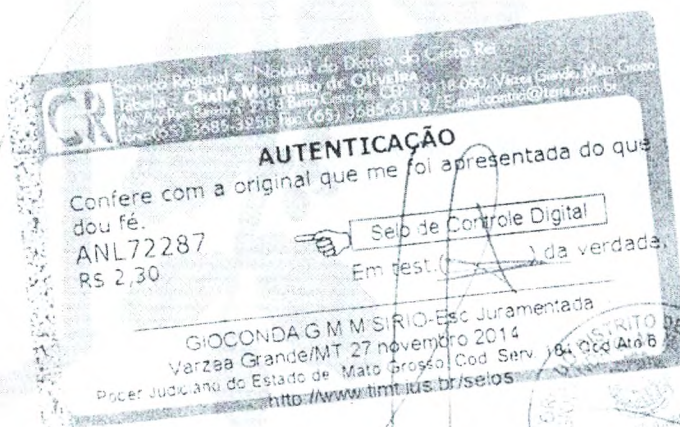




|  |
|--|
| Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso                              |
| Ato de Notas e de Registro   |
| Código do Cartório: 184  |
| Selo de Controle Digital   |
| Código do Ato: 19  |
| AMX94735- RS64.90  |
| Consulte: <a href="http://www.tjmt.jus.br/sel">www.tjmt.jus.br/sel</a> |















**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

ESTADO DE MATO GROSSO  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

REGISTRO GERAL Nº 000.629

DEC. Nº 5.358 DE 07/12/94

VALIDADE INDETERMINADA

LUCELIA FRANCISCA MOYA BARBOZA  
NOME

DEP. SD BM HUDSON

*[Assinatura]*  
ASSINATURA DO IDENTIFICADO

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MATO GROSSO**

**MTGÁS**

MTGÁS  
Fls. 143  
Rub. 4

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

FRANCISCO MOYA NETO

ZENILDA FRANCISCA MOYA

CPF 875957021-00

OLHOS ESVERDEADOS

MATRICULA XXXXX

DATA DE NASC. 25/10/77

CARTELOS CASTANHOS

CNH XXXX

BRANCA

PROVAVIAO 000.455-D

NATURAL DE DOM AQUINO - MT

QUARTEL DO COMANDO GERAL OBM-TM, 14/03/2002.

VALIDADEZ DO TITULO 190 NACIONAL

CHAVE DO CASIEME DE IDENTIFICACAO

Guilherme Colô da Cunha

15

88

PRH

POS

ALTURA 1.57

CUTIS

DATA DE NASC. 25/10/77

CPF 875957021-00

ZENILDA FRANCISCA MOYA

OLHOS ESVERDEADOS


MATRICULA XXXXX

QUARTEL DO COMANDO GERAL OBM-TM, 14/03/2002.



CHAVE DO CASIEME DE IDENTIFICACAO

Guilherme Colô da Cunha

VALIDADEZ DO TITULO 190 NACIONAL


**Carta de Confissão** - Notário do Dário do Cristo Rei  
**Cláudio Menezes de Oliveira**  
 Rua José Carlos de Faria, 2185 Bairro Cristo Rei, CEP: 78118-000, Várzea Grande, Mato Grosso  
 Fone: (65) 3685-3988 Fax: (65) 3685-6112 / E-mail: cartier@claudio.com.br

**AUTENTICAÇÃO**  
 Confere com a original que me foi apresentada do que  
 dou fé.  
**ANL72286**  
 RS 2,30


**Selo de Controle Digital**  
 Em test. (  ) da verdade.

**GIOCONDA G M M SIRIO**-Esc Juramentada  
 Várzea Grande/MT, 27 novembro 2014  
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso Cod. Serv. 184 Cod Ativ 6  
<http://www.tmi.us.br/selos>



MTGÁS  
Fls. 144  
Rub. 10

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
MARCIO KNOPF

DOC. IDENTIDADE / ORD. EMISSOR / UF  
11058870 SJ MT

CPF  
838.951.161-49

DATA NASCIMENTO  
25/03/1977

FILIAÇÃO  
OLMIRO DOS SANTOS  
KNOPF  
EVA JURACI RODRIGUES KNOPF

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
B

Nº REGISTRO  
01234433030

VALIDADE  
31/07/2020

HABILITAÇÃO  
06/04/1995

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
VARZEA GRANDE, MT

DATA EMISSÃO  
06/07/2015

Fernando Carlos Lopes  
Diretor de Registro e Habilitação  
Assinatura do Emissor

05514881438  
MT621866814

DETRAN - MT - MATO GROSSO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1103166287

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1103166287



# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral



Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

|   |   |  |                                       |
|---|---|--|---------------------------------------|
|    |   | <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>              |                                       |
| <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>   |   |  |                                       |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br><b>13.332.212/0001-18</b><br>MATRIZ  | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE<br>SITUAÇÃO CADASTRAL |  | DATA DE ABERTURA<br><b>03/03/2011</b> |
| NOME EMPRESARIAL<br><b>FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - EPP</b>   |   |  |                                       |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br><b>FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA</b>  |   |  |                                       |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br><b>46.35-4-01 - Comércio atacadista de água mineral</b>  |   |  |                                       |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br><b>47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas</b><br><b>47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns</b> |   |  |                                       |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br><b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>   |   |  |                                       |
| LOGRADOURO<br><b>AV TRINTA E UM DE MARCO</b>  | NÚMERO<br><b>336</b>                                | COMPLEMENTO  |                                       |
| CEP<br><b>78.118-005</b>  | BAIRRO/DISTRITO<br><b>CRISTO REI</b>                | MUNICÍPIO<br><b>VARZEA GRANDE</b>                  | UF<br><b>MT</b>                       |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO<br><b>ramoscontabil@correioweb.com.br</b>   |   | TELEFONE<br><b>(65) 3684-5528 / (65) 3684-5528</b> |                                       |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br>*****  |   |  |                                       |
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>ATIVA</b>  |   | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>03/03/2011</b>    |                                       |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL  |   |  |                                       |
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****  |   | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****                 |                                       |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **29/03/2017** às **16:42:15** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT  
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE - CIC/CCE - ELETRÔNICO



|   |   |  |   |   |
|---|---|--|---|---|
| Número de Inscrição Estadual<br><b>13476924-4</b>   | C.N.P.J/C.P.F do Responsável<br><b>13.332.212/0001-18</b> | Data Início Atividade - SEFAZ<br><b>27/02/2013</b>             | Data Validade Cartão<br><b>16/08/2018</b> | <b>MTGÁS</b><br>Fls. <u>146</u><br>Rub. <u>44</u> |
| Razão Social / Nome do Produtor Rural<br><b>FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA EPP</b>                      |   |  |   |   |
| Nome Fantasia / Nome do Estabelecimento<br><b>FINÍSSIMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA</b>                             |   |  |   |   |
| Código e Descrição da Atividade Econômica Principal<br><b>4635-4/01 - Comércio atacadista de água mineral</b> |   |  |   |   |
| Códigos das Atividades Econômicas Secundárias<br><b>4712-1/00 4723-7/00</b>                                   |   |  |   |   |
| Código e descrição de Natureza Jurídica<br><b>206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA</b>                       |   |  |   |   |
| Endereço<br><b>!! VENIDA TRINTA E UM DE MARCO, 336</b>  |   |  | Distrito                                  |   |
| Ponto de Referência<br><b>PRX AO VIVEIRO DE PIMENTAS</b>  |   |  |   |   |
| Bairro<br><b>CRISTO REI</b>   |   | CEP<br><b>78118-005</b>  | Município<br><b>VÁRZEA GRANDE</b>         | UF<br><b>MT</b>                                   |
| Caixa Postal  | Fax<br><b>(65) 3684-5528</b>                              | Correio Eletrônico<br><b>lucrocertocontabilidade@gmail.com</b> |   | Telefone<br><b>(65) 3029-4678</b>                 |
| CRC do Responsável<br><b>MT-008664/PP-4</b>   |   |  |   |   |

Nº de autenticação:

Conforme Portaria nº 051/2004-  
SEFAZ



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA  
SUPERINTENDENCIA DE RECEITA  
COORDENADORIA DE COBRANÇA E ARRECADAÇÃO



**CERTIDÃO Nº. 76/2017**

Em cumprimento ao despacho exarado no processo  
Protocolado sob o nº 2017/420.167 datado de 04/01/2017 do interessado (a)

“FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME” INSC MUN 35.720.  
CNPJ – 13.332.212/0001-182 // CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS

**CERTIFICO**

Que após pesquisa efetuada no CENTRO DE CADASTRO ECONÔMICO – CECAE, constatamos que o (a) requerente acima citado (a) encontra-se sem “DEBITOS”, com a Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, não constando nenhum débito nesta Prefeitura até a presente data. É o que temos a certificar.

Em se tratando de certidão de débito, fica ressalvado, independentemente desta, o direito de a Gestão Fazendária cobrar, nos termos do CTN as dívidas do requerente que porventura venham a ser apuradas.

Para constar concedeu-se a presente certidão que vai abaixo devidamente assinada.

COORDENADORIA DE COBRANÇA E ARRECADAÇÃO

VALIDADE ATÉ

11/04/2017

Edson Silva Laurence  
Inspetor de Tributos I  
Mat. 5568 - RPPM/V. Grande

VÁRZEA GRANDE (MT) 11 de Janeiro de 2017.

Celso Rodrigues da Silva  
Assistente Técnico  
Mat. 7577

OBS.

NOTA: Qualquer rasura apresentada invalida a presente certidão.





## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 13332212/0001-18  
**Razão Social:** FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA ME  
**Nome Fantasia:** FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA  
**Endereço:** AV TRINTA E UM DE MARCO 336 / CRISTO REI / VARZEA GRANDE /  
MT / 78118-005

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

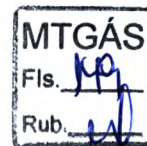
**Validade:** 06/04/2017 a 05/05/2017

**Certificação Número:** 2017040603443444222104

Informação obtida em 07/04/2017, às 12:05:18.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - EPP

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 13.332.212/0001-18

Certidão nº: 127170415/2017

Expedição: 07/04/2017, às 12:07:33

Validade: 03/10/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - EPP**  
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
**13.332.212/0001-18**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores  
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**COMARCA DE VÁRZEA GRANDE**  
**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**

CNPJ: 00.059.564/0001-08

Av. Castelo Branco S/nº - - Bairro: Água Limpa - Cidade: Várzea Grande-MT Cep:78125700 Fone:3688-8470  
Ramal:8470

**CERTIDÃO Nº: 185683**

ROBSON CARLOS PEREIRA DOS SANTOS, Distribuidor da Comarca de Várzea Grande., Estado de Mato Grosso, no uso de minhas atribuições legais, etc.

CERTIFICO, a requerimento da parte interessada que consultando o nosso banco de dados de DISTRIBUIÇÕES verifiquei NADA CONSTAR contra a firma: FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA ME, CNPJ: 13.332.212/0001-18 referentes a ações cíveis DE EXECUÇÃO FISCAL, FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL.

**BUSCA EFETUADA NO PERÍODO DE 1 ANO (19/01/2016 À 19/01/2017). "A BUSCA REALIZADA NÃO CONTEMPLA PROCESSOS DISTRIBUÍDOS PERANTE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E O JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DESTA COMARCA."**

O referido é verdade e dou fé, dada e passada nesta cidade de Várzea Grande aos 19 de janeiro de 2017.

E eu, MARIJANE BONETTO-AUX.JUDICIÁRIO. desta Comarca digitei e assino,

  
ROBSON CARLOS PEREIRA DOS SANTOS

Distribuidor





FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME  
CNPJ: 13.332.212/0001-18  
NIRE: 51201233071 - Data: 03/03/2011

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
levantado em 31/12/2014

Folha 00196

|                                     |            |
|-------------------------------------|------------|
| <b>ATIVO</b>                        |            |
| DISPONIBILIDADES                    |            |
| Caixa                               | 282.956,10 |
| BANCOS C/ MOVIMENTO                 | 106.849,26 |
| BANCO SICOOB                        | 67.498,64  |
| NUMERÁRIO EM TRÂNSITO               | 22.137,07  |
| BANCO SICOOB                        | 22.137,07  |
| CLIENTES                            | 17.213,50  |
| DUPLICATAS A RECEBER                | 17.213,50  |
| Clientes                            | 73.694,14  |
| Mercadorias para Revenda            | 73.694,14  |
| ATIVO IMOBILIZADO                   | 5.557,12   |
| Veículos                            | 103.255,60 |
| Maquinas e Equipamentos             | 56.500,00  |
| Móveis e utensílios                 | 21.625,33  |
| DEPRECIACÃO E EXAUSTÃO              | 23.130,27  |
| Depreciação acumulada               | 2.000,00   |
|                                     | 2.000,00   |
| <b>PASSIVO</b>                      |            |
| PASSIVO CIRCULANTE                  | 282.956,10 |
| FORNECEDORES                        | 262.956,10 |
| FORNECEDORES NACIONAIS              | 231.880,55 |
| Fornecedor                          | 230.880,55 |
| IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER | 230.880,55 |
| IRRF                                | 6.500,87   |
| INSS                                | 434,30     |
| FGTS                                | 1.199,88   |
| SIMPLES NACIONAL A PAGAR            | 3.618,18   |
| CONTAS A PAGAR                      | 1.247,01   |
| Salários                            | 20.623,91  |
| Energia Elétrica                    | 19.866,85  |
| DIVIDENDOS E LUCROS A PAGAR         | 737,06     |
| DIVIDENDOS E LUCROS A PAGAR         | 3.951,07   |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO                  | 3.951,07   |
| CAPITAL SOCIAL                      | 20.000,00  |
| Capital Social Subscrito            | 20.000,00  |

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujo Ativo e Passivo estão uniformes na mesma importância de R\$ \*\*\*\*\*282.956,10 (Duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e seis reais e dez centavos).

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por elas.

VARZEA GRANDE-MT, 31 de Dezembro de 2014.

*Lucelia Francisca Nova Barboza*  
LUCELIA FRANCISCA NOVA BARBOZA  
SOCIA-ADMINISTRADORA  
CPF: 875.957.538-00  
RG: 629-CB-MT

*Anderson N. S. Ramos*  
ANDERSON N. S. RAMOS  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE  
CPF: 000.000.000-00  
RG: 000.000-00

Cartório  
Cristó Rei

Cartório  
Cristó Rei





**CR** Serviço Registral e Notarial do Distrito do Cristóvão  
Tabela: Chaila Montalvão de Oliveira  
Ass. Pro. Silvio de F. B. B. (Ass. Cristóvão, CEP 74110-000, Vila Brasil, Mato Grosso do Sul)  
Fone: (65) 3085-3956 Fax: (65) 3085-6112 / E-mail: cunha@distrito-cr.com.br

Reconheço a(s) Firma(s) por VERDADEIRA LUGERIA  
**FRANCISCA MOYA BARBOZA** Dou Fé

Em test. ( ) da verdade.

APB69510 R\$ 5,00

Selo de Controle Digital

Várzea Grande/MT 29 abril 2015

GIOCONDA G M M SIRIO-Esc. Juramentada  
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso  
Cod. Serv. 184 Cod. Ato 22

**CR** Serviço Registral e Notarial do Distrito do Cristóvão  
Tabela: Chaila Montalvão de Oliveira  
Ass. Pro. Silvio de F. B. B. (Ass. Cristóvão, CEP 74110-000, Vila Brasil, Mato Grosso do Sul)  
Fone: (65) 3085-3956 Fax: (65) 3085-6112 / E-mail: cunha@distrito-cr.com.br

Reconheço a(s) Firma(s) por SEMELHANÇA  
**ANDERSON MARCOS RAMOS** Dou Fé

Em test. ( ) da verdade.

APB69516 R\$ 5,00

Selo de Controle Digital

Várzea Grande/MT 29 abril 2015

GIOCONDA G M M SIRIO-Esc. Juramentada  
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso  
Cod. Serv. 184 Cod. Ato 22



## LIVRO DIÁRIO

## TERMO DE ABERTURA

Contém este livro 198 (Cento e Noventa e Oito) folhas, numerados eletronicamente de 00001 a 00198, com encerramento do exercício social em 31/12/2014, e servirá para os lançamentos no Livro Diário de No. 00002 das operações próprias do estabelecimento do contribuinte identificado:

Nome.....: FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME

Endereço.....: AV TRINTA E UM DE MARCO, 336

CEP.....: 78118-005

Bairro.....: CRISTO REI

Município.....: VARZEA GRANDE - MT

Inscr. Municipal: 35720

Inscr. Estadual.: 134769244

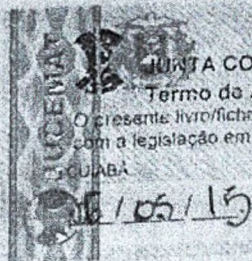
CNPJ.....: 13.332.212/0001-18

Com seu contrato social arquivado na :  
 JUCEMAT JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
 Registrado sob No. 51201233071 em 03/03/2014

VARZEA GRANDE (MT), 01/01/2014

*Lucia Francisca Moya Barboza*  
 LUCIA FRANCISCA MOYA BARBOZA  
 LUCIA-ADMINISTRADORA  
 CPF: 875.957.021-00  
 RG: 629-CB-MT

*Anderson Marcos Ramos*  
 Contabilista responsável  
 ANDERSON MARCOS RAMOS  
 CPF: 550.822.461-00 CRC: MT00866400  
 RG: 5969204-6  
 TECNICO CONTABIL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
 Termo de Autenticação 15/002315-4

O presente livro/ficha, por mim examinado e conferido, acha-se em conformidade com a legislação em vigor em seus termos de abertura e encerramento.

GUABÁ

ARIANE DE OLIVEIRA 1882756  
 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS





MTGÁS

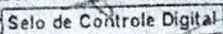
Fis. *154*

Rub. *154*

**CR** Serviço Registral e Notarial do Distrito do Centro Re  
**Chafá Mourão de Oliveira**  
 Av. Rui Barbosa nº 2183 Bairro Centro Km. CEP 78118-090, Várzea Grande, Mato Grosso  
 Fone (65) 3685-3958 Fax (65) 3685-6112 / E-mail: ecartier@oliveira.com.br

Reconheço a(s) Firma(s) por VERDADEIRA **LUCELIA FRANCISCA MOYA BARBOZA** Dou Fé.

Em test. / ☒ da verdade.

APB69507 R\$ 5,00 

Várzea Grande/MT 29 abril 2015 At 0

**GIOCONDA G M M SIRIO**-Esc. Juramentada  
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.  
 Cod. Serv. 184 Cod. Ato 22  
<http://www.fimnt.jus.br/calhe>


*[Handwritten signature]*

*[Circular stamp: 1º DO DISTRITO DE VÁRZEA GRANDE - MT - FONE 3685-3958]*

**CR** Serviço Registral e Notarial do Distrito do Centro Re  
**Chafá Mourão de Oliveira**  
 Av. Rui Barbosa nº 2183 Bairro Centro Km. CEP 78118-090, Várzea Grande, Mato Grosso  
 Fone (65) 3685-3958 Fax (65) 3685-6112 / E-mail: ecartier@oliveira.com.br

Reconheço a(s) Firma(s) por SEMELHANÇA **ANDERSON MARCOS RAMOS** Dou Fé.

Em test. / ☒ da verdade.

APB69513 R\$ 5,00 

Várzea Grande/MT 29 abril 2015 At 0

**GIOCONDA G M M SIRIO**-Esc. Juramentada  
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.  
 Cod. Serv. 184 Cod. Ato 22  
<http://www.fimnt.jus.br/calhe>

*[Handwritten signature]*



LIVRO DIÁRIO

TERMO DE ENCERRAMENTO

Este livro 198 (Cento e Noventa e Oito) folhas, numeradas eletronicamente de 0001 a 00198, do período 01/01/2014 a 31/12/2014, e serviu para os lançamentos no Livro Diário de No. 00002 das operações próprias do estabelecimento do contribuinte identificado:

Razão.....: FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME

Endereço.....: AV TRINTA E UM DE MARÇO, 336

CEP.....: 78118-005

Cidade.....: CRISTO REI

Município.....: VARZEA GRANDE - MT

Inscr. Municipal: 35720

Inscr. Estadual.: 134769244

CNPJ.....: 13.332.212/0001-18

Com seu contrato social arquivado na :  
JUCEMAT JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
Registrado sob No. 51201233071 em 03/03/2014

VARZEA GRANDE (MT), 31/12/2014

*Lucelia Francisca Moya Barboza*  
LUCELIA FRANCISCA MOYA BARBOZA  
SOCIA-ADMINISTRADORA  
CPF: 875.957.021-00  
RG: 629-CB-MT

*Anderson Marcos Ramos*  
Contabilista responsável  
ANDERSON MARCOS RAMOS  
CPF: 550.822.461-00 CGC: MT00866400  
RG: 5969204-6  
TÉCNICO CONTÁBIL

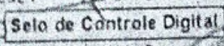
LIVRO  
AUTENTICAÇÃO  
05 MAIO 2015  
Responsável



**CR** Serviço Registral e Notarial do Distrito do Centro  
Tabela: **Cláudio Monteiro de Oliveira**  
Av. Paul Gama, 2163 Bairro Casa Real, CEP: 78115-200, Varzea Grande, Mato Grosso  
Fone: (65) 3685-9258 Fax: (65) 3685-6119 / E-mail: centro@mtg.as.com.br

Reconheço a(s) Firma(s) por VERDADEIRA LUCELIA  
**FRANCISCA MOYA BARBOZA** Dou Fé

Em test / ☒ de verdade

APB69508 R\$ 5,00 

Varzea Grande/MT 29 abril 2015 AI: 0

**GIOCONDA G M M SIRIO**-Esc. Juramentada  
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso  
Cod. Serv. 184 Cod. Ato 22

*Handwritten signature: Lucelia*

**CR** Serviço Registral e Notarial do Distrito do Centro  
Tabela: **Cláudio Monteiro de Oliveira**  
Av. Paul Gama, 2163 Bairro Casa Real, CEP: 78115-200, Varzea Grande, Mato Grosso  
Fone: (65) 3685-9258 Fax: (65) 3685-6119 / E-mail: centro@mtg.as.com.br

Reconheço a(s) Firma(s) por SEMELHANÇA  
**ANDERSON MARCOS RAMOS** Dou Fé

Em test / ☒ de verdade

APB69514 R\$ 5,00 

Varzea Grande/MT 29 abril 2015 AI: 0

**GIOCONDA G M M SIRIO**-Esc. Juramentada  
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso  
Cod. Serv. 184 Cod. Ato 22

*Handwritten signature: Anderson*

*Handwritten signature: Lucelia*

*Handwritten signature: Anderson*

3 Fun. 20.00  
Fax 3685  
VARZEA GRANDE



FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME  
CNPJ: 13.332.212/0001-18  
NIRE: 51201233071 - Data: 03/03/2011

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO  
Levantado em 31/12/2014

Folha 00197

|                                 |            |
|---------------------------------|------------|
| RECEITAS                        |            |
| RECEITA DE VENDAS               | 388.975,40 |
| Venda de Mercadorias            | 388.975,40 |
| CUSTOS E DESPESAS               | 388.975,40 |
| CUSTOS                          | 375.227,08 |
| CUSTOS DE FABRICAÇÃO            | 117.837,22 |
| CUSTOS DE FABRICAÇÃO            | 103.237,22 |
| CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS  | 103.237,22 |
| DESPESAS                        | 183.837,22 |
| DESPESAS DE PESSOAL             | 272.119,86 |
| Ordenados, Salários e Comissões | 251.460,23 |
| Férias                          | 192.702,76 |
| 13º Salário                     | 10.427,48  |
| INSS                            | 10.227,88  |
| FGTS                            | 14.639,00  |
| DESPESAS C/ FRETE               | 4.839,14   |
| Combustíveis                    | 3.310,36   |
| OUTRAS DESPESAS                 | 3.810,36   |
| HONORÁRIOS CONTÁBEIS            | 3.982,00   |
| DESPESAS TRIBUTARIAS            | 3.982,00   |
| SIMPLES NACIONAL                | 10.867,23  |
| LUCRO DO EXERCÍCIO              | 10.867,37  |
|                                 | 12.978,02  |

Cartorio  
Cristo Rei

Cartorio  
Cristo Rei

VARZEA GRANDE-MT, 31 de Dezembro de 2014.

-----  
LUCIELIA FRANCISCA MOYA BARBOZA  
SOCIA-ADMINISTRADORA  
CPF: 875.957.021-00  
RG: 629-CB-MT

-----  
ANDERSON VARELA CAMOS  
TECNICO CONTÁBIL-CFC: MT00866400  
CPF: 550.12.161-60  
RG: 500210-60



MTGAS  
Fls. 158  
Rub. 100

CR  
Reconheço a(s) Firma(s) por VERDADEIRA LUCELIA  
FRANCISCA MOYA BARBOZA Dou Fe  
Em test. ( ) da verdade  
APB69509 R\$ 5,00  
Várzea Grande MT 29 abr 2015  
GIOCONDA G M M SIRIO-Esc. Juramentada  
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso  
Cod. Serv. 184 Cod. Ato 22

CR  
Reconheço a(s) Firma(s) por SEMELHANÇA  
ANDERSON MARCOS RAMOS Dou Fe  
Em test. ( ) da verdade  
APB69515 R\$ 5,00  
Várzea Grande MT 29 abr 2015  
GIOCONDA G M M SIRIO-Esc. Juramentada  
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso  
Cod. Serv. 184 Cod. Ato 22

TO  
Fax 3685-6112  
VARZEA GRANDE





MATO GROSSO ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico que o requerente abaixo identificado não consta no rol de devedores inscritos em Dívida Ativa. Todavia fica ressalvado o Direito da Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso inscrever e cobrar os direitos apurados após expedição da presente.

NOME

FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME

LOCALIZAÇÃO

ENDEREÇO: AV. TRINTA E UM DE MARÇO, nº 336  
BAIRRO: CRISTO REI  
MUNICÍPIO: Várzea Grande UF: MT  
CEP: 78.118-005

CNPJ

13.332.212/0001-18

SÓCIOS

CPF/CNPJ

875.957.021-00  
453.694.451-68

NOME/RAZÃO SOCIAL

LUCELIA FRANCISCA MOYA BARBOSA  
ZENILDA FRANCISCA MOYA



Cuiabá, 10/04/2017

Responsável pela Expedição

Gelcimar Joaquim de Jesus  
Técnico PGE - Mat. 67478

Procurador(a) do Estado

Romes Júlio Tomaz  
Procurador do Estado  
OAB-MT 3791

OBSERVAÇÕES

- 1 - Esta certidão tem validade por apenas 90 (noventa) dias.
- 2 - Qualquer rasura tornará nulo este documento.
- 3 - Autenticador desta certidão: FC1HEK0HFDPHRPRVOLCCNB16TVHK0E

N.º Proc. Órgão

N.º CDA

Tipo do Processo

Situação





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDARIA**  
**SUPERINTENDENCIA DE RECEITA**  
**COORDENADORIA DE COBRANÇA E ARRECADAÇÃO**

MTGÁS  
Fls. 160  
Rub. 17

**CERTIDÃO Nº. 1152/2017**

Em cumprimento ao despacho exarado no processo  
Protocolado sob o nº **2017/443.234** datado de **10/04/2017** do interessado (a)

**"FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA - ME" INSC MUN 35.720.**  
**CNPJ - 13.332.212/0001-18 // CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS**

**CERTIFICO**

Que após pesquisa efetuada no CENTRO DE CADASTRO ECONÔMICO – CECAE, constatamos que o (a) requerente acima citado (a) encontra-se sem “DEBITOS”, com a Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, não constando nenhum débito nesta Prefeitura até a presente data. É o que temos a certificar.

Em se tratando de certidão de débito, fica ressalvado, independentemente desta, o direito de a Gestão Fazendária cobrar, nos termos do CTN as dívidas do requerente que porventura venham a ser apuradas.

Para constar concedeu-se a presente certidão que vai abaixo devidamente assinada.

**COORDENADORIA DE COBRANÇA E ARRECADAÇÃO**

**VALIDADE ATÉ**

**13/07/2017**

Paulo C. Silva  
Inspetor de Tributos I  
Coordenador de Cobrança e Arrecadação - Mat. 8639

**VÁRZEA GRANDE (MT) 13 de Abril de 2017.**

Celso Rodrigues da Silva  
Assistente Técnico  
Mat. 7577

**OBS.**

**NOTA: Qualquer rasura apresentada invalida a presente certidão.**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - EPP**  
**CNPJ: 13.332.212/0001-18**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.  
Emitida às 12:34:40 do dia 11/02/2017 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 10/08/2017.

Código de controle da certidão: **825A.E9BA.C1BB.97BF**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Ofício nº. 037/2017/MTGÁS

**CÓPIA**

Cuiabá, 17 de abril de 2017.


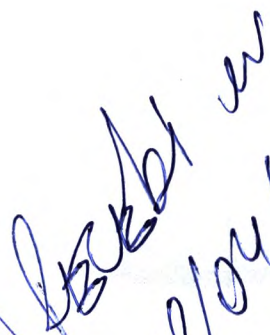
**Ao Senhor.**  
**MARCIO KNOPF**  
REPRESENTANTE /FINÍSSIMA DIST. DE ÁGUA LTDA

Prezado Senhor,

Em atendimento à determinação das disposições normativas da atual gestão governamental, bem como das novas legislações pertinentes, envio anexo 03 (três) vias do CONTRATO de nº 001/2017/MTGÁS, pactuado entre a MTGÁS e a Empresa FINÍSSIMA DIST. DE ÁGUA LTDA, para a coleta de assinatura e posteriormente a devolução de 02 (duas) vias devidamente assinadas.

Atenciosamente,

  
**JULIANO MUNIZ CALÇADA**  
Diretor Administrativo e Financeiro/MTGÁS

  
  
18/04/17



CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL  
ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇO, QUE ENTRE  
SI FAZEM A COMPANHIA MATOGROSSENSE DE  
GÁS - MTGÁS E A EMPRESA FÍNISSIMA  
DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA.

O ESTADO DE MATO GROSSO por meio da **COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS -MTGÁS**, doravante denominada contratante, com sede na Avenida Rubens de Mendonça nº 2254 – Ed. American Business Center - Salas 1203/1204 – Bosque da Saúde – Cuiabá-MT, inscrita no CNPJ sob nº. 06.023.921/0001-56, neste ato representado pelo seu Presidente em Exercício, **Sr. MARCI AREIAS**, portador do RG.3090923 SSP/SP e do CPF nº. 020.077.118-34 e pelo seu Diretor Administrativo e Financeiro, **Sr. JULIANO MUNIZ CALÇADA**, portador do RG. 1007740-5 SJ/MT e do CPF nº 846.139.551-49, e de outro lado à Empresa **FÍNISSIMA DIST. DE ÁGUA LTDA -ME**, doravante denominada simplesmente Contratada, localizada à Av. 31 de março nº 336 – Cristo Rei – Várzea Grande, inscrita no CNPJ sob o nº 13.332.212/0001-18, neste ato representado por **MARCIO KNOPF**, residente à Rua Profª Neuza Lula Rodrigues, nº 150 - Jardim Santa Amália, município de Cuiabá - MT, portador do RG nº 1105887-0 SJ/MT e do CPF nº. 838.951.161-49, considerando a autorização para aquisição do objeto de que trata o processo nº 90253/2017, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº. 8666, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores e, no que couber, a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), assim como, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos, pelas disposições de direito privado e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1 O objeto do presente instrumento refere-se à contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral, em atendimento à demanda da **COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS – MTGÁS**, que deriva da adesão à Ata de Registro de Preços nº 038/2016/SEGES, decorrente do Pregão Eletrônico nº **025/2016/SEGES**, em conformidade com o Termo de Referência apresentado e demais anexos, independente de transcrição.

1.2 Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 012/2016/SEGES com seus anexos e proposta contratada.

1.3 Discriminação do objeto: Lote 06

| ITEM | DESCRIÇÃO/<br>ESPECIFICAÇÃO  | UN.<br>MEDI<br>DA | QTD | FABRICANTE | VALOR<br>UNITÁRIO | VALOR<br>TOTAL |
|------|--|-------------------|-----|------------|-------------------|----------------|
| 1    | ÁGUA MINERAL, NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFO DE POLIPROPENO, COM CAPACIDADE PARA 20 (VINTE) LITROS; SEM VASILHAME, EMBALAGEM COM PROTETOR SUPERIOR E LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 01 ANO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER AS NORMAS VIGENTES. UNIDADE | UN                | 60  | FÍNISSIMA  | 4,65              | 279,00         |

R. B. 10

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 meses, contados da assinatura deste Termo, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas contratuais e as normas da lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

3.3 A entrega dos objetos ora contratados será acompanhada e fiscalizada por representante da Contratante, com atribuições específicas.

3.4 A fiscalização exercida na entrega dos bens não exclui a responsabilidade da Contratada, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

### 3.5 DO FORNECIMENTO

3.5.1 A Contratada para o Lote 06 do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2016/SEGES e seus anexos, deverá fornecer água mineral natural obtida diretamente de fontes naturais ou por extração de águas subterrâneas, devidamente registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, satisfazer as exigências estabelecidas pela ANVISA por meio da Resolução (RDC) nº 274 de 22 de setembro de 2005.

3.5.2 As etapas de produção a serem submetidas à água mineral natural e a água natural não devem causar, desenvolver e ou agregar substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor e ou alterem a composição original, devendo ser obedecida a legislação vigente de Boas Práticas de Fabricação.

3.5.3 A água deverá ser entregue em vasilhames de acordo com a especificação do lote, plenamente preenchidos, munidos de lacre de inviolabilidade intactos.

3.5.4 O prazo de validade da água a ser entregue, deverá ser igual ou superior a 06 (seis) meses, devidamente comprovado pelas anotações de data de fabricação e validade, constantes da embalagem.

3.5.5 Para o transporte, a Contratada deverá obedecer a Resolução da ANVISA - RDC nº. 173 DE 13 de setembro de 2006 que regulamenta o transporte, distribuição, armazenamento e comércio de água mineral.

3.5.6 A ÁGUA MINERAL SEM GÁS deverá ser de primeira qualidade, com as seguintes características:

- a) Ser classificada como água mineral tradicional ou água potável de mesa, como FLUORETADA, segundo código de águas minerais dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- b) Não devem apresentar risco à saúde do consumidor e devem estar em conformidade com as características microbiológicas descritas na Resolução RDC nº 173, de 13 de setembro de 2006;
- c) Não devem conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas que representam risco à saúde, descritas na Resolução RDC nº 274, de 22 de setembro de 2005;
- d) Não deve constar qualquer expressão que atribua ao produto propriedades medicamentosas e ou terapêuticas.

3.5.7 Os garrafões disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser próprios para o acondicionamento de água mineral, em POLICARBONATO, liso, transparente, ter capacidade de acondicionamento para 20 litros de água mineral, resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou amassados, vir com tampa protetora e lacre de segurança, para evitar contaminações externas.

3.5.8 No processo de fabricação, os garrafões deverão satisfazer as normas técnicas da ABNT NBR 14222 e NBR 14328.

3.5.9 O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM conforme disposto na Portaria n.º 470/99 com os seguintes elementos informativos:

- I - nome da fonte;
- II - local da fonte, Município e Estado;
- III - classificação da água;
- IV - composição química, expressa em miligramas por litro, contendo, no mínimo, os oito elementos predominantes, sob a forma iônica;
- V - características físico-químicas na surgência;
- VI - nome do laboratório, número e data da análise da água;
- VII - volume expresso em litros ou mililitros;
- VIII - número e data da concessão de lavra, e número do processo seguido do nome "DNPM";
- IX - nome da empresa concessionária e/ou arrendatária, se for o caso, com o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda;
- X - duração, em meses, do produto, destacando-se a data de envasamento por meio de impressão indelével na embalagem, no rótulo, ou na tampa;



XI - se à água for adicionado gás carbônico, as expressões "gaseificada artificialmente";

XII - as expressões "Indústria Brasileira";

Parágrafo único. Os elementos de informação referidos nos incisos I, II, e IV a XII deste artigo deverão constar do rótulo de forma legível, em destaque, devendo ocupar, no mínimo, um quarto da área total do mesmo, sendo os elementos indicados nos incisos I e X impressos em caracteres destacados dos demais.

3.5.10 Os garrações devem trazer impresso por meio de impressão indelével a data de fabricação e de validade que terá como limite 03 (três) anos de vida útil, conforme estabelece a Portaria Nº 387, de 19 de Setembro de 2008.

3.5.11 Os garrações entregues deverão ter sido produzidos em até 12 (doze) meses antes da data do recebimento provisório.

3.5.12 Quando a Contratante possuir garrações vazios, os mesmos poderão ser utilizados pela CONTRATADA, obrigando-se a mesma, mediante Termo de Responsabilidade, a devolver os mesmos em perfeitas condições de uso, quando findo o contrato de fornecimento.

3.5.13 Para melhor segurança tanto da Contratada como do Contratante é necessário que a Contratada indique o endereço do Depósito que guarnece a Água, caso haja necessidade de uma visita prévia e também posterior da FISCALIZAÇÃO.

3.5.14 A troca da marca da Água a serem fornecidos só poderá ser alterada com prévia autorização da Contratante;

### 3.6. DO PRAZO E HORÁRIOS

3.6.1 O prazo para entrega dos produtos será de **05 (cinco) dias**, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

3.6.2 Os produtos serão entregues de segunda a sextas-feiras, tendo, por regra, o horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas. Todavia, deve-se observar o horário de funcionamento da COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS - MTGÁS, que será estipulado na Ordem de Fornecimento.

3.6.3 Não serão recebidos produtos em horários diferentes ao determinado nem em feriados e recesso.

3.6.4 Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa por escrito ao fiscal do contrato indicando o prazo necessário, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

### 3.7 DO LOCAL

3.7.1 Os produtos serão entregues no perímetro urbano de Cuiabá e ou Várzea Grande, nas dependências da Contratada.

### 3.8 DA FORMA DE ENTREGA

3.8.1 A aquisição dos materiais será efetivada mediante a necessidade, conveniência, disponibilidade orçamentária e demanda do órgão contratante, podendo ocorrer de forma fracionada considerando o tamanho do espaço físico do almoxarifado que receberá os produtos, não existindo quantitativos mínimos a ser solicitados por notas de empenho.

3.8.2 O material deverá ser fornecido, depois de atendidas todas as exigências legais do procedimento licitatório, com periodicidade a ser definida pelo órgão contratante (semanal, quinzenal ou mensal) no prazo de até 24 horas ou de até 01 dia útil, a partir do recebimento de cada Nota de Empenho emitida.

3.8.3 A cada fornecimento a contratada deverá emitir recibo em papel timbrado da empresa, especificando a data da entrega, o endereço, CNPJ do contratante e a quantidade entregue, sem rasuras.

3.8.4 O descarregamento do produto ficará a cargo da CONTRATADA com sua própria mão de obra, devendo observar as regras de transporte, distribuição e segurança pertinentes ao produto.

### 3.9 DA GARANTIA DOS PRODUTOS E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

3.9.1 O(s) produtos(s) deverão ter garantia total pelo prazo mínimo de 12 meses, contados a partir da data do recebimento do objeto, de forma definitiva, pela Administração, conforme indicado neste contrato, observadas as condições estabelecidas;

3.9.2 Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA ou ainda em testes realizados seja considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

3.9.3 Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transporte, mão de obra e manutenção dos materiais, no caso de apresentar imperfeição(ões), correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE quaisquer ônus.

### CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE em favor da CONTRATADA mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente e data fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado do Mato Grosso, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do CONTRATANTE;

4.2 A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número do contrato, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

4.3 Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

R:

J

[Assinatura]

[Assinatura]





4.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

4.5 O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

4.6 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

4.7 Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site [www.sefaz.mt.gov.br/nfe](http://www.sefaz.mt.gov.br/nfe).

4.8 O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pela Gerência responsável e/ou pela fiscalização do Contrato (nomeada pela autoridade competente) e acompanhada dos certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais n.ºs 840/17, 8199/06 e 8426/06, obedecendo aos prazos estabelecidos na Instrução Normativa n.º 01/2007/SAGP/SEFAZ;

4.9 O pagamento será efetuado a contratada até o 30º (trigésimo) dia da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo seu recebimento;

4.10 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

4.11 O pagamento será realizado de acordo com a entrega dos produtos, mediante emissão da respectiva Nota Fiscal.

4.12 O Contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal;

4.13 No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor devido, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE do período compreendido entre a data final do adimplemento e a do efetivo pagamento.

4.14 Havendo acréscimo de quantitativo, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados.

4.15 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.16 Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

4.17 O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor;

II) prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor;

III) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos para pagamento dos produtos do referido objeto será(ão) da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentárias:

| Projeto Atividade | Natureza de Despesa | Fonte de Recurso |
|-------------------|---------------------|------------------|
| 2007              | 33.90.30.00         | 2 43             |

#### CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1 A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, sendo estes emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômicos, definido pelo Ministério da Fazenda, conforme orientação técnica n. 040/2010/AGE;

b) A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada no Banco do Brasil, em conta específica, com correção monetária, em favor do Órgão/unidade CONTRATANTE.

c) Seguro-garantia, modalidade "Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço"; ou

a) Fiança bancária.

6.2 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

6.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, a



título de garantia.

6.2.2 A retenção efetuada com base no item 6.2.1 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

6.3 A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item 6.2.1 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

6.4 A garantia contratual deverá ter validade durante toda a vigência do CONTRATO.

6.5 Caso o valor ou o prazo da garantia seja insuficiente para garantir o contrato, a contratada providenciará, compulsoriamente, tantos aditamentos quantos forem necessários até o término da vigência do contrato.

6.6 A garantia prestada pela contratada só será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato, ou ainda na ocorrência de outras hipóteses de extinção contratual previstas em Lei.

## CLÁUSULA SÉTIMA-- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 O(s) produto(s) contratado(s) deverá(ão) ser entregue(s) de acordo com a necessidade da CONTRATANTE;

7.2 O fornecimento deverá ser executado de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade do fornecimento e à satisfação do Contratante;

7.3 Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.4 Entregar o(s) produto(s) adjudicado(s), nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste Contrato e Edital, aderidos da Ata de Registro de Preços;

7.5 Retirar a nota de empenho específica em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis, contados da convocação oficial;

7.6 A contratada deverá entregar o(s) produto(s) utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios;

7.7 Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega inclusive o descarregamento dos materiais;

7.8 Os produtos deverão ser acondicionados adequadamente, devendo garantir proteção durante transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na especificação e legislação em vigor;

7.9 Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências dos Órgãos/entidades CONTRATANTE;

7.10 Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

7.11 Prover todos os meios necessários à execução do contrato, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.12 Indenizar terceiros e/ou o CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.13 Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.14 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à CONTRATANTE ou a terceiros;

7.15 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do fornecimento objeto deste contrato, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.16 É expressamente vedadas à contratada a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal dos Órgãos/entidades CONTRATANTE, durante o período de fornecimento;

7.17 Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

7.18 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

7.19 Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no fornecimento do produto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7.20 A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelo fornecimento contratado, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução;

7.21 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Contratante, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, conforme especificações constantes no Termo de Referência;

7.22 Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;





- 7.23 Emitir, mensalmente, documento fiscal, discriminando os produtos entregues no período, de acordo com o(s) lote(s) descritos neste contrato;
- 7.24 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento;
- 7.25 Reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 7.26 Substituir os produtos rejeitados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), contados a partir da comunicação formal do Fiscal do contrato;
- 7.27 A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do objeto desta CONTRATAÇÃO e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 7.28 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Contratante, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- 7.29 Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da Contratante;
- 7.30 Adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;
- 7.31 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CONTRATANTE;
- 7.32 A inobservância das regras previstas neste Contrato acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa da Administração Pública.
- 7.33 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual 7.217/2006 e alterações.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1 Designar, servidor gestor do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente.
- 8.2 Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências, desde que observadas às normas de segurança.
- 8.3 Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.
- 8.4 Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.
- 8.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- 8.6 Notificar a CONTRATADA e a SEGES de qualquer alteração ou irregularidade encontrada na execução do contrato.
- 8.7 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato e em edital.
- 8.8 Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à Contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
- 8.9 Os produtos/equipamentos poderão ser recusados e devolvidos pela Contratante nas seguintes hipóteses:
- a) Apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;
  - b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o Edital;
  - c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios no Edital;
- 8.10 Fiscalizar a execução do objeto do contrato.

#### CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

- 9.1 Os produtos serão recebidos conforme a seguir:
- a) provisoriamente: o recebimento provisório dar-se-á por servidor indicado pelo órgão/entidade contratante, no ato da entrega do(s) produto(s) e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção, ou, se aprovado, emitirá recibo;
  - b) definitivamente: após recebimento provisório, será verificada a integridade do(s) produto(s), incluindo qualidade e quantidade, e sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal.
- 9.1.1 O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta da contratada, devendo ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), a contar da notificação do fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



9.2 Na hipótese de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o Fiscal do contrato do CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades.

9.3 O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Órgão/entidade CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O contrato poderá ser alterado nas hipóteses do art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

10.2 Durante a vigência do contrato a contratada poderá solicitar a revisão dos preços para manter a equação econômico-financeira obtida na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

10.3 Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço, a requerimento da CONTRATADA e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada no certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-IBGE.

10.4 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços de contratos baseados em Atas de Registro de Preços deverão, sob pena de invalidade dos atos, sofrer análise contábil (se for o caso) e jurídica pelo CONTRATANTE, da viabilidade do feito.

10.5 Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento ao contrato, e o reajuste mediante apostilamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1 A Contratada inadimplente total ou parcialmente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 combinada com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:

11.1.1 Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento;

11.1.2 Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% (um por cento) por dia após o 30º dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

11.1.2.1 Multa de 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

11.1.2.2 Multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante;

11.1.3 Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante e descredenciamento no sistema de cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, entre outros comportamentos e em especial quando:

11.1.3.1 Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

11.1.3.2 Não manter a proposta;

11.1.3.3 Falhar gravemente na execução do contrato;

11.1.3.4 Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

11.1.3.5 Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

11.1.3.6 Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.3.7 Cometer fraude fiscal;

11.1.3.8 Fizer declaração falsa;

11.1.3.9 Fraudar na execução do contrato.

11.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2 A multa eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus ou deduzidos da garantia, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

11.3 Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Órgão/entidade contratante, ou os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa;

11.4 Esgotados os meios administrativos para cobrança, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o ÓRGÃO/ENTIDADE proceder à cobrança judicial da multa;

11.5 As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO/ENTIDADE.

11.6 Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na lei 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 7.692, de 2002.

11.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta



do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

12.2 Tal rescisão poderá ocorrer a qualquer tempo mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte.

12.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à contratada o direito a prévia e ampla defesa.

12.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE PETIÇÃO

13.1 No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no Art. 109 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14.1 A fiscalização será exercida por servidor designado pelo Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do presente contrato, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.

14.2 Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, a contratante, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, podendo para isso:

a) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado do contratado que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

b) Supervisionar as entregas realizadas pela Contratada, observando as normas técnicas e legais aplicáveis aos produtos, emitindo mensalmente relatório analítico, que deve ser anexado à Nota Fiscal.

14.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme preceitua art. 70 da Lei nº 8.666/93.

14.4 Será de responsabilidade do Fiscal do Contrato da COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS - MTGÁS, a salva guarda de documentos relacionado à liberação e fornecimento objeto do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8666/93, na Lei 10.520/2002 e demais normas estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CLAUSULA ANTICORRUPÇÃO

16.1 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/1993, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2 O Contratante poderá revogar este Contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.3 A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.



17.4 A declaração de nulidade não exonera o CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado, e por outros prejuízos regularmente comprovados contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

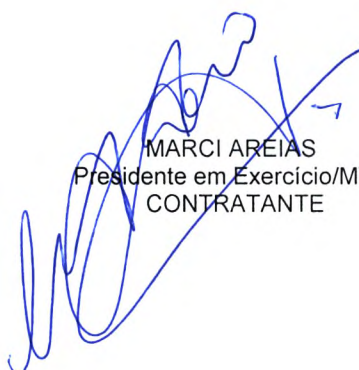
17.5 Incumbirá ao Contratante, providenciar a publicação do extrato deste contrato, em conformidade com o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

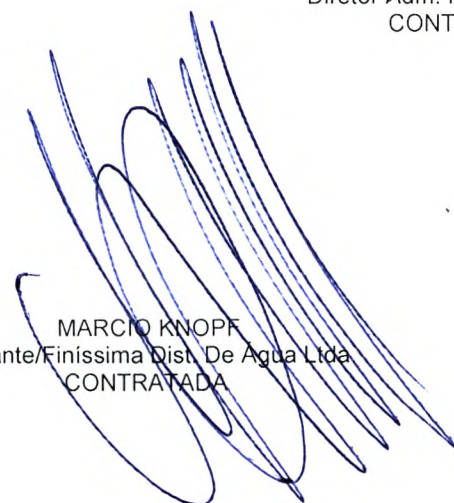
18.1 Fica eleito o foro de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

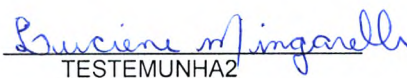
Cuiabá – MT, 17 de abril de 2017.


  
MARCI AREIAS  
Presidente em Exercício/MTGÁS  
CONTRATANTE

  
JULIANO MUNIZ CALÇADA  
Diretor Adm. Financeiro/MTGÁS.  
CONTRATANTE

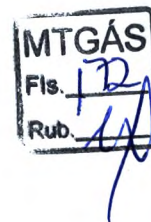
  
MARCIO KNOFF  
Representante/Finissima Dist. De Água Ltda  
CONTRATADA

  
TESTEMUNHA 1

  
TESTEMUNHA 2

  
Jean Lucas T. de Carvalho  
OAB-MT 14.532  
Assessor Jurídico  
MT Gás





## Protocolo de recebimento de matéria

### Publicação 909595

O Superintendência da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso declara que o conteúdo abaixo foi publicado no Diário Oficial, e possui validade jurídica..

### Identificação do REMETENTE

|                       |   |
|-----------------------|---|
| Cliente               | COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS - MT GÁS |
| Publicador            | JEAN LUCAS TEIXEIRA DE CARVALHO         |
| Data/Hora Recebimento | 24/04/2017 13:38:11                     |

### Identificação da MATÉRIA

|                         |  |
|-------------------------|--|
| Número                  | 909595                                 |
| Título                  | EXTRATO DO CONTRATO N.º 001/2017/MTGÁS |
| Categoria de publicação | EXTRATO                                |
| Coluna(s)               | 1                                      |
| Data(s) de publicação   | 25/04/2017                             |
| Situação                | APROVADA                               |

### Informações da MATÉRIA

| Centimetragem (cm) | Valor Unitário (cm) | Valor Total |
|--------------------|---------------------|-------------|
| 6.85               | R\$ 9,00            | R\$ 61,65   |



**EXTRATO DO CONTRATO N.º 001/2017/MTGÁS**

**CONTRATANTE: COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS.**

**CONTRATADA: FINÍSSIMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA**

**OBJETO:** contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral, em atendimento à demanda da **COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**, que deriva da adesão à Ata de Registro de Preços nº 038/2016/SEGES, decorrente do Pregão Eletrônico nº 025/2016/SEGES.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520/2002

**PRAZO:** O prazo de vigência deste Termo de Contrato vigorará a partir de sua assinatura pelo prazo de 12 meses, prorrogável na forma do art. 57, I da Lei 8.666/93.

**DATA DA ASSINATURA:** 17 de abril de 2017.

**ASSINAM:** MARCI AREAS- Presidente em Exercício/MTGÁS, JULIANO MUNIZ CALÇADA-Diretor Administrativo e Financeiro/MTGÁS, MARCIO KNOFF - Representantes/ **FINÍSSIMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA**





E por estarem assim, justos e acordados as partes, assinam em 03 (três) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Cuiabá, 19 de dezembro de 2016.

LAYR MOTA DA SILVA  
Diretor Presidente da EMPAER-MT

RICARDO TOMCZYK  
Secretário de Estado de Desenvolvimento  
Econômico e Social SEDEC - MT

**Testemunhas**

Nome: Antônio Jesuino de Oliveira  
RG nº: 0106005-8 SSP/MT  
CPF nº: 075.287.441-15

Nome:  
RG nº:  
CPF nº:

**MT GÁS**

**COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS**

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 001/2017/MTGÁS**

**CONTRATANTE:** COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS.

**CONTRATADA:** FINÍSSIMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA

**OBJETO:** contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral, em atendimento à demanda da COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS - MTGÁS, que deriva da adesão à Ata de Registro de Preços nº 038/2016/SEGES, decorrente do Pregão Eletrônico nº 025/2016/SEGES.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520/2002

**PRAZO:** O prazo de vigência deste Termo de Contrato vigorará a partir de sua assinatura pelo prazo de 12 meses, prorrogável na forma do art. 57, II da Lei 8.666/93.

**DATA DA ASSINATURA:** 17 de abril de 2017.

**ASSINAM:** MARCI AREIAS- Presidente em Exercício/MTGÁS, JULIANO MUNIZ CALÇADA-Diretor Administrativo e Financeiro/MTGÁS, MARCIO KNOPF - Representantes/ FINÍSSIMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA

**MTPREV**

**MATO GROSSO PREVIDÊNCIA**

**MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV**

**PORTARIA N.º 029/2017**

**O DIRETOR PRESIDENTE DA MATO GROSSO PREVIDÊNCIA, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve:**

**I - Deferir Averbção de Tempo de Contribuição:**

**01) Processo nº. 278678/2016 - ACIONIL JOSÉ DE CAMPOS - Secretaria de Estado de Infra Estrutura e Logística - SINFRA. Homologo o Parecer nº 2717/MTPREV/2017 de acordo com a Certidão Original de Tempo de Contribuição emitida pelo INSS em 23/05/2016 sob o Protocolo nº. 10001100.1.00036/16-5; NIT: 1071090867-6 e defiro o pedido do servidor ocupante do cargo Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social, matrícula n.º 81093, nos seguintes termos:**

**Averbe-se: 04 anos, 02 meses e 23 dias de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme períodos a seguir discriminados, ambos para efeito de aposentadoria, nos termos do artigo 1º, da Lei nº. 5.027, de 17 de junho de 1986:**

**1) 02 meses e 12 dias, no período de 19/02 a 30/04/1974, prestado a Indústria de Madeira Philipp S/A.**

**2) 04 anos e 11 dias, no período de 10/12/1975 a 20/12/1979, prestado ao Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas do Estado de Mato Grosso.**

**02) Processo nº. 583722/2016 - ANA MARISA SOARES MÜLLER SANTOS - Secretaria de Estado de Saúde - SES. Homologo o Parecer nº 2535/MTPREV/2017 de acordo com a Certidão Original de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS em 01/06/2016 sob o Protocolo nº. 10001030.1.00157/16-8; NIT: 1229046583-8, e defiro o pedido da servidora ocupante do cargo Profissional Técnico Nivel Superiores Serviços de Saúde do SUS, matrícula n.º 35073, nos seguintes termos:**

**Averbe-se: 06 anos, 06 meses e 26 dias de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, nos seguintes termos:**

**1) 06 anos, 06 meses e 22 dias, conforme períodos a seguir discriminados, ambos para efeito de aposentadoria, nos termos do artigo 1º, da Lei nº. 5.027, de 17 de junho de 1986:**

**a) 02 anos, 08 meses e 15 dias, nos períodos de: 01/10/1986 a 14/05/1989 e 01/02 a 01/03/1991, prestado ao Serviço Social da Indústria - SESI;**

**b) 03 anos, 10 meses e 07 dias, no período de 01/01/1998 a 07/11/2001, prestado à Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia.**

**2) 04 dias, no período de 31/12/1994 a 03/01/1995, prestado ao Governo do Estado de Mato Grosso, para todos os efeitos, nos termos do artigo 127, da Lei Complementar nº. 04, de 15 de outubro de 1990.**

**Obs. Foram omitidos os períodos de: 01/02/1990 a 31/01/1991 (concomitante com o tempo de serviço público estadual) e 02/03 a 31/12/1992 e 21/02 a 30/12/1994 (consignados no sistema SEAP como tempo de serviço público estadual).**

**03) Processo nº. 181970/2016 - EDMA SILVA PEREIRA DA CRUZ BATISTA - Secretaria de Estado de Educação - SEDUC. Homologo o Parecer nº 2518/MTPREV/2017, de acordo com a Certidão Original de Tempo de Contribuição emitida pelo INSS em 01/03/2016 sob o Protocolo nº. 10001330.1.00003/16-8; NIT: 1142401787-9, e defiro o pedido da servidora ocupante do cargo de Apoio Administrativo Educacional Profissionalizado, matrícula n.º 84942, nos seguintes termos:**

**Averbe-se: 02 anos, 07 meses e 12 dias de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme períodos a seguir discriminados, todos para efeito de aposentadoria, nos termos do artigo 1º, da Lei nº. 5.027, de 17 de junho de 1986:**



|   |   |  |
|---|---|--|
| <b>EMP</b>  | <b>NOTA DE EMPENHO</b>                      | <b>17502.0001.17.000087-0</b>                  |
| <b>Nº PED:</b> 17502.0001.17.000076-1   | <b>Data de Emissão:</b> 17/04/2017          |  |
| <b>Nº DOTLIST:</b> *** ** *   | <b>Nº NOBLIST:</b> *** ** *                 |  |
| <b>Unidade Orçamentária:</b><br>17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS           | <b>Unidade Gestora:</b><br>0001 - Geral     |  |
| <b>Projeto/Atividade:</b><br>2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais | <b>Recurso:</b><br>Normal                   | <b>Tipo de Empenho:</b><br>Estimativo          |
| <b>Modalidade de Licitação:</b><br>Pregão   | <b>Nº Referência Licitação:</b><br>*** ** * | <b>Motivo Dispensa Licitação</b><br>*** ** *   |
| <b>Nº Convênio</b><br>*** ** *  | <b>Transferido - Resto a Pagar</b><br>Não   | <b>Nº Processo de Pagamento:</b><br>90253/2017 |

### DADOS DO CREDOR

|  |  |               |
|--|--|---------------|
| <b>Código:</b> 2015.01389-4                    | <b>Nome:</b> Finíssima Distribuidora de Água Ltda - ME |               |
| <b>Endereço:</b> Av. Trinta e um de Março, 336 | <b>CEP:</b> 78.118-005                                 |               |
| <b>Bairro:</b> Cristo Rei                      | <b>Município:</b> Várzea Grande                        | <b>UF:</b> MT |
| <b>CPE/ CNPJ/ IG:</b> 13.332.212/0001-18       | <b>Insc. Estadual:</b> *** **                          | <b>RG:</b> ** |

## DADOS DA DIÁRIA

|                 |                                   |
|-----------------|-----------------------------------|
| DADOS DA VIAGEM |                                   |
| Nº OS: *** **   | Data de Início da Viagem: *** **  |
|                 | Data de Retorno da Viagem: *** ** |

### DADOS DO ADIANTAMENTO

|                   |                                |
|-------------------|--------------------------------|
| Nº CAD: * * * * * | Data de Solicitação: * * * * * |
|-------------------|--------------------------------|

### DEMONSTRATIVO DA RESERVA DE EMPENHO

|   |   |   |  |
|---|---|---|--|
| <b>Dotação Orçamentária:</b><br>17502.0001.25.122.036.2007.9900.339000000.243.1.1               |   | <b>Elemento de Despesa:</b><br>30 - MATERIAL DE CONSUMO |  |
| <b>Valor Total do Empenho (R\$):</b><br>*** 279,00  | <b>Valor por Extenso:</b><br>DUZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS *** ** |   |  |
| <b>Histórico:</b><br>Empenho do PED Nº 17502.0001.17.000076-1<br>Aquisição de água mineral.     |   |   |  |
| <b>Data de Autorização da Despesa:</b><br>17/04/2017  |   | <b>Ordenador de Despesa:</b><br>Marci Areias            |  |
| <p>_____<br/>Responsável pela Execução Orçamentária</p>   |   | <p>_____<br/>Marci Areias<br/>Ordenador de Despesa</p>  |  |
| <b>Observações:</b><br>Situação do EMP: Empenho (EMP) normal<br>Número do documento de estorno: |   |   |  |



MENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

024093

SÉRIE: 1

FINISSIMA DISTRIBUIDORA

Fone: (0\*\*65) 3029-4678

FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA-ME  
AV. 31 DE MARCO, 336 - CRISTO REI  
78118005 - VARZEA GRANDE - MT**DANFE**  
DOCUMENTO AUXILIAR  
DA NOTA FISCAL  
ELETRÔNICA

Entrada: 0

Saída: 1

1

Nº: 024093

SÉRIE: 1

FOLHA: 1 de 1



CHAVE DE ACESSO DA NF-E

5117.0513.3322.1200.0118.5500.1000.0240.9310.0072.2791

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site  
da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA PROD SUB. TRIB

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

151170025107141 - 09/05/2017 13:57

INSCRIÇÃO ESTADUAL

134769244

INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

13.332.212/0001-18

Destinatário/Remetente

NOME/RAZÃO SOCIAL

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS - MTGAS

CNPJ/CPF

06.023.921/0001-56

DATA DE EMISSÃO

09/05/2017

ENDEREÇO

AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA, S/N

BAIRRO

BOSQUE DA SAUDE

CEP

78050-000

DATA ENT./SAÍDA

09/05/2017

MUNICÍPIO

CUIABA

FONE/FAX

6536130050

UF

MT

INSCRIÇÃO ESTADUAL

13.256.775-0

HORA DA SAÍDA

13:56:11

Fatura

| Parcela 01      | Parcela 02 | Parcela 03 | Parcela 04 | Parcela 05 | Parcela 06 | Parcela 07 | Parcela 08 | Parcela 09 | Parcela 10 | Parcela 11 | Parcela 12 | Parcela 13 |
|-----------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| NF0024093-01/01 |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
| 08/06/2017      |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
| 279,00          |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |

Cálculo do Imposto

|                |  |                 |  |                 |               |      |      |                            |  |      |                            |                            |      |                          |  |              |  |      |  |                     |  |        |  |
|----------------|--|-----------------|--|-----------------|---------------|------|------|----------------------------|--|------|----------------------------|----------------------------|------|--------------------------|--|--------------|--|------|--|---------------------|--|--------|--|
| BAI            |  | CÁLCULO DO ICMS |  | 0,00            | VALOR DO ICMS |      | 0,00 | BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST |  | 0,00 | VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO |                            | 0,00 | VALOR TOTAL DOS PRODUTOS |  | 279,00       |  |      |  |                     |  |        |  |
| VALOR DO FRETE |  | 0,00            |  | VALOR DO SEGURO |               | 0,00 |      | DESCONTO                   |  | 0,00 |                            | OUTROS DESPESAS ACESSÓRIAS |      | 0,00                     |  | VALOR DO IPI |  | 0,00 |  | VALOR TOTAL DA NOTA |  | 279,00 |  |

Transportador/Volumes Transportados

Transportador/Volumes Transportados

|              |                              |             |                    |            |              |
|--------------|------------------------------|-------------|--------------------|------------|--------------|
| RAZÃO SOCIAL | FRETE POR CONTA DESTINATÁRIO | CODIGO ANTT | PLACA              | UF         | CNPJ/CPF     |
| ENDEREÇO     | MUNICÍPIO                    | UF          | INSCRIÇÃO ESTADUAL |            |              |
| QUANTIDADE   | ESPÉCIE                      | MARCA       | NUMERO             | PESO BRUTO | PESO LÍQUIDO |
| 60           | AGUA MINERAL 20L             | FINISSIMA   | 0                  | 63         | 60           |

| COD. | DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS                                | NCM/SH   | ST   | CFOP | UN | QUANT. | V.UNITÁRIO | V.TOTAL | B.CALC.ICMS | V.ICMS | VALOR IPI | ICMS | IPI |
|------|---|----------|------|------|----|--------|------------|---------|-------------|--------|-----------|------|-----|
| 3    | AGUA MINERAL DE 20 LITROS - 7898924357019 - FINISSIMA | 22011000 | 0500 | 5403 | UN | 60,00  | 4,6500     | 279,00  | 0,00        | 0,00   | 0,00      | 0    | 0   |

**ATESTADO**Atestamos que o(s) serviço(s)  
foi(ram) executado(s).

Cuiabá-MT, 10/05/2017

Marcia Victor de Matos  
Assessora Especial  
MT Gás

Dados Adicionais

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NOTA DE EMPENHO: 17502.0001.17.000087-0

BANCO DO BRASIL AG: 7139-0 C/C: 51200-1

DOCUMENTO FISCAL EMITIDO POR ME OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL CONFORME LEI COMPLEMENTAR 123/2006

0500 - NACIONAL - ICMS COBRADO ANTERIORMENTE POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (SUBSTITUÍDO) OU POR ANTECIPAÇÃO

PROCON-MT, AV HIST R MENDONCA, (AV DO CPA) S/N - BAIRRO BAU, CEP 78045-100 CUIABA-MT FONE 151

RESERVADO AO FISCO





**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE CERTIDÃO NEGATIVA DE  
DÉBITOS E OUTRAS IRREGULARIDADES FISCAIS - CPNDI Nº:  
0019330226**

**CERTIDÃO REFERENTE A PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS  
CONTROLADAS PELA SEFAZ/MT, PARA FINS DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES  
PÚBLICAS**

Data de emissão: **27/04/2017**

Hora de emissão: **11:03:49**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF : **13.332.212/0001-18**

Nome: **FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA EPP**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas ao sistema de processamento de dados da CNDI, da Secretaria de Estado de Fazenda, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria nº 24/2005-SEFAZ, relativamente ao Contribuinte acima indicado, bem como aos seus sócios e demais empresas de cujo capital social aquele participe e da(s) sua(s) matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrências(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir valores relativos a tributos estaduais e seus acréscimos legais, mesmo lançados, bem como em razão de posterior lançamento ou apuração, ou decorrentes de inexatidão da informação prestada pelo contribuinte ou, ainda, do restabelecimento da exigibilidade do crédito tributário, inclusive quando objeto de NAI e/ou acordo de parcelamento ou suspenso.

**OBS. A presente Certidão não alcança débitos fiscais já encaminhados para inscrição em Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, nem o cumprimento de obrigações principais ou acessórias, cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CNDI/SEFAZ.**

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet: [www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br)

Certidão valida até: **26/05/2017.**

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado.

Código de Autenticação : **TA729T72LTA9B22A**





**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE CERTIDÃO NEGATIVA DE  
DÉBITOS E OUTRAS IRREGULARIDADES FISCAIS - CPNDI Nº:  
0019330226**

**CERTIDÃO REFEFERENTE A PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS  
CONTROLADAS PELA SEFAZ/MT, PARA FINS DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES  
PÚBLICAS**

Data de Emissão: **27/04/2017**

Hora de Emissão: **11:03:49**

RESSALVAS RELATIVAS A PARCELAMENTOS FISCAIS EM DIA E DÉBITOS SUSPENSOS  
**13.476.924-4 - FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA EPP - Contribuinte com débito  
suspense no Sistema de Conta Corrente Fiscal**  
**13332212000118 - FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA EPP - Contribuinte com  
parcelamento de débitos regular(em dia) no Sistema de IPVA**

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet: [www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br)

Certidão valida até **26/05/2017**.

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária,  
mediante requerimento do interessado

Código de Autenticidade : **TA729T72LTA9B22A**

Página **2** de **2**

[Retornar](#)



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 13332212/0001-18  
**Razão Social:** FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA ME  
**Nome Fantasia:** FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA  
**Endereço:** AV TRINTA E UM DE MARCO 336 / CRISTO REI / VARZEA  
GRANDE / MT / 78118-005

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 25/04/2017 a 24/05/2017

**Certificação Número:** 2017042504310841444850

Informação obtida em 09/05/2017, às 08:47:03.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - EPP

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 13.332.212/0001-18

Certidão n°: 127170415/2017

Expedição: 07/04/2017, às 12:07:33

Validade: 03/10/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - EPP** (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° **13.332.212/0001-18**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDARIA  
SUPERINTENDENCIA DE RECEITA  
COORDENADORIA DE COBRANÇA E ARRECADAÇÃO**

**CERTIDÃO Nº. 1152/2017**

Em cumprimento ao despacho exarado no processo  
Protocolado sob o nº **2017/443.234** datado de **10/04/2017** do interessado (a)

**“FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA - ME” INSC MUN 35.720.  
CNPJ – 13.332.212/0001-18 // CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS**

**CERTIFICO**

Que após pesquisa efetuada no CENTRO DE CADASTRO ECONÔMICO – CECAE, constatamos que o (a) requerente acima citado (a) encontra-se sem “DEBITOS”, com a Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, não constando nenhum débito nesta Prefeitura até a presente data. É o que temos a certificar.

Em se tratando de certidão de débito, fica ressalvado, independentemente desta, o direito de a Gestão Fazendária cobrar, nos termos do CTN as dívidas do requerente que porventura venham a ser apuradas.

Para constar concedeu-se a presente certidão que vai abaixo devidamente assinada.

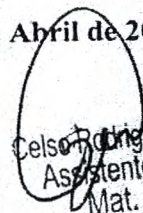
**COORDENADORIA DE COBRANÇA E ARRECADAÇÃO**

**VALIDADE ATÉ**

**13/07/2017**

  
Inspeção de Trib. e Rec.  
Coordenador de Cobrança e Arrecadação

**VÁRZEA GRANDE (MT) 13 de Abril de 2017.**

  
Celso Rodrigues da Silva  
Assistente Técnico  
Mat. 7577

OBS.

**NOTA: Qualquer rasura apresentada invalida a presente certidão.**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - EPP**  
**CNPJ: 13.332.212/0001-18**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 15:41:05 do dia 16/02/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/08/2017.

Código de controle da certidão: **FAB4.3202.F478.E618**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão





MATO GROSSO ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico que o requerente abaixo identificado não consta no rol de devedores inscritos em Dívida Ativa. Todavia fica ressalvado o Direito da Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso inscrever e cobrar os direitos apurados após expedição da presente.

NOME

FINISSIMA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - ME

LOCALIZAÇÃO

ENDEREÇO: AV. TRINTA E UM DE MARÇO, nº 336  
BAIRRO: CRISTO REI  
MUNICÍPIO: Várzea Grande UF: MT  
CEP: 78.118-005

CNPJ

13.332.212/0001-18

SÓCIOS

| CPF/CNPJ       | NOME/RAZÃO SOCIAL              |
|----------------|--------------------------------|
| 875.957.021-00 | LUCELIA FRANCISCA MOYA BARBOSA |
| 453.694.451-68 | ZENILDA FRANCISCA MOYA         |



Cuiabá, 10/04/2017

Responsável pela Expedição

Gelcimar Joaquim de Jesus  
Técnico PGE - Mat. 67478

Procurador(a) do Estado

Romes Júlio Tomaz  
Procurador do Estado  
OAB-MT 3791

OBSERVAÇÕES

- 1 - Esta certidão tem validade por apenas 90 (noventa) dias.
- 2 - Qualquer rasura tornará nulo este documento.
- 3 - Autenticador desta certidão: FC1HEK0HFDPHRPRVOLCCNB16TVHK0E

| N.º Proc. Órgão | N.º CDA | Tipo do Processo | Situação |
|-----------------|---------|------------------|----------|
|-----------------|---------|------------------|----------|





|   |   |  |
|---|---|--|
| <b>NOB</b>  | <b>NOTA DE ORDEM BANCÁRIA</b>                               | <b>17502.0001.17.000225-5</b>  |
| <b>Data de Emissão:</b> 22/05/2017  |   |  |
| <b>Nº NOBLIST:</b>  |   | <b>Nº DOTLIST:</b>   |
| <b>Unidade Orçamentária:</b><br>17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS   |   |  |
| <b>Unidade Gestora:</b><br>0001 - Geral   |   |  |
| <b>Código Bancário:</b><br>00777.00500  | <b>Banco + Agência + C/C:</b><br>001.3834.000000001010100-4 | <b>Regularização:</b><br>Não   |
|   |   | <b>Nº NEX :</b><br>***   |
| SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001010100-4. |   |  |
| <b>Código do Credor:</b> 2015.01389-4   |   |  |
| <b>Credor:</b> Finissima Distribuidora de Água Ltda - ME  |   |  |
| <b>CPF/CNPJ:</b> 13.332.212/0001-18   |   | <b>Município UF:</b> Várzea Grande MT  |
| <b>Nº EMP:</b> 17502.0001.17.000087-0   |   | <b>Fonte de Recurso:</b> 243   |
| <b>Nº LIQ:</b> 17502.0001.17.000138-3   |   |  |
| <b>Nº Processo de Pagamento:</b> 90253/2017   |   | <b>Tipo de OB:</b><br>32-CRED.BB C/Float   |
| <b>NOB/Fatura Fato 54:</b> Não  |   |  |
| <b>Banco + Agência + C/C:</b> 001.7139.000000000051200-1  | <b>Valor da Operação (R\$):</b><br><br>*** 279,00           | <b>Valor por Extenso:</b><br>DUZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS *****<br>*****<br>***** |
| Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento.   | <b>Autorizo o Pagamento</b>                                 |  |
| <hr/> NAYARA STEPHANIE BATISTA VELASCO<br>Chefe do Núcleo Setorial de Finanças (NSF)  | <hr/> 006402 - Marci Areias<br>ORDENADOR DE DESPESA         |  |
| <b>Observações:</b><br>Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal<br>Tipo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil     |   |  |

*Finissima*



E por estarem assim, justos e acordados as partes, assinam em 03 (três) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Cuiabá, 19 de dezembro de 2016.

LAYR MOTA DA SILVA  
Diretor Presidente da EMPAER-MT

RICARDO TOMCZYK  
Secretário de Estado de Desenvolvimento  
Econômico e Social SEDEC - MT

**Testemunhas**

Nome: Antônio Jesuino de Oliveira  
RG nº: 0106005-8 SSP/MT  
CPF nº: 075.287.441-15

Nome:  
RG nº:  
CPF nº:

**MT GÁS**

**COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS**

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 001/2017/MTGÁS**

**CONTRATANTE:** COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS.

**CONTRATADA:** FINÍSSIMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA

**OBJETO:** contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral, em atendimento à demanda da COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS - MTGÁS, que deriva da adesão à Ata de Registro de Preços nº 038/2016/SEGES, decorrente do Pregão Eletrônico nº 025/2016/SEGES.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520/2002

**PRAZO:** O prazo de vigência deste Termo de Contrato vigorará a partir de sua assinatura pelo prazo de 12 meses, prorrogável na forma do art. 57, II da Lei 8.666/93.

**DATA DA ASSINATURA:** 17 de abril de 2017.

**ASSINAM:** MARCI AREIAS- Presidente em Exercício/MTGÁS, JULIANO MUNIZ CALÇADA-Diretor Administrativo e Financeiro/MTGÁS, MARCIO KNOFF - Representantes/ FINÍSSIMA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA

**MTPREV**

**MATO GROSSO PREVIDÊNCIA**

**MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV**

**PORTARIA N.º 029/2017**

**O DIRETOR PRESIDENTE DA MATO GROSSO PREVIDÊNCIA, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve:**

**I - Deferir Averbação de Tempo de Contribuição:**

**01) Processo nº. 278678/2016 - AÇIONIL JOSÉ DE CAMPOS - Secretaria de Estado de Infra Estrutura e Logística - SINFRA. Homologo o Parecer nº 2717/MTPREV/2017 de acordo com a Certidão Original de Tempo de Contribuição emitida pelo INSS em 23/05/2016 sob o Protocolo nº. 10001100.1.00036/16-5; NIT: 1071090867-6 e defiro o pedido do servidor ocupante do cargo Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social, matrícula n.º 81093, nos seguintes termos:**

**Averbe-se: 04 anos, 02 meses e 23 dias de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme períodos a seguir discriminados, ambos para efeito de aposentadoria, nos termos do artigo 1º, da Lei nº. 5.027, de 17 de junho de 1986:**

**1) 02 meses e 12 dias, no período de 19/02 a 30/04/1974, prestado a Indústria de Madeira Philipp S/A.**

**2) 04 anos e 11 dias, no período de 10/12/1975 a 20/12/1979, prestado ao Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas do Estado de Mato Grosso.**

**02) Processo nº. 583722/2016 - ANA MARISA SOARES MÜLLER SANTOS - Secretaria de Estado de Saúde - SES. Homologo o Parecer nº 2535/MTPREV/2017 de acordo com a Certidão Original de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS em 01/06/2016 sob o Protocolo nº. 10001030.1.00157/16-8; NIT: 1229046583-8, e defiro o pedido da servidora ocupante do cargo Profissional Técnico Nível Superiores Serviços de Saúde do SUS, matrícula n.º 35073, nos seguintes termos:**

**Averbe-se: 06 anos, 06 meses e 26 dias de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, nos seguintes termos:**

**1) 06 anos, 06 meses e 22 dias, conforme períodos a seguir discriminados, ambos para efeito de aposentadoria, nos termos do artigo 1º, da Lei nº. 5.027, de 17 de junho de 1986:**

**a) 02 anos, 08 meses e 15 dias, nos períodos de: 01/10/1986 a 14/05/1989 e 01/02 a 01/03/1991, prestado ao Serviço Social da Indústria - SESI;**

**b) 03 anos, 10 meses e 07 dias, no período de 01/01/1998 a 07/11/2001, prestado à Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia.**

**2) 04 dias, no período de 31/12/1994 a 03/01/1995, prestado ao Governo do Estado de Mato Grosso, para todos os efeitos, nos termos do artigo 127, da Lei Complementar nº. 04, de 15 de outubro de 1990.**

**Obs. Foram omitidos os períodos de: 01/02/1990 a 31/01/1991 (concomitante com o tempo de serviço público estadual) e 02/03 a 31/12/1992 e 21/02 a 30/12/1994 (consignados no sistema SEAP como tempo de serviço público estadual).**

**03) Processo nº. 181970/2016 - EDMA SILVA PEREIRA DA CRUZ BATISTA - Secretaria de Estado de Educação - SEDUC. Homologo o Parecer nº 2518/MTPREV/2017, de acordo com a Certidão Original de Tempo de Contribuição emitida pelo INSS em 01/03/2016 sob o Protocolo nº. 10001330.1.00003/16-8; NIT: 1142401787-9, e defiro o pedido da servidora ocupante do cargo de Apoio Administrativo Educacional Profissionalizado, matrícula n.º 84942, nos seguintes termos:**

**Averbe-se: 02 anos, 07 meses e 12 dias de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme períodos a seguir discriminados, todos para efeito de aposentadoria, nos termos do artigo 1º, da Lei nº. 5.027, de 17 de junho de 1986:**



o Aplic - Arquivo de Envio Imediato  
51/2017

GESTORA: COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GAS

D: 111713420170428\_1219.ZIP

ARQUIVO DE ENVIO IMEDIATO

LICITAÇÃO

EÚDO:

Número

Descrição

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO(CARONA) OU PARTICIPAÇÃO EM PREGÕES  
ELETRÔNICOS DE OUTROS ÓRGÃOS

00000090253/2017

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CEBIDO EM:

28/04/2017 às 12:20